

EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0284.2026.AC-46.PE.0165.SAD.FES-PE

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 0165.SAD.FES-PE

PROCESSO Nº 90165/2026(COMPRAS GOV)

SEI nº 0001210011514.000013/2026-21

PREÂMBULO

O ESTADO DE PERNAMBUCO, por intermédio da SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, através da Agente de Contratação - AC 46, Márcia Selene de Miranda Henriques Barros, designada através da Portaria nº 4.061, publicada no Diário Oficial do Estado de Pernambuco, edição do dia 31/12/2024, torna público, para conhecimento dos interessados, em atendimento **ao Ofício S/N (Doc. SEI nº (84638359))**, a abertura da licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO** do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM** para **REGISTRO DE PREÇOS**, a ser realizado por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação - *Internet*, de acordo com a Lei Federal nº 14.133/21, a Lei Complementar nº 123/06 e os Decretos Estaduais nº 54.142/2022 e nº 54.700/2023, e respectivas alterações, aplicando-se subsidiariamente as demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, a realizar-se no local e horário, conforme folha de rosto.

1. DO OBJETO

1.1 A presente licitação tem como objeto a formação de Registro de Preços para o fornecimento eventual de Dispositivos Médicos Laboratoriais, com instalação, conforme especificações e quantitativos previstos no Termo de Referência (Anexo I), visando atender as necessidades dos hospitais e estabelecimentos vinculados à Secretaria Estadual de Saúde de Pernambuco.

1.2 O objeto desta licitação será dividido em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência (Anexo I), facultando-se à licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.3 O(s) item(ns) **31,32,33,34,35,36,37,38,39,40,41,42,43 e 44** são de participação exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, sendo vedada a subcontratação.

1.4 O(s) item(ns) **2,4,6,8,10,12,14,16, 18,20,22,24,26 e 28** são de participação reservada a microempresas e empresas de pequeno porte, sendo vedada a subcontratação.

2. DA DESPESA E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. A despesa total com a execução do objeto desta licitação é estimada em **R\$ 6.669.885,48 (seis milhões, seiscentos e sessenta e nove mil, oitocentos e oitenta e cinco reais e quarenta e oito centavos)**, distribuídos em itens na forma indicada no Termo de Referência.

2.2. As despesas decorrentes desta licitação serão incluídas no orçamento do Estado de Pernambuco, para o presente exercício, na classificação abaixo:

Elemento de Despesa: 4.4.90.52.08 / 4.4.90.52.04/ 4.4.90.92.02

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2. É obrigação do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. A não observância dessa obrigação poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.3. A participação no processo licitatório implica na aceitação, pelo licitante, do seu cadastro também no sistema PE-INTEGRADO, para fins de integração do compras.gov.br com os sistemas utilizados pelo Poder Executivo Estadual.

3.4. Não poderão participar desta licitação:

3.4.1. Pessoa física

3.4.2. Pessoa jurídica impedida de licitar e contratar com a Administração Direta e Indireta do Estado de Pernambuco, nos termos do art. 156, III e § 4º, da Lei nº 14.133/2021, e do art. 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, durante o prazo da sanção aplicada ou até que seja promovida sua reabilitação;

3.4.3. Pessoa jurídica suspensa temporariamente de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, nos termos do art. 87, III, da Lei federal nº 8.666, de 1993;

3.4.4. Pessoa jurídica declarada inidônea para licitar ou contratar com toda a Administração Pública, nos termos do art. 156, IV e §5º, da Lei 14.133/2021, e do art. 87, IV, da Lei Federal nº 8.666, de 1993, durante o prazo da sanção aplicada ou até

que seja promovida sua reabilitação;

3.4.5. Pessoa jurídica que tenha sido proibida de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa, nos termos do artigo 12 da Lei Federal nº 8.429/1992;

3.4.6. Licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante;

3.4.7. Pessoa jurídica enquadrada nas vedações previstas no art. 14 da Lei nº 14.133/21;

3.4.8. Pessoa jurídica cujo ramo de atividade previsto em estatuto ou contrato social não seja pertinente e compatível com o objeto desta licitação;

3.4.9. Agente público do órgão ou entidade licitante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021;

3.4.10. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

4. DA REFERÊNCIA DE TEMPO

4.1. Todas as referências de tempo previstas neste Edital, no Aviso e durante a sessão pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília - DF.

4.2. As sessões serão iniciadas em dias úteis.

4.2.1 Serão considerados como dias não úteis os sábados, domingos, feriados nacionais, estaduais e demais feriados e pontos facultativos publicados em Diário Oficial que influam no horário de funcionamento do órgão licitante.

4.2.2. Sessões já iniciadas poderão ser suspensas, cabendo ao agente de contratação informar, através do Sistema, a data e horário para retomada.

4.2.3. Os prazos para encaminhamento da proposta e dos documentos de habilitação digitalizados serão computados em horas corridas.

4.2.4. Em caso de suspensão, quando da retomada da sessão, os prazos concedidos serão restituídos por tempo igual ao que faltava para sua complementação.

4.3. Havendo calamidade pública, fato relevante devidamente justificado ou necessidade de adequação de horário por motivos de administração interna, os horários previstos no item 4.2 poderão ser alterados, cabendo ao agente de contratação informar previamente às licitantes a alteração e a nova data e horário para retomada, através do sistema.

5. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

5.1. Qualquer pessoa é parte legítima para apresentar pedido de esclarecimento ou impugnar este Edital, devendo protocolar o pedido, por meio do e-mail indicado na folha de rosto anexa a este Edital, em até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública.

5.2. As respostas aos pedidos de esclarecimento ou às impugnações vincularão os participantes e a Administração e serão divulgadas no Sistema pelo agente de contratação no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data de abertura do certame.

5.3. A impugnação não possui efeito suspensivo, exceto em situações excepcionais devidamente motivadas pelo agente de contratação.

5.4. Acolhida a impugnação, será republicado o Edital com as mesmas formalidades de sua publicação original e, conforme o caso, será definida nova data para realização do certame.

5.5. Não serão conhecidas impugnações apresentadas intempestivamente ou em desacordo com as regras estabelecidas neste Edital.

6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA INICIAL

6.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

6.2. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

6.2.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

6.2.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

6.2.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

6.2.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

6.3. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.4. A licitante enquadrada como Microempresa - ME, Empresa de Pequeno Porte - EPP Microempreendedor Individual (MEI), ou, ainda, como Sociedade Cooperativa com tratamento equiparado, nos termos do art. 3º-A, da Lei Complementar nº 123/2006, e do art. 34 da Lei nº 11.488/2007, deverá declarar, ainda, sua condição em campo próprio do sistema eletrônico, informando que cumpre os requisitos estabelecidos nos artigos 3º e 18-A da Lei Complementar nº 123/2006 e nos §§ 1º ao 3º

do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021, bem como os requisitos de habilitação deste edital, mesmo que tenha restrição na documentação comprobatória da regularidade fiscal e trabalhista, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da LC nº 123/2006.

6.4.1. Nos itens exclusivos ou reservados à participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

6.4.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

6.5. A falsidade da declaração de que trata os itens 6.2 ou 6.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

6.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

6.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

6.9. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

6.9.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

6.9.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

6.10. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

6.10.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço;

6.11. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 6.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

6.12. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

6.13. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

7. DA ABERTURA E DO PROCESSAMENTO DA LICITAÇÃO

7.1. A licitação será realizada em sessão pública, por meio da Internet, mediante condições de segurança, criptografia e autenticação, em todas as suas fases.

7.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o agente de contratação e as licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

7.3. Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da licitação, ficando responsável por eventuais ônus decorrentes da perda de negócios causada pela inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou por motivo de desconexão.

7.4. A abertura da sessão pública ocorrerá na data e horário indicados na folha de rosto anexa a este Edital, com a divulgação das propostas de preços recebidas, na forma prevista neste instrumento convocatório.

7.5. O Agente de contratação verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

7.5.1. O Agente de Contratação poderá suspender a sessão pública para a análise dos documentos relativos às garantias de proposta apresentadas pelas licitantes.

7.6. Será desclassificada a proposta que contenha elementos que permitam a sua identificação.

7.7. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.8. Somente as licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.

8. DA FASE DE LANCES

8.1. Aberta a etapa competitiva, os representantes das licitantes classificadas deverão estar conectados ao sistema eletrônico e poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

8.1.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

8.1.2. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

8.1.3. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,01% (um centésimo por cento).

8.1.4. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

8.2. Caso a licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

- 8.3.** O sistema eletrônico não identificará o autor dos lances aos demais participantes.
- 8.4.** A licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.
- 8.5.** Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado.
- 8.6.** Não serão aceitos dois ou mais lances iguais provenientes de licitantes distintas, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.
- 8.7.** Salvo se houver evidente erro material, não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se a licitante desistente às penalidades estabelecidas neste Edital.
- 8.8.** Se ocorrer a desconexão do Agente de Contratação no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
- 8.9.** No caso de a desconexão do Agente de Contratação persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes no endereço www.compras.gov.br, salvo na situação prevista no item 8.8.
- 8.9.1.** Na situação acima, o reinício deve acontecer no turno seguinte ao da sessão suspensa, salvo em caso de impossibilidade, hipótese na qual a comunicação aos participantes deve ocorrer com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.
- 8.10.** O procedimento da etapa de lances seguirá de acordo com o modo de disputa **aberto**.
- 8.11.** A etapa de lances públicos e sucessivos terá duração de 10 (dez) minutos e, após esse prazo, será prorrogada automaticamente pelo sistema se houver oferta de lance nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração.
- 8.11.1.** A prorrogação automática de que trata o item 8.11 será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.
- 8.12.** Na hipótese de não haver novos lances na forma prevista nos itens 8.11.1, a sessão pública será encerrada automaticamente e o sistema ordenará e divulgará os lances em ordem crescente de classificação.
- 8.13.** Definido o melhor lance, se a diferença em relação ao lance classificado em segundo lugar for de pelo menos 5%, o Agente de Contratação poderá admitir, por uma única vez, o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 8.14.** Após o reinício previsto no item acima, as licitantes serão convocadas para apresentar lances intermediários, podendo optar por manter o seu último lance, ou por ofertar lance de valor inferior ou percentual de desconto superior.
- 8.15.** Encerrada a etapa de que trata o item 8.14, o sistema ordenará e divulgará os lances em ordem crescente de vantajosidade, que se dará, conforme o critério de julgamento de **MENOR PREÇO UNITÁRIO POR ITEM**.

9. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

- 9.1.** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, se houver, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 9.1.1.** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 9.1.2.** A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 9.1.3.** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior
- 9.1.4.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta
- 9.2.** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 9.2.1.** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
- 9.2.1.1.** disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação.
- 9.2.1.2.** avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei, conforme regulamento;
- 9.2.1.3.** desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 9.2.1.4.** desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 9.2.2.** Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 9.2.2.1.** empresas estabelecidas no território do Estado de Pernambuco;
- 9.2.2.2.** empresas brasileiras;
- 9.2.2.3.** empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 9.2.2.4.** empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009;

9.2.3. Persistindo o empate, caso as regras previstas nos itens acima não solucionem o desempate, será realizado sorteio em sessão pública.

10. DA NEGOCIAÇÃO

10.1. Após o encerramento da fase de disputa, o Agente de Contratação deverá negociar os preços apresentados pelas licitantes, podendo encaminhar contraproposta diretamente àquela que tenha apresentado o lance mais vantajoso, observado o critério de julgamento e o valor máximo estimado para a contratação.

10.2. A negociação será realizada por meio do sistema eletrônico, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

10.2.1. O resultado da negociação será registrado na ata da sessão pública e divulgado a todos os licitantes.

10.3. Se, após a negociação, a licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar não oferecer proposta compatível com o valor máximo do orçamento estimado, será desclassificada da licitação, sem prejuízo da aplicação da penalidade cabível.

10.4. Os preços finais, unitários e totais, propostos pelos licitantes não poderão ultrapassar o preço unitário e global estimado pela Administração, sob pena de desclassificação da proposta.

10.5. No caso previsto no item 10.3, o Agente de Contratação buscará negociar com as licitantes subsequentes, na ordem de classificação, buscando obter proposta com valor, no mínimo, igual ao previsto no orçamento estimado.

10.6. O sistema eletrônico informará a proposta de menor preço ou maior desconto imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação promovida pelo Agente de Contratação.

11. DA CONVOCAÇÃO DA LICITANTE CLASSIFICADA PROVISORIAMENTE EM PRIMEIRO LUGAR

11.1. Após a negociação e antes da convocação da licitante para apresentar a proposta adequada ao último lance, o Agente de Contratação verificará se ela se enquadra em uma das vedações previstas no item 3.3 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame, mediante consulta ao e-fisco, PE-Integrado, Compras.Gov.Br, Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP).

11.1.1. A inscrição da licitante no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP será impeditiva apenas nos casos em que o efeito da sanção apontada no referido cadastro representar óbice à participação em licitações e contratações do Estado de Pernambuco.

11.1.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

11.1.3. Caso reste configurada a ocorrência de alguma das vedações elencadas no item 3.3 deste edital, será declarado o impedimento de sua participação na presente licitação, devendo o Agente de Contratação repetir este procedimento, convocando as licitantes subsequentes, de acordo com a ordem de classificação.

11.2. A licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar será convocada para apresentar a PROPOSTA DE PREÇO ADEQUADA AO ÚLTIMO LANCE, devidamente preenchida na forma do Modelo de Proposta de Preços (Anexo I do TR), bem como os DOCUMENTOS EXIGIDOS PARA A HABILITAÇÃO DIGITALIZADOS, para fins de exame de aceitabilidade do preço e de sua habilitação.

11.3. Os documentos deverão ser incluídos no Sistema no prazo de 02 (duas) horas corridas, contado a partir da convocação do Agente de Contratação.

11.4. O prazo de que trata o item 11.3 poderá ser prorrogado por igual período, antes do término do prazo originalmente previsto, mediante solicitação da licitante ou de ofício, a critério do Agente de Contratação.

11.5. Recomenda-se que as licitantes iniciem a sessão de abertura da licitação com todos os documentos necessários à classificação/habilitação previamente digitalizados.

11.6. A licitante responsabilizar-se-á pela documentação encaminhada, assumindo como verdadeiras suas propostas, declarações e atestados.

11.7. Os arquivos encaminhados deverão estar legíveis.

11.8. Caberá à licitante confirmar o recebimento pelo Agente de Contratação dos documentos encaminhados pelo sistema, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios causada pela inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Agente de Contratação no sistema.

11.9. A licitante que abandonar o certame, deixando de encaminhar a proposta e/ou documentos de habilitação DIGITALIZADOS, no todo ou em parte, no prazo previsto no item 11.3, será desclassificada ou inabilitada do certame, conforme o caso, e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital.

11.10. A sessão será suspensa para aguardo da proposta de preços e dos documentos de habilitação, cabendo ao Agente de Contratação informar, através do sistema eletrônico, a data e o horário para retomada da licitação e divulgação da aceitabilidade da proposta e do resultado da habilitação.

12. DA ANÁLISE DA PROPOSTA

12.1. O Agente de Contratação examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado e à compatibilidade do objeto com as especificações técnicas do edital.

12.1.1. O Agente de Contratação poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do Estado de Pernambuco ou de pessoas físicas ou jurídicas com a expertise necessária, contratados para este fim.

12.2. Eventuais falhas formais ou materiais da proposta, como erros no preenchimento da planilha ou outros que não impedem a caracterização do objeto e o fornecimento dos bens nos termos desta licitação, não constituem motivo para a desclassificação da proposta e deverão ser corrigidos pela licitante.

12.2.1. Os ajustes da proposta não poderão implicar alteração de sua substância nem aumento do seu valor global.

12.2.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e

contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

12.2.3. O Agente de Contratação poderá fixar prazo para o reenvio do anexo contendo a proposta ajustada quando o preço total ofertado for aceitável, mas os preços unitários que o compõem necessitarem de ajustes para adequação aos valores estimados.

12.2.4. No caso de discrepância entre valores grafados em algarismos e por extenso, prevalecerá o valor por extenso.

12.2.5. No caso de erro de multiplicação do preço unitário pela quantidade correspondente, o produto será retificado, mantendo-se inalterados o preço unitário e a quantidade.

12.2.6. No caso de erro de somatório, a adição será retificada, mantendo-se inalteradas as parcelas.

12.2.7. No caso de erros de transcrição das quantidades previstas para o fornecimento, o produto será corrigido devidamente, mantendo-se o preço unitário e se corrigindo a quantidade e o preço total.

12.3. Para a análise da compatibilidade do objeto com as especificações técnicas do edital, a licitante deverá anexar à proposta, conforme exigido no TR;

a) Comprovação de registro do(s) dispositivo(s) médico(s) ofertado(s) na Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, conforme estabelece a Lei nº 6.360/1976 e a RDC Nº 751, DE 15 DE SETEMBRO DE 2022 ou sua publicação no Diário Oficial da União;

b) Caso haja Equipamento(s) Médico(s) considerado(s) "Acessório(s) do Equipamento", deverá ser apresentado o registro do(s) Equipamento(s) Médico(s) correspondente(s).

c) Caso os itens cotados sejam dispensados do Registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária, o licitante deverá apresentar cópias dos atos que os isenta dos registros;

d) A Contratada será diretamente responsável pela observância de toda a legislação direta e indiretamente aplicável ao objeto da contratação, inclusive normas de Agências Reguladoras, e instruções e resoluções dos Órgãos competentes;

e) O licitante deverá informar, o fabricante e a marca sob a qual o(s) Dispositivo(s) Médico(s) é(são) comercializado(s). No caso de serem importado(s), também deverá informar o país de origem do mesmo;

f) Quando o produto for detentor do benefício, a dedução do ICMS deverá estar explícita na proposta de preço do licitante, que deve conter a alíquota incidente e a dedução do que seria devido, caso não houvesse o benefício;

g) A Licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar deverá entregar, os catálogos/folders para todos os itens/ lotes, identificando-o com as seguintes informações: número do processo e do pregão eletrônico, data e objeto da licitação, nome, telefone e e-mail da licitante e de seu representante.

12.3.1. O pregoeiro poderá solicitar à área técnica a emissão de parecer técnico para esclarecimento acerca das especificações do objeto, tendo a área o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentar seu parecer;

12.3.2. Caso a análise dos folders, catálogos ou prospectos demonstre a incompatibilidade do objeto ofertado ou não seja suficiente para a emissão de parecer conclusivo a respeito da compatibilidade do objeto, a proposta será desclassificada.

12.3.1. A não apresentação dos documentos referidos no item 12.3 será causa de desclassificação da proposta do licitante, se não houver o saneamento hábil em sede de diligência na forma do item 12.5, e)

12.4. Na análise da proposta não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

12.5. Serão desclassificadas as propostas que:

a) não obedeçam às especificações técnicas previstas neste Edital;

b) permaneçam com valores unitários ou global superiores aos estimados, após a negociação de que trata o item 10;

c) contenham preços manifestamente inexequíveis ou não tenham sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

d) apresentem vício ou desconformidade insanável com quaisquer outras exigências deste Edital;

e) contenham falhas, apontadas pelo Agente de Contratação, não corrigidas nem justificadas, mesmo após a oportunidade de saneamento de que trata o item 15 deste Edital;

f) apresentem valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.

g) não observem a desoneração do ICMS quando se tratar de hipótese enquadrada na isenção prevista nos Convênios CONFAZ nº87/2002 e nº 54/2009.

12.6. Considerar-se-á indício de inexequibilidade de proposta valores inferiores a 50% do valor estimado para contratação.

12.6.1. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, o Agente de Contratação deverá, por meio de diligência, conferir à licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade da sua proposta.

12.6.2. A inexequibilidade só ficará comprovada quando, cumulativamente, o custo da licitante ultrapassar o valor da proposta e inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o valor proposto.

12.6.3. A análise de exequibilidade da proposta não considerará materiais e instalações a serem fornecidos pela licitante em relação aos quais conste da proposta renúncia expressa à parcela ou à totalidade da remuneração.

12.7. Na proposta, não poderão ser incluídos pagamentos antecipados de quaisquer etapas ou serviços.

12.8. Se a proposta da licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar não for aceita, o Agente de Contratação retomará a sessão pública para convocar as licitantes subsequentes, obedecida a ordem de classificação, a fim de apresentarem proposta de preços e documentos de habilitação, no mesmo prazo e condições do item 11.3, e realizarem a negociação de que trata o item 10, até a apuração de uma que atenda às condições editalícias.

12.9. Quando todas as licitantes forem desclassificadas, o Agente de Contratação poderá fixar o prazo de 8 (oito) dias úteis para a apresentação de novas propostas esboçadas das causas de desclassificação.

12.10. Não havendo licitante classificada na Cota Reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da Cota Principal, ou, diante de sua recusa, às licitantes remanescentes, observados os regramentos do art. 90, §2º, da Lei 14.33/2021, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado, e que comprovem a habilitação técnica e econômico- financeira para a totalidade dos quantitativos licitados.

12.11. Classificada a proposta, o Agente de Contratação dará início à fase de habilitação da licitante classificada em primeiro lugar, mediante a verificação da documentação exigida neste Edital.

13. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

13.1. A licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar os seguintes documentos, nos termos e prazo previstos neste Edital:

13.2. Habilitação Jurídica:

13.2.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

13.2.2. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

13.2.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

13.2.4. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

13.2.4.1. Sociedades estrangeiras que não funcionem no País devem apresentar documentos de habilitação equivalentes, na forma de regulamento emitido pelo Poder Executivo Federal, inicialmente em tradução livre.

13.2.5. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

13.2.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

13.2.7. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivada na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

13.2.8. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

13.3. Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista:

13.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

13.3.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, através da Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND), expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa;

13.3.3. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, comprovada através de apresentação de certidão fornecida pela Caixa Econômica Federal;

13.3.4. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes [Estadual/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

13.3.5. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

13.3.6. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, comprovada através de Certidão de Regularidade Fiscal - CRF, emitida pela Secretaria da Fazenda relativa ao domicílio da licitante;

13.3.6.1. Se o domicílio da licitante se localizar fora do Estado de Pernambuco, deverá ser apresentada, adicionalmente, a CRF de Pernambuco.

13.3.7. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, através de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, de acordo com a Lei nº 12.440/2011 e Resolução Administrativa nº 1.470/2011 do TST.

13.3.8. As Microempresas, as Empresas de Pequeno Porte e o Microempreendedor Individual (MEI) deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que apresente alguma restrição, sendo a comprovação efetiva exigível somente para efeito de contratação, nos termos dos arts. 42 e 43 da LC 123, de 2006 e art. 4º do Decreto Federal 8.538, de 2015.

13.3.9. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal ou trabalhista da Microempresa, da Empresa de Pequeno Porte ou do Microempreendedor Individual, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada vencedora do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

13.3.10. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

13.3.11. Caso a licitante esteja em recuperação judicial, estará dispensada da apresentação dos documentos de regularidade fiscal, social e trabalhista, com exceção da certidão de regularidade perante a Previdência Social, desde que apresente decisão judicial em vigor que autorize o processamento do pedido e dispense expressamente as certidões negativas, nos termos do artigo 52, inciso II, da Lei Federal nº 11.101/2005.

13.3.11.1. Para os fins do disposto no item acima, a licitante deverá apresentar decisão judicial em vigor que autorize o processamento do pedido de recuperação e dispense expressamente as certidões negativas, e comprovar que o respectivo plano de recuperação ainda não foi aprovado e homologado em Juízo.

13.3.11.2. Caso a licitante em recuperação judicial já tenha tido seu plano aprovado e homologado em juízo até a data de abertura da fase de habilitação do certame, a dispensa prevista acima não subsiste e a licitante deverá apresentar todas as certidões de regularidade requeridas neste Edital.

13.4. Qualificação Técnica:

13.4.1. Ato de Autorização de Funcionamento para o exercício da atividade de comércio atacadista ou de distribuição de Produtos para Saúde (correlatos), expedido pela ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) nos termos da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, e da Resolução da Diretoria Colegiada da RDC/Anvisa nº 16, de 1º de abril de 2014;

13.4.2. Licença de funcionamento do estabelecimento, para o exercício da atividade de comércio Atacadista ou de distribuição de Produtos para Saúde (correlatos), emitida pelo órgão sanitário competente da unidade federativa em que se localize, nos termos da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976 e do Decreto nº 8.077, de 14 de agosto de 2013;

13.4.3. Não será aceito qualquer protocolo de entrega ou de solicitação de documentos em substituição aos documentos relacionados no Edital, salvo em relação às licenças sanitárias de renovação, se houver, e as possíveis alterações na Autorização de Funcionamento da Empresa -AFE (conforme o inciso 3, art. 15 da RDC 16/2014), ficando a aceitação do protocolo condicionada à consulta prévia aos órgãos competentes;

13.4.4. Comprovação de experiência prévia no fornecimento de bens similares ou compatíveis, com características, quantitativos, complexidade tecnológica e operacional equivalentes ou superiores ao objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante atestado(s) fornecido(s) por pessoa(s) de direito público ou privado ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso

13.4.5. Será considerado compatível em características o fornecimento de Equipamentos Médico-Hospitalares que apresentarem a mesma complexidade do item licitado;

13.4.6. Será considerado compatível com a quantidade o(s) atestado(s) que apresentar (em), no mínimo, 40% (quarenta por cento) das quantidades estimadas na licitação para cada item, exigindo-se a comprovação cumulativa quando da classificação provisória em primeiro lugar em mais de um item.

13.4.7. Para fins de aferição do percentual mínimo de 40% (quarenta por cento) relativo à qualificação técnica, em sendo obtido resultado cujo número possua casas decimais, deverá ser realizado arredondamento para o primeiro menor número inteiro.

13.4.8. Justifica-se o percentual fixado para fins de qualificação técnica, no que se refere à comprovação das quantidades a serem indicadas em atestados, pela real necessidade de aferir as condições do licitante em fornecer o objeto de maneira satisfatória, inclusive o quantitativo estimado para a presente licitação.

13.5. Qualificação Econômico-Financeira:

13.5.1. Certidão Negativa de Falência, expedida pelo distribuidor ou distribuidores (caso exista mais de um) da sede ou domicílio da licitante;

13.5.1.1. Certidão Negativa de Falência referente aos processos distribuídos pelo PJe (processos judiciais eletrônicos) da sede ou domicílio da licitante;

13.5.1.2. A certidão descrita no item 13.5.1.1 somente é exigível quando a certidão negativa de Falência da sede ou do domicílio da licitante contiver a ressalva expressa de que não abrange os processos judiciais eletrônicos.

13.5.1.3. No caso de Certidão Positiva de Falência, a licitante será inabilitada, salvo se restar comprovado que não houve decisão judicial válida e eficaz decretando a falência da empresa.

13.5.2. Comprovação do Patrimônio Líquido ou Capital Social mínimo, correspondente a 10 % (dez por cento) do valor estimado da licitação para o respectivo item, exigindo-se a comprovação cumulativa quando da classificação provisória em primeiro lugar em mais de um item.

13.5.3. Comprovação da boa situação financeira da licitante através do cumprimento dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente, resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, nos valores indicados:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} = \text{igual ou superior a } 1$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} = \text{igual ou superior a } 1$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} = \text{igual ou superior a } 1$$

13.5.4. A adoção dos índices acima se mostra como suficientes ao cumprimento das obrigações decorrentes da presente licitação, uma vez que se trata de fornecimento integral com entrega futura de bens duráveis e de alta complexidade técnica, cujo cumprimento contratual exige capacidade financeira compatível por parte dos licitantes. Ademais o valor de 10% foi

adotado para o presente certame, diante da análise de risco contratual, impacto financeiro potencial do inadimplemento e complexidade dos equipamentos a serem fornecidos, mantendo a compatibilidade com o limite legal estabelecido pelo art. 69 da Lei nº 14.133/2021.

13.6. Documentos complementares, de acordo com o modelo estabelecido no Anexo II deste edital:

13.6.1. Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

13.6.2. Declaração de cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

13.6.3. Declaração de que não possui em seu quadro societário ou de pessoal agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, nos termos do art. 9º, §1º da Lei 14.133/2021.

13.6.4. Declaração de que não incorre em qualquer uma das vedações impostas no art. 14 da Lei 14.133/2021 aplicáveis ao objeto da presente licitação.

13.6.5. Declaração de que atende às disposições da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), conforme determinação da Lei Estadual nº 18.671/2024.

13.7. Das regras gerais relativas aos documentos de habilitação:

13.7.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

13.7.1.1. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

13.7.1.2. A habilitação será verificada por meio do Sicafe, nos documentos por ele abrangidos.

13.7.1.3. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

13.7.1.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

13.7.1.5. A verificação no Sicafe ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

13.7.1.6. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

13.7.1.7. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

13.7.2. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

13.7.3. Quando da convocação da licitante para apresentação dos documentos de habilitação, a qualquer tempo, os documentos relativos à habilitação jurídica, à qualificação técnica e à qualificação econômico-financeira deverão remontar à data da sessão de abertura do certame, demonstrando-se que, à época da licitação, a licitante reunia as condições de habilitação.

13.7.3.1. Se os documentos indicados no item 13.7.3, na data da convocação, encontrarem-se com prazo de validade expirado, ou tenham sofrido alterações, devem ser também apresentados novos documentos que comprovem a manutenção das condições de habilitação;

13.7.4. Os documentos de regularidade fiscal, social e trabalhista, previstos no item 13.3, devem encontrar-se válidos na data da convocação.

13.7.5. Inexistindo preceito legal ou prazo de validade fixado no próprio instrumento, os documentos/certidões serão considerados válidos por um período de 90 (noventa) dias contados da sua emissão, exceto quando se tratar de Certidão Negativa de Falência, que terá validade de 180 (cento e oitenta) dias da sua expedição.

13.7.5.1. Caso haja previsão de prazo diverso em lei ou em norma infralegal municipal, de outros estados da federação ou internacional, a licitante ficará responsável por juntar a respectiva comprovação.

13.7.6. Não será aceito qualquer protocolo de entrega ou de solicitação de documentos em substituição aos documentos relacionados neste Edital, salvo em relação às licenças sanitárias de renovação, se houver, e as possíveis alterações na Autorização de Funcionamento da Empresa - AFE (conforme o inciso 3, art. 15 da RDC 16/2014), ficando a aceitação do protocolo condicionada à consulta prévia aos órgãos competentes.

13.7.7. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo Certificado de Registro de Fornecedor emitido pelo CADFOR-PE, desde que os documentos contemplados estejam dentro do prazo de validade, ou pelo certificado de registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, nos termos do regulamento próprio.

13.7.8. Para fins de habilitação, a verificação dos documentos pelo agente de Contratação nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

13.7.9. Caso a licitante não logre comprovar o atendimento cumulativo dos requisitos de qualificação técnica e econômico-financeira para todos os lotes/itens em que seja classificada provisoriamente em primeiro lugar, caberá a Administração especificar, considerando a maior economia obtida em valores absolutos de cada lote/item, os respectivos lotes/itens para os quais a licitante será habilitada.

13.7.9.1 Na hipótese de o certame ser homologado de forma parcial, correspondente a determinados lotes ou itens, a aplicação da regra prevista no subitem 13.7.9 restringir-se-á aos lotes ou itens abrangidos pela respectiva homologação. A escolha dos lotes ou itens para os quais a licitante será habilitada, com base na maior economia obtida em valores absolutos, deverá ocorrer exclusivamente dentre aqueles incluídos na etapa de homologação em curso.

13.7.10. Em caso de participação de licitantes estrangeiras que não funcionem no país, as exigências de habilitação serão atendidas mediante a apresentação de documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

13.7.10.1. Caso seja vencedora a licitante estrangeira que não funcione no país, será exigido, como condição para assinatura do contrato, que os documentos apresentados sejam traduzidos por tradutor juramentado e consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

13.7.10.2. A autenticação consular ou em embaixada será dispensada quando se tratar de documento público e o respectivo país for signatário da Convenção de Haia, sendo, neste caso, necessário apenas o apostilamento do documento em cartório, nos termos do disposto no Decreto Federal nº 8.660/2016.

13.7.11. Será inabilitada a licitante que apresentar declaração ou documentação falsa, que deixar de apresentar quaisquer documentos exigidos ou apresentá-los em desacordo com as exigências deste Edital, ressalvadas as restrições relativas à regularidade fiscal e trabalhista das Microempresas, Empresas de Pequeno Porte, Microempreendedores Individuais ou equiparadas, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, e o disposto no subitem 13.7.7.

13.7.12. Habilitada a licitante, o agente de contratação encaminhará todos os documentos apresentados para fins de inscrição da licitante no CADFOR ou de atualização do respectivo registro cadastral, se já houver.

13.7.12.1. É obrigação da licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais e manter atualizados os documentos em seu registro no CADFOR até a homologação do certame, sob pena de decair do direito à contratação.

13.7.13. Em caso de participação de cooperativas, as regras de habilitação serão as seguintes:

13.7.13.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

13.7.13.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual - DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

13.7.13.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

13.7.13.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

13.7.13.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

13.7.13.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

13.7.13.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

14. DA DECLARAÇÃO DA LICITANTE VENCEDORA

14.1. Verificado o atendimento das exigências de habilitação fixadas neste Edital, a(s) licitante(s) será(ão) declarada(s) vencedora(s) em sessão pública.

14.2. Caso a mesma licitante apresente o melhor lance para Cota reservada e para Cota principal com propostas diferentes, o Agente de Contratação deverá negociar para tentar obter a equiparação dos preços aos valores mais vantajosos.

14.2.1. Havendo êxito na negociação, os novos preços deverão ser ajustados nos campos específicos do sistema.

14.3. Caso duas ou mais licitantes distintas vençam a cota reservada e principal, com preços diferentes, o Agente de Contratação deverá oportunizar o prazo de 02 (duas) horas corridas para que apresentem nova proposta de preço, com vistas à obtenção do direito de preferência no eventual consumo da Ata.

14.3.1. As novas propostas serão anexadas no sistema.

14.4. Na hipótese de a licitante não atender às exigências de habilitação, o Agente de Contratação retornará o processo à fase de negociação para exame das ofertas subsequente assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital de licitação.

14.5. Após análise de todas as propostas, na hipótese de não haver licitante classificada que atenda às exigências de habilitação, o Agente de Contratação poderá conceder o prazo de 8 (oito) dias para que as licitantes classificadas apresentem nova documentação esboçada das causas da inabilitação, observada a ordem de classificação.

15. DO SANEAMENTO DA PROPOSTA E DA HABILITAÇÃO

15.1. Durante as fases de julgamento e de habilitação, o Agente de Contratação, mediante decisão fundamentada, poderá realizar diligências para sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e a validade jurídica dos documentos de habilitação, devendo registrá-las em ata acessível aos licitantes.

15.2. Fica vedada a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

a) complementação de informações ou esclarecimentos adicionais acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes;

b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado;

c) comprovação de situação fática preexistente à época da abertura do certame.

15.2.1. Para os fins do disposto na alínea "c", é lícita a juntada de certidão ou atestado não anexados à documentação originalmente apresentada, desde que tenham data anterior à abertura do certame ou se refiram inequivocamente a condição adquirida pelo licitante antes da abertura do certame.

15.2.2. Na falta de documentos de habilitação que consistam em mera declaração da licitante sobre fato preexistente ou em simples compromisso por ela firmado, poderá ser concedido prazo para saneamento da falha.

15.3. A realização de diligências não confere à licitante novo prazo ou oportunidade de obter condição ou requisito que antes não detinha, nem autoriza o Agente de Contratação a fazer exigências novas não previstas no edital.

15.4. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares à proposta e à habilitação, os documentos deverão ser apresentados em formato digital, via sistema COMPRAS.GOV, no prazo de 01 (um) dia útil.

15.5. Sendo necessária a suspensão da sessão pública para a realização de diligências, o reinício se dará mediante aviso prévio no sistema, com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

16. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

16.1. Após a declaração do(s) vencedor(es), qualquer licitante inconformada com o resultado poderá manifestar, ao final da sessão pública, a intenção de recorrer contra o julgamento das propostas ou a habilitação ou inabilitação de licitantes, através de campo próprio do sistema eletrônico, sendo-lhes então concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para anexar no sistema eletrônico memoriais contendo as razões recursais.

16.1.1. A intenção de recorrer deverá ser registrada no sistema em até 10 (dez) minutos após a declaração do vencedor.

16.1.2. A falta de manifestação imediata da intenção recursal importará preclusão e a adjudicação do objeto à licitante vencedora.

16.2. Os demais interessados ficam, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões no prazo de 03 (três) dias úteis, que começarão a correr após o término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

16.3. As razões do recurso e das contrarrazões deverão ser anexadas em campo próprio do sistema eletrônico.

16.4. O recurso terá efeito suspensivo até a decisão final da autoridade competente e o seu acolhimento importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

16.5. As razões do recurso serão dirigidas ao Agente de Contratação, que, no prazo de 03 (três) dias úteis, poderá reconsiderar sua decisão ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso à autoridade superior, devidamente motivado, para decisão final no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

16.6. A decisão dos recursos deverá ser divulgada no sistema Compras.gov.br.

16.7. Não serão conhecidos recursos apresentados em desacordo com as regras estabelecidas neste item ou fora do prazo e horário legal ou, ainda, subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.

16.8. Decididos os recursos, a autoridade competente fará a adjudicação do objeto da licitação à licitante vencedora.

16.9. Verificada a regularidade dos procedimentos, o agente de contratação encaminhará o processo à autoridade competente para a homologação.

17. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

17.1 Após a homologação do resultado desta licitação, a adjudicatária será convocada para assinar a Ata de Registro de Preços (Anexo III), no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação, sob pena de decair o direito à contratação.

17.2 O prazo para assinatura da Ata poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, desde que haja solicitação da adjudicatária antes do decurso do prazo assinalado e ocorra motivo justo, aceito pelo Órgão Gerenciador.

17.3 No ato da assinatura da Ata de Registro de Preços, a adjudicatária, se for o caso, deverá apresentar documento de procuração, devidamente reconhecido em cartório, que habilite o seu representante a assinar o instrumento em nome da empresa.

17.4 . A recusa injustificada em assinar a Ata dentro do prazo estabelecido enseja a aplicação das penalidades estabelecidas neste Edital, a perda da garantia de proposta, quando houver, e autoriza a Administração a acionar o cadastro de reserva, se houver.

17.5 Poderá ser acrescentada à Ata de Registro de Preços vantagem apresentada pela licitante vencedora em sua proposta, desde que seja pertinente e compatível com os termos deste Edital, que não represente quaisquer ônus para a Administração e que a respectiva aceitação esteja devidamente fundamentada.

18. DO CADASTRO DE RESERVA

18.1 Após a adjudicação, as demais licitantes que concordem em reduzir seus preços ao valor da proposta da licitante vencedora poderão integrar cadastro de reserva, obedecida a ordem de classificação no certame.

18.2 O cadastro de reserva será incluído como anexo da ata e poderá ser acionado quando:

18.2.1 houver recusa injustificada do adjudicatário em assinar a ata;

18.2.2 houver o cancelamento parcial ou integral da ata, nos termos do caput do art. 38 do Decreto Estadual nº 54.700/2023.

18.3 A análise dos documentos de habilitação das licitantes que integram o cadastro de reserva será efetuada apenas na eventualidade de serem convocadas para assinatura da ata.

18.4 A aceitação de eventual convocação é facultativa e a recusa em assinar a ata não gera para os integrantes do cadastro de reserva a aplicação de qualquer sanção administrativa.

19. DO CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

19.1. A eventual contratação do Detentor da Ata deverá ser formalizada dentro do prazo de vigência da Ata, mediante instrumento contratual, conforme modelo constante do Anexo IV.

19.2. Por ocasião da convocação para assinatura do contrato, a contratante deverá consultar a regularidade da adjudicatária no CADFOR, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep)..

19.2.1. Se houver pendência documental no CADFOR e não for possível atualiza-lo por meio por meio de consulta aos sítios eletrônicos oficiais, a adjudicatária será notificada para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das respectivas certidões vigentes, sob pena de decair o direito à contratação.

19.3. O não comparecimento injustificado da adjudicatária, a não apresentação dos documentos exigidos como requisito de contratação e a desatualização de seus documentos de habilitação no CADFOR importará na recusa à contratação, sujeita à aplicação das penalidades previstas neste Edital e à perda da garantia da proposta, quando houver, nos termos do item 20.1.2.

19.3.1 Na hipótese do item 17.4, a adjudicação poderá ser anulada e retomado o procedimento licitatório, a fim de que o Agente de Contratação retorne à fase de negociação para exame das ofertas subsequentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital de licitação e seja declarada uma nova adjudicatária.

20. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. Comete infração administrativa, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, a licitante ou a adjudicatária que:

20.1.1. convocada dentro do prazo de validade da proposta, não comparecer para assinar a Ata de Registro de Preços ou o instrumento contratual ou para retirar a Ordem de Fornecimento e respectiva nota de empenho;

20.1.2. deixar de entregar documentação exigida durante a licitação ou para fins de assinatura da Ata ou do contrato, inclusive a garantia da proposta ou de execução contratual;

20.1.3. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta, em especial quando:

20.1.3.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

20.1.3.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

20.1.3.3. desistir dos lances ofertados, a menos que haja erro material reconhecido;

20.1.3.4. desistir da proposta após encerrada a etapa competitiva ou der causa à sua desclassificação ao não oferecer, mesmo após negociação, proposta compatível com o valor máximo do orçamento estimado;

20.1.3.5. apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital.

20.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

20.1.5. fraudar a licitação;

20.1.6. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

20.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

20.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

20.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento.

20.1.8. cometer fraude de qualquer natureza;

20.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

20.2. As licitantes ou adjudicatárias que incorram em infrações sujeitam-se às seguintes sanções administrativas, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

20.2.1. Multa;

20.2.2. Impedimento de Licitar e Contratar com a Administração Direta e Indireta do Estado de Pernambuco, pelo prazo de até 03 (três) anos;

20.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) e máximo de 06 (seis) anos.

20.3. As sanções previstas nos itens 20.2.2 e 20.2.3 poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

20.4. A penalidade de multa será aplicada de acordo com as seguintes regras:

20.4.1. Multa de 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) sobre o valor estimado para o item do qual participou, observado o valor mínimo de 10.000,00 (dez mil reais) e o máximo de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), a ser aplicada a quem cometer a infração prevista no item 20.1.1 deste edital;

20.4.2. Multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) até 1% (um por cento) sobre o valor total do item do qual participou, observado o valor mínimo de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) e máximo de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), a ser aplicada a quem cometer as infrações previstas nos itens 20.1.2 e 20.1.3. deste edital;

20.4.3. Multa de 10% (dez por cento) até 30% (trinta por cento) sobre o valor estimado para o item do qual participou nos casos das infrações previstas nos itens 20.1.4, 20.1.5., 20.1.6., 20.1.7, 20.1.8 e 20.1.9 deste edital.

20.5. Além da multa, aplicada, conforme os itens precedentes, será aplicável a penalidade de Impedimento de Licitar e Contratar com a Administração Direta e Indireta do Estado de Pernambuco, nos seguintes casos e condições:

20.5.1. No cometimento da infração prevista no item 20.1.1: de 6 a 12 meses;

20.5.2. No cometimento das infrações previstas nos itens 20.1.2 e 20.1.3: até 6 meses;

20.6. Além da multa, aplicada conforme os itens precedentes, será aplicável a penalidade de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos e descredenciamento no CADFOR-PE, no cometimento das infrações previstas nos itens 20.1.4, 20.1.5, 20.1.6, 20.1.7, 20.1.8 e 20.1.9: de 03 a 6 anos.

20.7. Na fixação das penalidades, dentro das faixas de multa estabelecidas neste Edital, bem como dos prazos previstos nos itens 20.5 e 20.6. deverão ser observadas:

20.7.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

20.7.2. As peculiaridades do caso concreto;

20.7.3. Circunstâncias gerais agravantes ou atenuantes da infração;

20.7.4. Os danos para a Administração Pública resultantes da infração;

20.7.5. A vantagem auferida em virtude da infração;

20.7.6. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de

controle.

20.8. Em caso de cometimento de mesma infração ocorrida no prazo igual ou inferior a 12 (doze) meses, contados da data de publicação da decisão definitiva da condenação anterior, as faixas de multa e os prazos previstos neste Edital poderão ser majorados em até 50% (cinquenta por cento), observados os limites máximos previstos em lei.

20.9. As penalidades deverão ser registradas no sistema e-fisco, no PE-integrado, no Compras.gov.br, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da decisão definitiva de aplicação da sanção.

20.10. Nenhuma penalidade será aplicada sem o devido Processo Administrativo de Aplicação de Penalidade - PAAP, disciplinado em Decreto Estadual.

20.11. Havendo indícios de cometimento das condutas previstas na Lei Federal nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), a documentação pertinente será encaminhada às autoridades competentes para apuração da conduta típica em questão.

21. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

21.1. A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública constarão de ata, sem prejuízo das demais formas de publicidade.

21.2. As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas às licitantes por qualquer meio de comunicação que comprove o seu recebimento ou, ainda, mediante publicação no sistema ou no Diário Oficial do Estado de Pernambuco.

21.3. A presente licitação poderá ser revogada, por motivo de conveniência e oportunidade, em decorrência de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou será anulada, por ilegalidade insanável, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante ato escrito e devidamente fundamentado, nos termos do art. 71 da Lei nº 14.133/2021.

21.4. Constatado vício insanável na licitação, a decisão sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, nos termos do art. 147 da Lei nº 14.133/2021.

21.5. Após a adjudicação do objeto, a revogação ou a anulação da licitação somente será efetivada depois de concedido à adjudicatária o prazo de 3 (três) dias úteis para exercício do direito ao contraditório e à ampla defesa.

21.5.1. Da decisão da autoridade de anular ou revogar o certame caberá recurso, no prazo de 03 (três) dias úteis para a autoridade máxima do órgão ou entidade responsável.

21.6. As licitantes não terão direito à indenização em decorrência da revogação, cabendo, em caso de anulação, o dever de indenizar o contratado pelo que houver executado até a data em que for declarada ou tornada eficaz, bem como por outros prejuízos regularmente comprovados, desde que não lhe seja imputável.

21.7. A participação das licitantes nesta licitação implica a aceitação de todos os termos deste Edital.

21.8. Em caso de divergência entre o Termo de Referência e o Edital de Licitação, prevalece o Edital.

21.9. Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto a ser licitado descritas no sistema **compras.gov.br** e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.

21.10. Constituem anexos deste instrumento convocatório, dele fazendo parte integrante:

a) Anexo I - Termo de Referência (com seus respectivos anexos, inclusive Modelo de Proposta);

b) Anexo II - Declarações complementares;

c) Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços;

d) Anexo IV - Minuta do Contrato (com seus respectivos anexos) e da Ordem de Fornecimento.

21.11. Os casos omissos neste Edital serão decididos com base na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas que regem a matéria.

21.12. A data de abertura da sessão pública poderá ser adiada por conveniência do órgão licitante, sem prejuízo do disposto no art. 55, I, "a", da Lei nº 14.133, de 2021.

Recife, data da assinatura digital.
Márcia Selene de Miranda Henriques Barros
Pregoeira/Agente de Contratação 46
Secretaria de Administração

TERMO DE REFERÊNCIA

1.DO OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1 Formação de Registro de Preços para o eventual de Dispositivos Médicos Laboratoriais, com instalação, visando atender as necessidades dos hospitais e estabelecimentos vinculados à Secretaria Estadual de Saúde de Pernambuco, conforme as condições, especificações, quantidades e exigências contidas nos Estudos Técnicos Preliminares (87058723) e neste Termo de Referência.

1.2 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme definição do art. 8º do Decreto nº 51.652/2021.

1.3 As especificações e os quantitativos do objeto desta licitação estão divididos por grupos e descritos conforme quadro constante no Anexo D - Quadro Resumo.

1.4 Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descritas no E-fisco/Termo de Referência e no CATMAT, prevalecerá a descrição do E-fisco/Termo de Referência.

2. DAS JUSTIFICATIVAS

2.1 JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1.1 A Justificativa e objetivo da contratação encontram-se pormenorizadas em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar (item 1 do ETP).

2.2 JUSTIFICATIVA DO QUANTITATIVO ESTIMADO

2.2.1 A Justificativa para o quantitativo necessário ao atendimento da necessidade pública encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar (item 6 do ETP).

2.3 JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DA SOLUÇÃO

2.3.1 A Justificativa da escolha da solução a ser licitada encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar (item 5.1 do ETP).

2.4 JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

2.4.1 A justificativa para o parcelamento do objeto encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares (item 8 do ETP), de modo a permitir a ampliação da competitividade, diante das particularidades do caso concreto.

2.5 DA PREVISÃO DA VEDAÇÃO DE EMPRESAS SOB A FORMA DE CONSÓRCIO

2.5.1 De acordo com o art. 15 da Lei nº 14.133/2021, a participação de empresas reunidas em consórcio poderá ser vedada, segundo discricionariedade da Administração, com base em justificativa técnica que leve em consideração as peculiaridades do caso concreto.

2.5.2 Assim, não poderá participar desta licitação consórcio de empresa, qualquer que seja sua forma de constituição, visto que não se faz necessária a conjugação de esforços para a prestação do presente fornecimento.

2.5.3 Além disso, no caso vertente, não se faz presente a premissa da complexidade do objeto, uma vez que se trata do fornecimento de dispositivos médicos laboratoriais, comumente fornecidos por qualquer empresa especializada no ramo, sem necessidade de conjugação de esforços em consórcio a fim de viabilizar o fornecimento.

2.5.4 Por todo o exposto, conclui-se que a vedação da participação de empresas sob a forma de consórcio é a medida que melhor atende o interesse público, por prestigiar os princípios da competitividade, economicidade e moralidade.

2.6 DA PARTICIPAÇÃO DE PROFISSIONAIS ORGANIZADOS EM COOPERATIVA NA LICITAÇÃO

2.6.1 É permitida a participação de profissionais organizados em cooperativas, na forma do disposto no art. 16, da Lei nº 14.133/2021, na presente licitação.

2.7 DA VEDAÇÃO DE PESSOAS FÍSICAS NA LICITAÇÃO

2.7.1 É vedada a participação de pessoas físicas na presente licitação, uma vez que se faz necessária a apresentação da autorização de Funcionamento da Empresa (AFE) expedida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e esta é reservada à Pessoa Jurídica nos termos da Lei nº 6.360/1976. Tal vedação parte do princípio de que pessoas físicas não podem cumprir os requisitos técnicos e administrativos constantes da RDC nº 16 / 2014. Portanto, não poderão realizar atividades de armazenamento, distribuição, embalagem, expedição, exportação, extração, fabricação, fracionamento, importação, produção, purificação, reembalagem, síntese, transformação e transporte de medicamentos e insumos farmacêuticos destinados a uso humanos, produtos para saúde, cosméticos, produtos de higiene pessoal, perfumes, saneantes e envase ou enchimento de gases medicinais, sendo permitidas essas atividades somente a empresas e que são reguladas em seu funcionamento pela ANVISA, através do documento Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE) que confere que o estabelecimento está cumprindo a Legislação Sanitária, de acordo os termos da Lei nº 6.360/1976.

2.8 DA VEDAÇÃO DE AGRICULTOR FAMILIAR/PRODUTOR RURAL NA LICITAÇÃO

2.8.1 É vedada a participação de agricultor familiar E/OU produtor rural na presente licitação, uma vez que as condições técnicas e físicas necessárias ao fornecimento do objeto pretendido, são avaliadas objetivamente por meio de requisitos que não são compatíveis com a capacidade jurídica do agricultor familiar e produtor rural.

2.8.2 O agricultor familiar e o empreendedor familiar rural são aqueles que praticam atividades no meio rural, em conformidade com a Lei nº 11.326/2006, não guardando correlação com o cumprimento dos requisitos técnicos e administrativos constantes da RDC nº 16/2014. Portanto, não podendo realizar atividades de armazenamento, distribuição, embalagem, expedição, exportação, extração, fabricação, fracionamento, importação, produção, purificação, reembalagem, síntese, transformação e transporte de medicamentos e insumos farmacêuticos destinados a uso humanos, produtos para saúde, cosméticos, produtos de higiene pessoal, perfumes, saneantes e envase ou enchimento de gases medicinais, sendo permitidas essas atividades somente a empresas e que são reguladas em seu funcionamento pela ANVISA, através do documento Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE) que confere que o estabelecimento está cumprindo a Legislação Sanitária, de acordo os termos da Lei nº 6.360/1976.

3. DAS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

3.1 DESCRIÇÃO DO FORNECIMENTO/ DETALHAMENTO DO OBJETO

3.1.1 Além da descrição apresentada na tabela do quadro resumo deste Termo de Referência (Anexo D), para a aquisição do objeto deve-se observar as seguintes características e condições:

- a) O acondicionamento e o transporte dos dispositivos médicos deverão ser feitos respeitando as normas técnicas e diretrizes dos órgãos fiscalizadores de acordo com o exigido para cada tipo de produto, devidamente protegido de pó e variações de temperatura, de modo a garantir sua qualidade e integridade;
- b) O rótulo/embalagem do produto deve conter as informações dispostas no Art. 47 da RDC 751/2022, e devem mencionar as condições corretas de armazenagem do produto, entre elas, temperatura, umidade, empilhamento, entre outras;
- c) A marca do produto no ato da entrega deverá ser correspondente à marca constante na proposta da empresa, quando indicado;

d) Substituições de marcas de produtos serão aceitas desde que atendidas às especificações técnicas estabelecidas e, apenas, nos casos de: descontinuidade do produto no mercado junto a ANVISA; falta de matéria prima comprometendo a fabricação, certificada pelo respectivo fabricante; ou por outro motivo justificado que será analisado com fundamento em parâmetros técnicos, visando a garantia da qualidade e segurança no processo assistencial.

e) O licitante deve levar em consideração as normas técnicas eventualmente existentes sobre o objeto e demais requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança, conforme legislação vigente.

f)

3.1.2 Especificações do Objeto:

ITEM	CATMAT	E-FISCO	DISCRIMINAÇÃO DO OBJETO
01 - Cota Principal 1 02 - Cota Reservada 1	311061	268596-5	AGITADOR DE BOLSAS DE PLAQUETAS - COM CAPACIDADE PARA 48 BOLSAS, MODO DE AGITACAO LINEAR, COM NO MINIMO CINCO BANDEJAS FABRICADAS EM ACO INOX, PELO MENOS 70 AGITACOES POR MINUTO, ALIMENTACAO ELETRICA: 220V - 60HZ, INCLUI: GARANTIA DE 1 ANO PARA PECAS E SERVICOS, ASSISTENCIA TECNICA NO ESTADO DE PERNAMBUCO, MANUAIS DE OPERACAO E MANUTENCAO EM PORTUGUES; INSTALACAO E TREINAMENTO; REGISTRO DO MINISTERIO DA SAUDE.
03 - Cota Principal 2 04 - Cota Reservada 2	304884	171876-2	CAPELA DE FLUXO LAMINAR - VERTICAL, COM BASE, TAMANHO 3 CLASSE II TIPO A1 COM 70 % RECIRCULACAO E 30% RENOVACAO DE AR, COM FILTRO H E P A, CLASSE A3 COM EFICIENCIA 99.99% DOP PARAPARTICULAS DE 0,3 MICRON, PRE-FILTRO CLASSE G3, COM VENTILADOR(ES) COM POTENCIA DE 1/2 CV, DIMENSOES: AREA DE TRABALHO: 640 A X 940 L X 675P MM; EXTERNAS : 1420 A X 1135L X 790 P MM, ILUMINACAO LAMPADA FLUORESCENTE 30 W, LAMPADA UV DE 15 W, ACOMPANHA BASE COM RODIZIOS GIRATORIOS COM FREIO, MANOMETRO, RUÍDO MÁXIMO DE APROX. 60 DB, ALIMENTACAO: 220 VOLTS, 60 HZ
05 - Cota Principal 3 06 - Cota Reservada 3	446313	311461-9	BANHO MARIA - COM CAPACIDADE DE APROXIMADAMENTE 20 LITROS, PARA USO EM LABORATORIO DE ANALISE CLINICA, GABINETE EM CHAPA DE ACO 1020 COM TRATAMENTO ANTICORROSIVO E PINTURA ELETROSTATICA EM EPOXI, CUBA INTERNA EM ACO INOXIDAVEL AISI 304 COM CANTOS ARREDONDADOS SEM SOLDAS OU EMENDAS, COM MOTOR DE HOMOGENEIZACAO, TRABALHAR NA FAIXA DE TEMPERATURA AMBIENTE, CONFIGURADO PARA TEMPERATURA DE 37 GRAUS CELSIUS COM PRECISAO DE MAIS OU MENOS 0,5 GRAU CELSIUS, CONTROLE DE TEMPERATURA MICROPROCESSADO COM SISTEMA PID UTILIZANDO SENSOR PT100 E DISPLAY DE CRISTAL LIQUIDO DUPLO, COM RESISTENCIA EM ACO INOX, PRECISAO TERMOSTATICA DE MAIS OU MENOS 0,1 GRAU CELSIUS, TAMPA TIPO PINGADEIRA EM ACO INOX AISI 304, ESTANTE PARA TUBOS 12,00 X 75,00 MM, DIMENSOES APROXIMADA 500,00 X 300,00 X 150,00 MM, ALIMENTACAO ELETRICA: 220 VOLTS, 60 HZ, APROXIMADAMENTE 1600 WATTS, MANUAL TECNICO E OPERACIONAL EM PORTUGUES, GARANTIA MINIMA DE 1 ANO.
07 - Cota Principal 4 08 - Cota Reservada 4	629627	411362-4	BANHO MARIA - CAPACIDADE ATÉ 30 LITROS DE AGUA, PARA DESCONGELAMENTO RAPIDO DE LEITE HUMANO, TIPO MONOBLOCO, EM ACO INOX POLIDO. CUBA COM CANTOS ARREDONDADOS ISOLADA TERMICAMENTE. BOMBA RECIRCULANTE PARA HOMOGENEIZACAO DA TEMPERATURA DA AGUA. DRENAGEM DA AGUA COM SAIDA INFERIOR DA CUBA E DESCARGA LATERAL, TEMPERATURA: 50°C, CONTROLADOR DE TEMPERATURA DIGITAL MICROPROCESSADO DE OPERACAO SIMPLIFICADA TIPO P, SENSOR DE ALTA SENSIBILIDADE. AGITACAO DA AGUA POR BOMBA DE DEMANDA, RESISTENCIA ELETRICA DE ALTA POTENCIA, CONTANDO COM CONTROLADOR DE TEMPERATURA DIGITAL MICROPROCESSADO, GARANTE ESTABILIDADE DE 0,5°C NA FAIXA DE TRABALHO, VISOR DIGITAL PARA VISUALIZACAO DA TEMPERATURA DA AGUA, DIMENSOES EXTERNAS APROXIMADAS: 375 MM. ALT X 595 MM. PROF. X 550 MM. LARG. CUBA: 240 MM. ALT. X 400 MM. PROF. X 500 MM LARG, ALIMENTACAO 220 VOLTS, APROXIMADAMENTE 3500 WATTS, GARANTIA DE 01 ANO PARA PECAS E SERVICOS
09 - Cota Principal 5 10 - Cota Reservada 5	396033	607384-0	BANHO MARIA - CAPACIDADE ATÉ 30 LITROS DE AGUA, PARA PASTEURIZACAO DE LEITE HUMANO, TIPO MONOBLOCO, EM ACO INOX POLIDO, CUBA COM CANTOS ARREDONDADOS E ISOLADA TERMICAMENTE, BOMBA RECIRCULANTE PARA HOMOGENEIZACAO DA TEMPERATURA DA AGUA, DRENAGEM DA AGUA COM SAIDA INFERIOR NA CUBA E DESCARGA NA LATERAL, TEMPERATURA 50°C, CONTROLADOR DE TEMPERATURA DIGITAL MICROPROCESSADO DE OPERACAO SIMPLIFICADA TIPO P, SENSOR DE ALTA SENSIBILIDADE, AGITACAO DA AGUA POR BOMBA DE DEMANDA, RESISTENCIA ELETRICA DE ALTA POTENCIA, COM CONTROLADOR DE TEMPERATURA DIGITAL MICROPROCESSADO, ESTABILIDADE DE 0,5°C NA FAIXA DE TRABALHO, VISOR DIGITAL, DIMENSOES EXTERNAS APROXIMADAS: 375 X 595 X 550 MM (A X P X L) E CUBA: 240 X 400 X 500 MM (A X P X L), ALIMENTACAO 220 VOLTS, POTENCIA APROXIMADAMENTE 3500 WATTS
11 - Cota Principal 6 12 - Cota Reservada 6	442192	502836-1	CENTRIFUGA - CENTRIFUGA SOROLOGICA DE BANCADA, PARA PROCESSAMENTO DE AMOSTRAS SOROLOGICAS, COM CAPACIDADE MINIMA DE 50 TUBOS DE 10ML, COM VELOCIDADE DE ROTACAO DE NO MINIMO 3.500 RPM, ROTOR HORIZONTAL, COM CONTROLES AUTOMATICOS DE FREIO, TEMPO E ROTACAO, COM ALARME DE ABERTURA DA TAMPA (TRAVAMENTO), COM MOSTRADORES DIGITAIS, ALIMENTACAO ELETRICA 110/220V - 60 HZ
13 - Cota Principal 7 14 - Cota Reservada 7	416622	346940-9	CENTRIFUGA - REFRIGERADA, PARA USO EM BANCO DE SANGUE, COM CAPACIDADE PARA 12 BOLSAS DE SANGUE, COM VELOCIDADE MAXIMA DE 6000 RPM, COM CICLO DE CENTRIFUGACAO COM TIMER 0 A 99 HORAS 59 MIN + POSICAO CONTINUA, ROTOR COM TAMPA E TRAVA DE SEGURANCA, CONTROLE MICROPROCESSADO COM SISTEMA INTUITIVO, VARIACAO DE TEMPERATURA -8º A +40 ºC COM PRECISAO DE +/- 1,5ºC, SOFTWARE CAPAZ DE ARMAZENAR ATÉ 24 PROGRAMAS NÃO VOLÁTEIS, ALARME DE TEMPERATURA, DESBALANCEAMENTO PROTEGIDOS POR SENSOR, DISPLAY SIMULTANEO DE TODOS OS PARAMETROS, VELOCIDADE, FORÇA CENTRIFUGA RELATIVA, TEMPO INTEGRAL DE CENTRIFUGACAO, FREIO, TEMPERATURA, COMPENSAÇÃO DE TEMPERATURA, RAIO QUE PERMITE A PROGRAMACAO DO VALOR REAL DO RAIO PARA PRECISAO ABSOLUTA NO CONTROLE DA FORÇA CENTRIFUGA RELATIVA, 6 CACAPAS DE 2000 ML CADA, ALIMENTACAO: 220 VOLTS, 60HZ, GARANTIA MINIMA DE 01 (UM) ANO, INCLUINDO ASSISTENCIA TECNICA LOCAL AUTORIZADA, ACOMPANHA: MANUAL OPERACIONAL E TECNICO EM PORTUGUES

15 - Cota Principal 8 16 - Cota Reservada 8	434676	196611-1	CENTRIFUGA - PARA TRABALHO EM BANCO DE SANGUE, TESTES DE GRUPO SANGUINEO, COOMBS E LAVAGEM ANALISE DE CELULAS EM CITOLOGIA, COM CAPACIDADE PARA 12 TUBOS DE 12 X 75 MM E DOIS PROGRAMAS FIXO DE VELOCIDADE, COM VELOCIDADE DE ROTACAO DE 2.400 RPM A 3.400 RPM, COM TEMPO DE PROCESSO ATE 24 H C/ INTERVALO EM SEG, INDICACAO EM DISPLAY., ROTOR NA FAIXA DE 500 A 3.400 RPM. VOLTAGEM 110/220, FREQUENCIA 50/60 HZ POTENCIA 2.000 WATTS, COM CONTROLES AUTOMATICOS DE MICROPROCESSADO, SISTEMA DE TRAVA AUTOMATICA E DETECCAO DE DESEQUILIBRIO, SISTEMA DE VENTILACAO, COM ALARME (S) TIPO SONORO ACIONADO AO FINAL DO TRABALHO DA CENTRIFUGA, MOSTRADORES CRONOMETRO DIGIAL COM SEIS FUNCOES HORA/MINUTO/ SE GUNDO/MES/DATA/DIA, ACOMPANHA: PAINEL FRONTAL COM DISPLAY DE CRISTAL LIQUIDO COM INFORMACOES DETALHADAS DO PROCESSO, DIMENSOES: 210 MM FUNDO, 420 MM ALTURA 280 MM COM TAMPA FECHA DA, ALIMENTACAO: 110/220 V, POTENCIA: 50/60 Z DE FREQUENCIA 2.000 WATTS DE POTENCIA, INCLUI: GARANTIA, ASSISTENCIA TECNICA LOCAL, MANUAL DE INSTRUCOES
17 - Cota Principal 9 18 - Cota Reservada 9	442223	261046-9	CENTRIFUGA - DO TIPO MICROCENTRIFUGA DE BANCADA REFRIGERADA, PARA PROCESSAMENTO DE MICROVOLUMES, TECLA PULSE, SISTEMA DE PROTECAO CONTRA DESBALANCEAMENTO E CENTRIFUGACAO COM TAMPA ABERTA, TAMPAS ENCAIXADAS POR SISTEMA DE TRAVA DUPLA COM UM CLIQUE. MOTOR DE INDUCAO, SEM ESCOVAS, LIVRE DE MANUTENCAO E CAMARA INTERNA BLINDADA COM ACO INOXIDAVEL, CAPACIDADE 24 MICROTUBOS DE 1,5 E/OU 2ML, VELOCIDADE MAXIMA 13.300 RPM, FORCA CENTRIFUGA MAXIMA 17.000 XG, TEMPERATURA -10° A 40 °C. TEMPO DE OPERACAO 1 A 99 MINUTOS + MODO CONTINUO, TEMPO DE FRENAGEM DA VELOCIDADE MAXIMA 12 SEGUNDOS, TEMPO DE ACELERACAO ATE A VELOCIDADE MAXIMA 11 SEGUNDOS. NIVEL DE RUIDO 50 DBA, ROTOR COM TAMPA DE PROTECAO BIOLOGICA, CONTROLE MICROPROCESSADO, ALARME PARA FIM DO PROCESSO OU DESBALANCEAMENTO, MOSTRADOR DIGITAL, ACOMPANHA TODOS OS ACESSORIOS PARA O PLENO FUNCIONAMENTO, DIMENSOES 330,00 X 295,00 X 445,00MM (A X L X C), PESO 28 KG, ALIMENTACAO 220V, 60HZ
19 - Cota Principal 10 20 - Cota Reservada 10	414650	185935-8	ESTUFA DE ESTERILIZACAO - COM CAPACIDADE DE 40 LITROS, PARA SECAGEM E ESTERILIZACAO, CAMARA INTERNA EM ACO INOX AISI 304, ESTRUTURA : CABINE EXTERNA EM ACO COM TRATAMENTO ANTIFERRUGINOSO C/PINTURA EPOXI, PORTA COM ISOLAMENTO TERMICO E SISTEMA DE VEDACAO EM SILICONE, COM TERMOMETRO SOBRESSALENTE, BANDEJAS REMOVIVEIS, TEMPERATURA REGULAVEL ATE 200-C +/- 3.0-C, CONTROLE DIGITAL MICROPROCESSADO, LAMPADA PILOTO, CHAVE LIGA/DESLIGA, DIMENSOES: INTERNA (A400 X L350 X P300MM), EXTERNA (A750 X L500X P500MM), POTENCIA EM TORNO DE 800W, ALIMENTACAO: 220V-60HZ, COM LAUDO DE COMPROVACAO DA LIGA DO ACO INOX, ASSIST. TECNICA AUTORIZADA EM PE, ACOMPANHA: TODOS OS DISPOSITIVOS E SERVICOS NECESSARIOS AO COMPLETO FUNCIONAMENTO, INSTALACAO E TREINAMENTO, INCLUI: MANUAL DE OPERACAO E SERVICO EM PORTUGUES, GARANTIA MINIMA DE 01 ANO, REGISTRO DO M.S.
21 - Cota Principal 11 22 - Cota Reservada 11	304638	192569-5	SELADORA - PARA BOLSA DE SANGUE, SELADOR DIELETRICO DE BANCADA, PARA SELAGEM E CORTE DE TUBOS DE PVC UTILIZADOS EM BANCO DE SANGUE, AUTOFIXACAO DO TUBO DE PVC, PERMITE SOLDAS EM TUBOS DE PVC DE GRAU MEDIO DE VARIOS TAMANHOS, CONTROLES AUTO-AJUSTAVEL DE ALTA FREQUENCIA DURANTE A SOLDA, GRANDE ROBUSTEZ, POSSIBILITANDO USO ININTERRUPTO POR TEMPO INDETERMINADO, EXTENSAO DA SOLDA INDICADOR DE ESPESSURA DA SOLDA, ACOMPANHA: CABO DE ALIMENTACAO, TODOS OS ACESSORIOS NECESSARIOS PARA O COMPLETO FUNCIONAMENTO DO APARELHO, ALIMENTACAO: 220 VOLTS, 60 HZ, INCLUI: MANUAIS, GARANTIA, TREINAMENTO E INSTALACAO, ASSISTENCIA - DEMAIS CARACTERISTICAS VIDE EDITAL
23 - Cota Principal 12 24 - Cota Reservada 12	601089	383958-3	MICROSCOPIO - BINOCULAR, PARA PESQUISA CITOLOGICA, PAR DE OCULAR DE 10X DE CAMPO AMPLO E PONTO FOCAL ALTO, F.N. 20 COM DESIGN ERGONOMICO, REVOLVER PORTA OBJETIVAS FIXO QUADRUPLA, OBJETIVAS PLANACROMATICA 4X, CORRECAO INFINITA, (N.A. 0.10); OBJETIVA PLANACROMATICA 10X, CORRECAO INFINITA, (N.A. 0.25), OBJETIVA PLANACROMATICA 40X, CORRECAO INFINITA, (N.A. 0.65), OBJETIVA PLANACROMATICA 100X, CORRECAO INFINITA, (N.A. 1.25), CONDENSADOR ABBE, COM COBERTURA NUMERICA 1,25 E DIAGRAMA IRIS QUE ILUMINE TODO CAMPO DE VISAO DESDE 4X A 100X C/OBJETIVAS DE F.N. 20. INCLUINDO FILTRO AZUL LBD, LENTE AUXILIAR PARA CENTRALIZACAO DO CONDENSADOR, SEGUNDO KOHLER, LAMPADA HALOGENA 6V 30W, TUBO DE OBSERVACAO BINOCULAR COM INCLINACAO DE 30 GRAUS, MOVIMENTO GIRATORIO DE 360 GRAUS, FEITO DE MATERIAL RESISTENTE A ACAO DE FUNGOS, DISTANCIA INTERPUPILAR APROXIMADA DE 48 A 75 MM, REGULAR COM CONTROLE DO MOVIMENTO XY, MOVIMENTO NA DIRECAO X APROXIMADO DE 76MM E NA DIRECAO DE Y DE APROXIMADAMENTE 50MM, PADRAO, PADRAO, VOLTAGEM AUTOMATICA 100-240V 50/60HZ, CAPA DE PROTECAO, CABO DE ALIMENTACAO, OLEO DE IMERSAO, LAMINA MICROMETRICA, EM REGUA PARA PLATINA COM DIVISAO DE 10/ 100 PARTES E ESCALA DE 1 MM RETICULO MICROMETRADO 10/100 DIVISOES EM OCULAR; TODOS OS DEMAIS COMPONENTES E ACESSORIOS NECESSARIOS AO PERFEITO E COMPLETO FUNCIONAMENTO DO EQUIPAMENTO, GARANTIA MINIMA DO EQUIPAMENTO 24 MESES; ASSISTENCIA AUTORIZADA EM RECIFE-PE, REGISTRO DE EQUIPAMENTO NA ANVISA; MANUAL DE OPERACAO E SERVICO EM PORTUGUES
25 - Cota Principal 13 26 - Cota Reservada 13	625457	528434-1	AUTOCLAVE - ALIMENTACAO ELETRICA 220VOLT - COM 1500WATTS DE POTENCIA, DE BANCADA HORIZONTAL, DIGITAL, SISTEMA DE ESTERELIZACAO RAPIDA PARA INSTRUMENTAIS E MATERIAIS CIRURGICOS, CAMARA DE ESTERELIZACAO EM ACO INOXIDAVEL, OPERACAO FACIL E AUTOMATICA COM INDICACAO DO CICLO ATRAVES DE PAINEL DIGITAL COM TECLADO DE MEMBRANA FRONTAL, CONTROLE DE PARAMETROS DE FUNCIONAMENTO REALIZADO POR MICROPROCESSADOR ELETRONICO DE PRECISAO, EFICIENTE SECAGEM DO MATERIAL COM OPCAO DE CICLOS EXTRAS DE SECAGEM, TUBULACAO INTERNA EM COBRE PARA ALTA PRESSAO, PESO APROXIMADO 40KG, CICLOS PROGRAMAVEIS, COM TEMPERATURA DE TRABALHO ATE 121 GRAUS CELSIUS, DIMENSOES INTERNAS APROXIMADAS DA CAMARA 400,00 X 400,00MM (DXC), DIMENSOES EXTERNAS APROXIMADAS 470,00 X 500,00 X 600,00MM (AXLXC), REMOCAO DO AR DESPRESSURIZACAO E DESLIGAMENTO AUTOMATICO AO FINAL DO CICLO, CAMARA EM GABINETE EM ACO REFORCADO, COM PINTURA ELETROSTATICA EXTERNA E INTERNAMENTE, GUARNICAO DA TAMPA EM SILICONE VULCANIZADO DE ALTA RESESTENCIA, PORTA COM PINTURA ELETROSTATICA INTERNA E EXTERNA, SISTEMA DE SEGURANCA PARA FUNCIONAMENTO COM PORTA TRAVADA PARA ESTERILIZACAO, EXCLUSIVO SISTEMA DE TAMPA DUPLA EM ACO E INOX LAMINADOS OFERECENDO MAIOR RESISTENCIA E SEGURACA, DESPRESSURIZACAO E DESLIGAMENTO AUTOMATICO AO FINAL DO CICLO, COM IDENTIFICACAO EXTERNA AUTOCLAVE HORIZONTAL COM CAPACIDADE DE 30 LITROS

27 - Cota Principal 14 28 -Cota Reservada 14	625454	224845-0	AUTOCLAVE VERTICAL - ALIMENTACAO PRINCIPAL AUTOCLAVE VERTICAL DE 75 LITROS ELETRICA, CICLO COM DE CICLOS DE ESTERELIZACAO, DIMENSOES INTERNAS C/APROX.(A X L X P) DE ACORDO COM OS LITROS, DIMENSOES EXTERNAS C/APROX.(A X L X P) ESTRUTURA EXTERNA EM CHAPA DE ACO COM TRATAMENTO ANTI-CORROSIVO, PINTADO, COM TAMPA EM BRONZE POLIDO, COM FECHAMENTO POR MEIO DE PRESILHAS E MANIPULOS REVESTIDOS COM MATERIAL ISOLANTE ANTI-TERMICO, CAMARA EM COM ESTRUTURA INTERNA DA CAMARA EM ACO INOXIDAVEL 304;; COM CHAVE LIGA-DESLIGA; VALVULA DE SEGURANCA; REGISTRO PARA DESCARGA DE AR E VAPOR; REGISTRO PARA DESCARGA DE AGUA, COM TERMOMETRO;TERMOSTATO;MANOMETRO COM ESCALAS DE TEMPERATURA E PRESSAO, ACOMPANHA COM ESTO INTERNO EM ACO INOXIDAVEL 304 PERFURADO, COM ACABAMENTO SEM ARESTAS, COM ALCA ESCAMOTEAVEL EM ACO INOX PARA SUA REMOCAO E GABINETE SOBRE PES DE BORRACHA, ALIMENTACAO COM ALIMENTACAO ELETRICA 220 VOLTS 60 HZ MONOFASICO., INCLUI: MANUAL, GARANTIA, ASSIST.TECNICA LOCAL, REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE
29	622425	487383-1	MICROTOMO DE ROTACAO - CORTES SEQUENCIAIS,AMOSTRAS INCLUSAS EM PARAFINA,ESPESURA AJUSTAVEL DE 0,5 A 60 MICROMETROS,AVANCOS DE HORIZONTAL 25,00MM/VERTICAL 59,00MM,VOLANTE TRAVAVEL EM QUALQUER POSICAO,PORTA-AMOSTRAS COM MECANISMO MANUAL PARA AVANCO MACROMETRICO E SISTEMA ORIENTAVEL DE FIXACAO E TROCA RAPIDA. POSSUI SISTEMA DE RETRACAO DO PORTA-AMOSTRAS DURANTE O RETORNO A POSICAO INICIAL DO CORTE,COM SUPORTE PARA NAVALHAS COM INCLINACAO AJUSTAVEL, EQUIPADO COM PROTETORES DE SEGURANCA,NAVALHAS DESCARTAVEIS,GUIAS VERTICAIS COM SISTEMA DE DESLIZAMENTO POR MEIO DE ROLETES. PORTA-CASSETE COM MECANISMO DE FIXACAO RAPIDA
30	440605	487384-0	PROCESSADORA AUTOMATICA DE TECIDOS - PARA ATE 2 CACAMBAS COM 100 CASSETES CADA,COM PELO MENOS 9 PROGRAMACOES DIFERENTES. PROTECAO CONTRA PERDA DE DADOS.TEMPERATURA AJUSTAVEL DE, NO MINIMO, 40°C A 70°C. SISTEMA DE ACIONAMENTO DE IMEDIATO OU COM RETARDO,COM CAPACIDADE DE PELO MENOS 2 BANHOS DE PARAFINA COM TERMOSTATO INDIVIDUAL E DE SEGURANCA,ALIMENTACAO 100/120/230/240 V - 50/60HZ,CONTENDO 9 RECIPIENTES DE ALUMINIO DE PELO MENOS 1,8L CADA
31 - Cota Exclusiva 1	426692	573227-1	AGITADOR DE PLACAS - PARA MICROPLACAS DE 96 POCOS,MODO ON, 300 RPM A 2500 RPM; MODO TOUCH, 300 RPM A 3500 RPM,PLATAFORMA PARA 2 PLACAS DE 96 POCOS,ALIMENTACAO 220 V,ACOMPANHA ADAPTADOR UNIVERSAL MS 3.3, ADAPTADOR PARA TUBO MS 3.1, INSERTO UNIVERSAL MS 1.21, INSERTO MS 1.31 - 6 TUBOS DE TESTE 12MM, ADAPTADOR PARA MICROPLACA MS 3.4
32 - Cota Exclusiva 2	479583	594261-6	AGITADOR DE TUBOS - CAPACIDADE PARA NO MINIMO 8 MICROTUBOS DE 2 ML E 1 TUBO FALCON DE 15 ML,TIPO VORTEX,,VELOCIDADE 0 A 3000 RPM,DIMENSOES APROXIMADAS 175,00X160,00X160,00MM,ALIMENTACAO 220V OU BIVOLT,ACOMPANHA TODOS OS ACESSORIOS NECESSARIOS PARA O COMPLETO FUNCIONAMENTO DO EQUIPAMENTO
33 - Cota Exclusiva 3	455283	360341-5	AGLUTINOSCOPIO - PARA VISUALIZACAO DE REACAO DE AGLUTINACAO EM LAMINAS E TUBOS. BASE EM MATERIAL LISO, NAO POROSO. PES DE APOIO QUE PERMITAM O MOVIMENTO OSCILATORIO LATERAL. PLACA DE LEITURA EM ACRILICO OPACO,ILUMINACAO ATRAVES DE LUZ FRIA DE APROXIMADAMENTE 9 VOLTS, COM CHAVE DE LIGA/DESLIGA,ALIMENTACAO ELETRICA DE 220 VOLTS, 60 HZ,GARANTIA DE 12 MESES, ASSISTENCIA TECNICA EM PERNAMBUCO
34 - Cota Exclusiva 4	278088	502841-8	BALANCA - DO TIPO ELETRONICA PARA USO EM BANCADA,CONSTRUIDA EM ACO INOX, ALIMENTACAO ELETRICA DE 110/220V AUTOMATICO COM CABO ELETRICO DE NO MINIMO 1,50M DE COMPRIMENTO,COM CALIBRACAO AUTOMATICA, DISPLAY DIGITAL, SENSIBILIDADE DE PRECISAO DE 0,0001G COM 4 CASAS DECIMAIS COM CAPACIDADE MEDIR ATE 220G,PRATO DE PESAGEM EM ACO INOXIDAVEL
35 - Cota Exclusiva 5	212330	197137-9	BALANCA DE PRECISAO - DIVERSOS MATERIAIS, MEDIR, CARGA MAXIMA 1200G COM SENSIBILIDADE 0,1G, SAIDA DIGITAL PARA COMPUTADOR, NO MINIMO 3 MESES, 220 VOLTS
36 - Cota Exclusiva 6	439736	502869-8	BANHO MARIA - COM CAPACIDADE DE 64 TUBOS DE 13,00 X 100,00MM,PARA AQUECIMENTO E DESCONGELAMENTO,EM ACO INOX,TEMPERATURA AMBIENTE +7°C ATE 70°C,CONTROLE DE TEMPERATURA TERMOSTATO DE BULBO/ ANALOGICO,AQUECEDOR BOMBA RECIRCULANTE,ESTABILIDADE DA TEMPERATURA: +-3°C,TAMPA PINGADEIRA EM ACRILICO COM ESPESURA DE 5,00MM,DIMENSOES 250,00 X 450,00 X 220,00MM, (L X P X A),ALIMENTACAO 220V,POTENCIA 1000W,INCLUI 2 FUSIVEIS EXTRA
37 - Cota Exclusiva 7	446313	264123-2	BANHO HISTOLOGICO - EQUIPAMENTO CONSTRUINDO EM RESINA DE ALTA RESISTENCIA E ALUMINIO, COM ACABAMENTO EXTERNO EM PINTURA ELETROSTATICA A PO DE ALTA RESISTENCIA PARA SUPORTAR ELEVADAS TEMPERATURAS,CAPACIDADE DE ATE DOIS LITROS DE AGUA, COM CUBA INTERNA DE ACO COM PINTURA ELETROSTATICA A PO,CONTROLE DE TEMPERATURA ATRAVES DE TERMOSTATO DE ALTA PRECISAO COM VARIACAO DE +/- 1°C, COM AJUSTE DE CONTROLE DE TEMPERATURA QUE VARIA DE 20°C ATE 120°C,CHAVES LIG/DESL COM INDICADOR ATRAVES DE LED VERMELHO E FUSIVEL DE SEGURANCA,VOLTAGEM 110 OU 220 VOLTS,BORDAS LARGAS COM NO MINIMO 50MM DE EXTENSAO, ESSENCIAL PARA O PRE-AQUECIMENTO DE LAMINAS,E EXIGIDO: MANUAL ORIGINAL ATUALIZADO DE OPERACOES, GARANTIA DE NO MINIMO 01 (UM) ANO PARA PECAS E SERVICOS, COMPLETA INSTALACAO DO EQUIPAMENTO REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE
38 - Cota Exclusiva 8	422815	502840-0	ESTUFA BACTERIOLOGICA - MICROPROCESSADA DE SECAGEM EM ESTRUTURA EXTERNA COM CHAPA DE ACO REVESTIDA EM EPOXI ELETROSTATICO,PORTA COM SILICONE MOLDADO,TEMPERATURA 7°C A 200°C,CONTROLE DIGITAL MICROPROCESSADO COM SISTEMA PID E CERTIFICADO DE CALIBRACAO RBD,ESTABILIDADE DA TEMPERATURA: +-1°C UNIFORMIDADE:+-3°C,DIMENSOES INTERNAS DE 600,00X500,00X600,00MM (LXPXA), EXTERNAS 780,00X650,00X920,00MM (LXPXA),ALIMENTACAO ELETRICA 220V,POTENCIA 1900W,COM 2 BANDEJAS E 2 FUSIVEIS EXTRAS
39 - Cota Exclusiva 9	449649	202163-3	MICROSCOPIO - BINOCULAR COM IMUNOFLUORESCENCIA, ANALISE FOTO GENETICA, CAMPO CLARO E ESCURO, OCULAR WF 10X, 16X PAR, REVOLVER PARA QUADRUPLA PARA AS OBJETIVAS, OBJETIVAS: PLANACROMATICAS 4X/0,10, 10X/0,25, 40X/0,65, RETRATIL 100X/1,25, CONDENSADOR ABBE 1,25 NA COM DIAFRAGMA DE IRIS E SUPORTE PARA FILTRO, ILUMINACAO: LAMPADA TIPO MERCURIO DE 50 OU 100W COM CONTROLE LUMINOSIDADE, PLATINA 140 X 140MM APROXIMADAMENTE, CHARRIOT GRADUADO COM AREA DE TRABALHO DE 75X45MM, ALIMENTACAO: 220V, ACOMPANHA FILTRO DE EXCITACAO,ESPELHO DUPLO DICROICO BIDIRECIONAL, INCLUI: MANUAIS,GARANTIA,INSTALACAO,TREINAMENTO,ASSIST.TECNICA,DEMAIS INF.COMPLEMENTARES VIDE EDITAL
40 - Cota Exclusiva 10	419221	235487-0	CONTADOR DE CELULAS (PIANINHO) - MANUAL, COM TECLAS PARA CONTAGEM, COM CAPACIDADE DE CONTAGEM SEPARADAMENTE DE ERITROBLASTOS, COM TOTALIZACAO A CADA 100 CELULAS, COM ALARME SONORO E BLOQUEIO AUTOMATICO PARA CADA 100 CELULAS CONTADAS, ZERADOR DE CONTAGEM TIPO ACOMPANHA 01 CABO DE FORCA, ALIMENTACAO: 110-240 VAC AUTOMATICO, INCLUI: INCLUIR: MANUAL DE OPERACAO E MANUTENCAO ORIGINAL EM PORTUGUES, GARANTIA DE NO MINIMO UM ANO PARA PECAS E SERVICOS, INSTALACAO E TREINAMENTO OPERACIONAL, ASSIST,TECNICA NA REGIAO METROPOLITANA DO RECIFE

41 - Cota Exclusiva 11	625453	365071-5	AUTOCLAVE VERTICAL - ALIMENTACAO PRINCIPAL ELETRICA, CAPACIDADE 50 LITROS,CICLO A VAPOR,DIMENSOES INTERNAS 35 X 50CM,DIMENSOES EXTERNAS 110 X 45 X 45CM,GABINETE EM CHAPA DE ACO COM TRATAMENTO ANTI CORROSIVO E PINTURA EPOXI, MANIPULOS REVERSIVEIS, DE BAQUELITE E ELEMENTO INTERNO EM LATAO; RESISTENCIAS DE NIQUEL CROMO BLINDADAS COM TUBOS DE COBRE CROMADOS, POTENCIA DE 3.000 WATTS,COM CHAVE LIGA-DESLIGA; VALVULA DE SEGURANCA, DISJUNTOR ELETROMAGNETICO E SEGURANCA ELETRONICA,MANOMETRO E TERMOMETRO ESCALA DE PRESSAO MAXIMADE TRABALHO CAPACIDADE PARA 1,5 KGF/CM², CORRESPONDENDO A 127°C,..COM ALIMENTACAO ELETRICA 220 VOLTS,DE ACORDO COM AS NORMAS DA ABNT
42 - Cota Exclusiva 12	421867	16439-9	CENTRIFUGA DE MICROHEMATOCRITO - MICRO CENTRIFUGA, COM CAPCIDADE PARA 24 TUBOS CAPILARES POR CARGA, VELOCIDADE DE ROTACAO: 11.500 A 13.500RPM, TEMPORIZADOR DE CONFORME EDITAL, COM ALARME TRAVA DE SEGURANCA, SISTEMA DE PROTECAO CONTRA DESBALACEAMENTO, ACOMPANHA: CONFORME EDITAL, DIMENSOES: CRUZETA COM CAPACIDADE PARA 24 TUBOS DE 1,75 X 75MM, ALIMENTACAO: 220V - 60HZ, INCLUI: GARANTIA,MANUAIS,TREINAMENTO,ASSIST.TECNICA E DEMAIS INFORMACOES COMPLEMENTARES VIDE EDITAL.
43 - Cota Exclusiva 13	359365	175569-2	CAPELA DE FLUXO LAMINAR - HORIZONTAL, CLASSE II B2,, COM FILTRO COM 99,99%, PERCENTUAL DE AR RECIRCULADO 0%, PERCENTUAL DE AR EXAURIDO 100%, COM VENTILADOR(ES) COM POTENCIA DE 50/60 HZ, DIMENSOES: 2030 X 965 X 770 MM, ILUMINACAO INTERNA FILTRO HEPa, ACOMPANHA LAMPADA GERMICIDA, DISPOSITIVOS,REGISTRO, RUIDO MAXIMO DE 67 DB, ALIMENTACAO: 220 V, INCLUI: MANUAIS, GARANTIA DE 02 ANOS, CERTIFICADO
44 - Cota Exclusiva 14	428187	620405-8	BANHO MARIA - APROXIMADAMENTE 15 L,PARA AQUECIMENTO DE SANGUE, SORO E PLASMA,ESTRUTURA MONOBLOCO EM ACO POLIDO,CUBA COM CANTOS ARREDONDADOS PARA PERFEITA HIGIENIZACAO.,TEMPERATURA QUE ABRANJA A FAIXA DE 36°C E 37°C,CONTROLE DE TEMPERATURA DIGITAL MICROPROCESSADO, E CONTA COM BOMBA RECIRCULANTE PARA HOMOGENEIZACAO DA TEMPERATURA DA AG,DRENAGEM NA PARTE INFERIOR DA CUBA. RESISTENCIA ELETRICA DE ALTA POTENCIA.,ESTABILIDADE 0,5°C NA FAIXA DE TRABALHO,DIMENSOES EXTERNAS APROX 370 MM (A) X 400 MM (P) X 400 MM (L),220V 60 HZ,POTENCIA ACIMA DE 400 WATTS

Além da descrição apresentada na tabela do item 3.1.2, para o fornecimento do Objeto deve-se observar as seguintes características:

PARA TODOS OS ITENS:

- Deve acompanhar todos dispositivos e acessórios necessários ao completo funcionamento do equipamento;
- Possuir registro na ANVISA;
- Instalação e treinamento operacional;
- Manuais de operação em português;
- Alimentação 220V ou bivolt automático.

ITEM 01 - Cota Principal 1 e ITEM 02 - Cota Reservada 1 - 268596-5 - AGITADOR DE PLAQUETAS

- Capacidade mínima: 48 bolsas de plaquetas;
- Bandejas deslizantes, ajustáveis, de fácil limpeza e desinfecção;
- Bandejas em aço inoxidável;
- Permite o acesso individual a cada bandeja, para que seja possível manusear uma sem interromper o movimento das outras;
- Alarme audiovisual e/ou sonoro para falhas de funcionamento;
- Alarme de movimento ajustável para garantir que as bolsas permaneçam em movimento contínuo;
- Velocidade de agitação variável: 40-80 ciclos/minuto, com ajuste;
- Nível de ruído: menor que 50 dB.

ITEM 03 - Cota Principal 2 e ITEM 04 - Cota Reservada 2 -171876-2 - CAPELA DE FLUXO LAMINAR VERTICAL

- Porta frontal em vidro temperado com deslocamento vertical tipo guilhotina.

ITEM 05 - Cota Principal 3 e ITEM 06 - Cota Reservada 3 - 311461-9 - BANHO MARIA

- Tampa tipo pingadeira;
- Aplicação para aquecimento de qualquer substância (líquida ou sólida), para uso em laboratórios;
- Capacidade para 60 tubos ou superior;
- Cuba em aço inox;
- Capacidade: 10L ou superior;
- Tampa em aço inox ou em plástico;
- Estrutura externa em aço inox ou aço ferro pintado;
- Aquecimento através de resistência blindada tipo tubular;
- Estante ou rack único para tubos de ensaio;
- Controlador digital de temperatura com display;
- Faixa de trabalho mínima entre 37°C e 58°C, com precisão de $\pm 0,7^{\circ}\text{C}$;
- Resolução do display de $0,1^{\circ}\text{C}$;
- Deve acompanhar todos os itens, acessórios e componentes necessários ao perfeito funcionamento do equipamento, conforme as configurações solicitadas, assim como estruturas ou adaptações que se fizerem necessárias.

ITEM 07 - Cota Principal 4 e ITEM 08- Cota Reservada 4 - 411362-4 - BANHO MARIA PARA DESCONGELAMENTO DE LEITE HUMANO

- Chave geral liga/desliga;
- Estrutura em aço inoxidável;
- Estrutura em monobloco;
- Cuba em aço inoxidável, isolada termicamente, com cantos arredondados;
- Cuba com capacidade mínima de 30 litros de água;
- Potência do elemento aquecedor (resistência): na faixa de 2500W a 3500W;
- Controlador de temperatura digital microprocessado, com visor;
- Faixa de trabalho entre: 35 e 42°C;
- Estabilidade de 0,5°C na faixa de trabalho;
- Bomba recirculante para homogeneização da temperatura da água;
- Dreno para retirada de água, com saída inferior da cuba;
- Pés antiderrapantes;
- Tampa tipo pingadeira;
- Galheteiros em inox removíveis para retirada de frascos (quantidade a preencher a área da cuba);

ITEM 09 - Cota Principal 5 e ITEM 10 - Cota Reservada 5 - 607384-0 - BANHO MARIA PARA PASTEURIZAÇÃO DE LEITE HUMANO

- Equipamento destinado à pasteurização de leite humano;
- Estabilidade de 0,1°C na faixa de trabalho (64,0°C);
- Capacidade mínima: 18 frascos de 150 ml, 15 frascos de 300 ml ou 11 frascos de 500 ml;
- Cuba com capacidade mínima de 30 litros de água;
- Acompanha galheteiro em aço inox;
- Galheteiro removível, permitindo a colocação e retirada dos frascos sem contato manual;
- Estrutura totalmente em aço inox;
- Estrutura monobloco;
- Cuba com cantos arredondados para perfeita higienização e isolada termicamente;
- Sistema de drenagem da água;
- Resistência blindada em aço inox, de alta potência, com relê de estado sólido;
- Controlador digital microprocessado;
- Bomba recirculante para homogeneização da temperatura da água.

ITEM 11 - Cota Principal 6 e ITEM 12 - Cota Reservada 6 - 502836 - 1 - CENTRÍFUGA SOROLÓGICA DE BANCADA

- Motor de indução sem escovas (brushless), isento de manutenção;
- Display digital em LCD para visualização simultânea de rotação e tempo.

ITEM 13 - Cota Principal 7 e ITEM 14 - Cota Reservada 7 - 346940-9 - CENTRÍFUGA REFRIGERADA

- Capacidade mínima: 12 bolsas de 500ml;
- Sistema de refrigeração por compressor;
- Gabinete em aço carbono ou aço inoxidável, com pintura eletrostática resistente a produtos químicos;
- Tampa com trava de segurança e sensor de bloqueio durante operação;
- Motor de indução sem escovas (brushless), isento de manutenção;
- Faixa de controle de temperatura interna: de -10°C a +40°C (ou superior);
- Display digital em LCD para visualização simultânea de rotação, força G, tempo e temperatura;
- Painel de controle com botões de membrana elevados para programação de parâmetros;
- Tacômetro eletrônico para medição precisa de rotação;
- Sistema de detecção automática de desbalanceamento, com desligamento de segurança;
- Presença de freio automático para parada rápida e segura do rotor;
- Alarmes mínimos: tampa aberta, desbalanceamento, temperatura fora da faixa programada, fim de ciclo;
- Faixa de rotação: mínimo de 500 rpm até pelo menos 4000 rpm;
- Tempo de centrifugação ajustável: mínimo de 1 min até pelo menos 99 min, com indicação de contagem regressiva;
- Indicação de velocidade em rpm e força G no display;
- Erro máximo de velocidade e tempo: inferior a 1%;
- Câmara interna em aço inoxidável de fácil higienização;
- Sistema de drenagem para retirada de líquidos condensados;
- Rodízios com travas para fácil movimentação e fixação no local de uso;
- Controle de temperatura microprocessado, garantindo estabilidade térmica durante todo o ciclo.

ITEM 15 - Cota Principal 8 e ITEM 16 - Cota Reservada 8 - 196611-1 - CENTRÍFUGA IMUNOHEMATOLOGIA

- Display LCD apresentando no mínimo velocidade de rotação, tempo de operação e programação selecionada;
- Rotor ângulo fixo (45°) em aço inoxidável;
- Timer programável até 99 minutos e 59 segundos;
- Memória para pelo menos 5 programas criados pelo usuário;
- Operação silenciosa de 60 dB;
- Capacidade: 12 tubos 12 x 75mm;
- Sensores de abertura de tampa e desbalanceamento;
- Velocidade que atenda, no mínimo, a faixa de operação entre 500 e 3.500 rpm.

ITEM 17 - Cota Principal 9 e ITEM 18 - Cota Reservada 9 - 261046 - 9 - MICROCENTRÍFUGA

- Microcentrífuga de bancada bivolt;
- Capacidade para 12 tubos com volume de 1,5 a 2,0 mL cada;
- Velocidade mínima de 500 rpm e máxima de 15.000 rpm;
- Acompanha:
 - 01 pacote com 12 adaptadores para microtubos de 0,5 mL;
 - 01 pacote com 12 adaptadores para microtubos de 0,2 mL.

ITEM 19 - Cota Principal 10 e ITEM 20 - Cota Reservada 10 - 185935-8 - ESTUFA

- Capacidade: $\geq 40L$;
- Controle de temperatura digital microprocessado;
- Câmara de esterilização (interna) construída em aço inoxidável AISI 430 ou superior;
- Painel frontal construído em aço inoxidável AISI 304 ou superior;
- Isolação térmica em manta de lã de vidro ou superior em todos os lados e na porta;
- Portas herméticas, com sistema de vedação em silicone de alta temperatura e construídas internamente do mesmo material da câmara de esterilização;
- Orifício superior para liberação de calor e acomodação do termômetro;
- Paredes duplas com isolamento térmico;
- Pintura externa em tinta epóxi eletrostática;
- Acabamento interno em aço inox;
- Termômetro eletrônico graduado de 50°C a 250°C ou superior, com precisão de controle de $\pm 1^{\circ}C$;
- Possuir lâmpada piloto;
- Modo de ligar e desligar através de uma chave;
- Potência máxima de 1.500 W;
- Resistência blindada em aço inox;
- Alarme de temperatura máxima.

ITEM 21 - Cota Principal 11 e ITEM 22 - Cota Reservada 11 - 192569-5 - SELADORA DE BOLSA DE SANGUE

- Selagem em até 2 segundos;
- Dispensa pré-aquecimento;
- Ajuste manual do tempo de selagem de 2 a 10 segundos;
- Proteção contra superaquecimento;
- Capaz de soldar tubos de PVC grau médico com diâmetro mínimo de 6,0 mm;
- Soldagem controlada eletronicamente;
- Botão liga/desliga com LED indicador de operação;
- Acompanha alicate de selagem com cabo coaxial de pelo menos 1,7 metros.

ITEM 23 - Cota Principal 12 e ITEM 24 - Cota Reservada 12 - 383958-3 - MICROSCÓPIO BINOCULAR

- Microscópio biológico binocular com óptica infinita e objetivas planacromáticas;
- Estativa composta por base e coluna;
- Revólver invertido para 4 objetivas planacromáticas com aumento mínimo de 4x, 10x, 40x e 100x imersão retrátil (ótica infinita);
- Abertura numérica mínima das objetivas:
 - 4x: 0,10;
 - 10x: 0,25;
 - 40x: 0,65;
 - 100x: 1,25.
- Platina com trava de segurança para evitar quebra de lâminas, com movimento cruzado em X e Y e charriot;

- Cabeçote binocular com inclinação de 30° e rotação de 360°;
- 1 par de oculares 10x (campo amplo) com campo mínimo de 20 mm;
- Ajuste interpupilar e ajuste de dioptrias independentes para as duas oculares;
- Iluminação em LED;
- Acompanha capa de proteção.

ITEM 25 - Cota Principal 13 e ITEM 26 - Cota Reservada 13 - 528434 - 1 - AUTOCLAVE DE BANCADA (30 L)

- Abastecimento de água destilada manual a cada ciclo de esterilização;
- Ciclos de trabalho programáveis de acordo com o material a ser esterilizado;
- Secagem com porta fechada realizada de forma automática após a despressurização;
- Anel de vedação em silicone;
- Sistema de segurança que impeça a abertura da porta quando houver pressão dentro da câmara de esterilização ou que realize a despressurização imediata do sistema caso ocorra abertura acidental;
- Copo dosador de água destilada e mangueiras inclusos;
- Drenagem do vapor através de tubulação de descarga apropriada para alta temperatura.

ITEM 27 - Cota Principal 14 e ITEM 28 - Cota Reservada 14 - 224845 - 0 - AUTOCLAVE VERTICAL 75 L

- Pressão máxima de trabalho: 1,5kgf/cm²;
- Com pedal.

ITEM 29 - 487383-1 - MICRÓTOMO

- Configurações de espessura de corte e desbaste que podem ser salvas e selecionadas de forma independente;
- Manivela eletrônica de avanço e retrocesso da amostra ergonomicamente posicionada na lateral, com sentido horário ou anti-horário selecionável;
- Manivela de corte com rotação suave, posição ergonômica e sistema de balanço de força com compensação por mola, ajustável pelo usuário;
- Dois modos de desbaste: rocking mode e convencional (giro completo), com dois sistemas independentes de trava;
- Movimento horizontal e vertical com mecanismo de mancais de esfera cruzados;
- Sinais visuais e acústicos indicadores de curso restante e limites frontais e traseiros;
- Bandeja coletora de detritos antiestática, com capacidade para grande volume e facilitando limpeza e descarte;
- Base do suporte de navalhas 2 em 1 para navalhas descartáveis de perfil alto e baixo;
- Sistema de fixação da amostra com controle preciso de orientação e rotação horizontal e vertical de $\pm 8^\circ$;
- Prendedor de cassete universal com dimensões mínimas de 39,8 x 28 mm e máximas de 40,9 x 28 mm;
- Função MEMO para memória de posicionamento, permitindo rápido retorno do cabeçote à posição salva;
- Espessura de corte variável:
 - 0,5 μm a 5 μm com incrementos de 0,5 μm ;
 - 5 a 20 μm com incrementos de 1 μm ;
 - 20 a 60 μm com incrementos de 5 μm .
- Espessura de desbaste variável:
 - 1 a 10 μm com incrementos de 1 μm ;
 - 10 a 20 μm com incrementos de 2 μm ;
 - 20 a 50 μm com incrementos de 5 μm .
- Percurso máximo horizontal de 28 ± 1 mm e percurso vertical de 70 ± 1 mm;
- Controles calibrados com dois indicadores vermelhos para auxílio no retorno preciso à posição zero.

ITEM 30 - 487384-0 - PROCESSADORA DE TECIDOS

- Montagem em quadro tubular tratado com anticorrosivo e acabamento em resina plástica de alta resistência;
- Acabamento externo branco, resistente a ambientes laboratoriais e produtos químicos como xilol;
- Painel de controle digital touchscreen de 7", microprocessado, com ajuste de parâmetros como data, hora, ano e configurações do equipamento;
- Controle de tempo para troca de banhos, evitando contaminação cruzada;
- Sensores de proteção com controle individual da temperatura das canecas de parafina, com alarmes sonoros e visuais para evitar superaquecimento ou subaquecimento;
- Sistema de parada automática ao final do ciclo;
- Proteção contra passagem de solvente inadequado para banho de parafina caso temperatura esteja fora dos parâmetros;
- Bloqueio automático do sistema de aquecimento ao atingir 90°C (segurança térmica);
- Armazenamento de até 20 protocolos configuráveis pelo operador;
- Sistema de centrifugação de cestos de inox com capacidade para mais de 80 cassetes plásticos;

- Capacidade total para até 255 cassetes plásticos utilizando 3 cestos;
- Controle de temperatura ajustável via painel digital, com regulagem até 75°C e variação máxima de $\pm 2^{\circ}\text{C}$;
- Suporte para até 9 banhos químicos e 3 banhos de parafina, com volume de 2000 ml cada;
- Tampas dos banhos com vedação para minimizar contaminação do ambiente;
- Controle direto do aquecimento das canecas de parafina com termostato digital;
- Acessórios inclusos:
 - 3 cestos de aço inox para até 85 cassetes cada;
 - 9 recipientes de vidro com tarja fosca para identificação dos banhos químicos, mais 1 reserva;
 - 3 canecas de parafina;
 - 1 nobreak com autonomia de até 20 minutos em falta de energia;
- Proteção contra penetração nociva de água: IPX0;
- Capacidade de 2 litros de reagente ou parafina por becker e até 85 cassetes por cesto;
- Interface de usuário em idioma português.

ITEM 31 - Cota Exclusiva 1 - 572327-1 - AGITADOR DE PLACAS VDRL

- Capacidade: mínimo de 4 a 6 placas VDRL;
- Motor selado, com velocidade ajustável e baixo nível de ruído;
- Velocidade ajustável: frequência mínima entre 0-230 rpm;
- Bandeja resistente à corrosão;
- Prato revestido com borracha, resistente à corrosão;
- Timer programável: até 60 minutos.

ITEM 32 - Cota Exclusiva 2 - 594261-6 - AGITADOR DE TUBOS

- Capacidade: 12 a 36 tubos;
- Velocidade: 0 a 3000 rpm;
- Receptáculo de borracha sintética;
- Pés com ventosas, garantindo estabilidade durante o uso;
- Possuir os seguintes módulos de operação: contínuo e por pressão no receptáculo;
- Compatível com tubos de diferentes diâmetros;
- Acompanha:
 - 1 plataforma cônica de borracha para tubos;
 - 1 plataforma cônica de plástico para tubos;
 - 1 plataforma placa de borracha para frascos com suporte plástico;
 - 1 plataforma de espuma para microtubos com suporte plástico.

ITEM 33 - Cota Exclusiva 3 - 360341-5 - AGLUTINOSCÓPIO

- Refletor estampado em alumínio e sustentado por 01 (um) braço flexível;
- Fonte de luz fria com lâmpada LED;
- Superfície branca e preta para contraste;
- Possuir iluminação incidente e visualização através de uma lente corrigida de até 5 vezes.

ITEM 34 - Cota Exclusiva 4 - 502841-8 - BALANÇA DE PRECISÃO 500g

- Capacidade máxima: 500g;
- Resolução: 0,001g;
- Tara automática;
- Calibração interna ou com pesos-padrão;
- Tela digital retroiluminada;
- Pés de apoio antiderrapante;
- Prato em aço inoxidável;
- Estrutura externa em polímero resistente;
- Botões de membrana, para configuração e operação;
- Display em LCD retro iluminado, com 8 dígitos de 10 mm, ou melhor.

ITEM 35 - Cota Exclusiva 5 - 197137 - 9 - BALANÇA DE PRECISÃO 1200g

- Capacidade máxima: 1200g;
- Resolução: 0,1g;
- Tara automática;
- Calibração interna ou com pesos-padrão;

- Tela digital retroiluminada;
- Pés de apoio antiderrapante;
- Prato em aço inoxidável;
- Estrutura externa em polímero resistente;
- Botões de membrana, para configuração e operação;
- Display em LCD retro iluminado, com 8 dígitos de 10 mm, ou melhor.

ITEM 36 - Cota Exclusiva 6 - 502869-8 - BANHO MARIA PARA TUBOS DE ENSAIO

- Controle de temperatura: 25°C a 100°C;
- Termostato com precisão de 0,5°C;
- Tampa tipo pingadeira.

ITEM 37 - Cota Exclusiva 7 - 264123-2 - BANHO HISTOLÓGICO

- Controle digital de temperatura;
- Superfície preta antirreflexo;
- Faixa de trabalho no mínimo entre 40 e 70°C;
- Recipiente em alumínio/anodizado.

ITEM 38 - Cota Exclusiva 8 - 502840 - 0 - ESTUFA BACTERIOLÓGICA

- Estrutura externa com chapa de aço revestida em epóxi eletrostático ou superior;
- Câmara de esterilização (interna) construída em aço inoxidável AISI 430 ou superior;
- Sensor de temperatura tipo PT100.

ITEM 39 - Cota Exclusiva 9 - 202163-3 - MICROSCÓPIO BINOCULAR COM IMUNOFLUORESCÊNCIA

- Ajuste interpupilar;
- Ajuste de dioptria nas duas oculares de campo amplo 10x;
- Iluminador com lentes apocromáticas para fluorescência e luz refletida, montado em revólver porta-objetivas;
- Carrossel com no mínimo cinco posições para cubos de fluorescência;
- Objetivas planacromáticas e para fluorescência 20x, 40x e 100x, de alta transmissão em fluorescência UV;
- Adaptável para campo claro, campo escuro, polarização e contraste de Nomarski DIC;
- Platina mecânica com área aproximada de 140 x 140 mm, movimento X 75 mm e Y 50 mm, com botões conjugados à direita;
- Condensador universal de torre para todas as técnicas de luz transmitida, com íris diafragma incorporado, pré-centralizável e ajustável;
- Condensador com slots para filtros e movimento por pinhão e cremalheira;
- Focalização macrométrica com área de trabalho de 30 mm;
- Focalização micrométrica com curso de 0,002 mm por divisão;
- Macro e micro conjugados em botões bilaterais;
- Tensor acoplado e parada automática;
- Protetor frontal para raios UV;
- Filtros compatíveis com fontes de luz halógena de 20W ou 100W ou LED, com ajuste de intensidade luminosa;
- Ondas luminosas de excitação: luz azul e luz verde;
- Prisma de separação de cor;
- Faixa aproximada do espectro luminoso de excitação: 350 nm a 580 nm;
- Faixa aproximada do espectro de luz fluorescente: 420 nm a 650 nm;
- Câmera acoplada e software compatíveis para captura de imagens.

ITEM 40 - Cota Exclusiva 10 - 235487-0 - CONTADOR DE CÉLULAS

- Para uso na rotina de contagem de células sanguíneas;
- Teclas de alta resistência a repetibilidade de acionamento;
- Possuir display LCD, LED ou tecnologia superior;
- Valor de contagem de cada célula e valor total de contagem simultâneos Possuir capacidade para contagem de no mínimo 10 tipos de células sanguíneas;
- Com todas as teclas de contagem independentes para contagem de cada tipo de célula e alinhadas em fileira única;
- Possuir sinalizador auditivo de acionamento das teclas de contagem;
- Possuir sinalização áudio visual e bloqueio automático ao atingir a contagem de 100 células.

ITEM 41 - Cota Exclusiva 11 - 365071 - 5 - AUTOCLAVE VERTICAL 50 L

- Acompanha cesto perfurado de inox;

- Montado sobre quatro pés de borracha regulável.

ITEM 42 - Cota Exclusiva 12 - 16439-9 - CENTRÍFUGA PARA MICROHEMATÓCRITO

- Controle microprocessado com painel frontal em cristal líquido alfanumérico;
- Tampa com trava automática;
- Cruzeta com tampa selada para no mínimo 24 (vinte e quatro) tubos de microhematócrito;
- Motor sem escovas acionado por sistema de inversor de frequência, proporcionando baixo nível de ruído;
- Sistemas de segurança para tampa aberta e desbalanceamento;
- Acessórios que devem acompanhar o equipamento: Cartão de leitura de hematócrito; Massa de selagem (caixa); Guarnição de borracha da cruzeta.

ITEM 43 - Cota Exclusiva 13 - 175569-2 - CAPELA FLUXO LAMINAR CLASSE II B2

- Cabine de segurança biológica Classe II Tipo B2, com exaustão, 100% de renovação de ar.
- Vazão recirculada 0%;
- Com 2 filtros HEPA sendo 1 para insuflamento e outro para exaustão 100%;
- Cortina de ar na parte frontal do equipamento, pressão negativa, sistema de duto para exaurir o ar filtrado para fora do laboratório.
- Câmara interna de trabalho totalmente em aço inoxidável;
- Porta frontal em vidro temperado com deslocamento vertical tipo guilhotina e sistema de contrapesos que permite parar em qualquer ponto de seu curso.
- Pré-filtro;
- 01 tomada auxiliar interna;
- 01 válvula para gás ou vácuo;
- Base com rodízios giratórios com trava;
- Tela de proteção para filtro HEPA,
- Alarmes:

Dispositivo de segurança áudio visual em caso de ocorrência de falha no motor de exaustão e travamento no funcionamento do equipamento.

Dispositivo de segurança áudio visual quando a abertura do vidro frontal exceder a abertura de trabalho;

Dispositivo de segurança para acionamento da lâmpada UV somente com o vidro totalmente fechado;

Indicação áudio visual da saturação do filtro HEPA.

- Manômetro para indicar diferencial de pressão do filtro HEPA.
- Acessórios:
01 lâmpada fria 20-40 W.
01 lâmpada germicida (UV) 13-30 W.t

ITEM 30 - Cota Exclusiva 14 - 620405-8 - BANHO MARIA COM CIRCULAÇÃO

- Controle de temperatura microprocessado digital;
- Atinja a temperatura entre 36°C e 37°C, com estabilidade de 0,5°C;
- Para descongelar bolsa de sangue.

3.2 DA EXECUÇÃO DO OBJETO

3.2.1 A entrega dos bens será realizada de **forma futura e integral**, em remessa única, no prazo de até 60 (sessenta) dias corridos, contados da notificação da Ordem de Fornecimento, acompanhada da Nota de Empenho.

3.2.2 A entrega será realizada no **CENTRO DE DISTRIBUIÇÃO da SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DE PERNAMBUCO**, localizado na Rodovia Empresário João Santos Filho, Condomínio Industrial Ajam, Bloco D, nº 732, Muribeca, Jaboatão dos Guararapes, PE – CEP: 54.350-100, mediante prévio agendamento através do telefone (81) 3437-4994, no horário das 8:00 h às 12:00 e 14:00 e 17:00 e em dias úteis de segunda-feira a sexta-feira ou pelos e-mails recebimento@alclog.com.br/expedicao@alclog.com.br, com cópia para o e-mail empenho.gencsespe@gmail.com, onde os materiais serão conferidos e recebidos;

3.2.3 Para a entrega do objeto, é imprescindível anexar DANFE a Nota Fiscal Eletrônica e a cópia da nota de empenho;

3.2.4 A dedução do ICMS, quando aplicável, deve ficar explícita na Nota Fiscal, que deve conter a alíquota incidente e a dedução do que seria devido, caso não houvesse o benefício, observando as normas que impliquem desoneração tributária;

3.2.5 O objeto será recebido:

g) Provisoriamente, de forma sumária, mediante recibo, para efeito de posterior verificação da conformidade dos bens recebidos com as especificações exigidas;

h) Definitivamente, após a verificação da compatibilidade dos bens com as especificações técnicas, a conformidade dos documentos de registro na ANVISA, e dos laudos de controles de qualidade, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da nota fiscal ou do instrumento de cobrança equivalente;

3.2.26 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem 3.2.5.b não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;

3.2.7 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade ético-profissional da contratada pelo perfeito fornecimento do objeto, nem a responsabilidade pelos prejuízos resultantes do incorreto fornecimento;

3.2.8 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

3.2.9 Na entrega dos Dispositivos Médicos deverão ser verificados:

i) A conformidade das especificações técnicas com o que foi solicitado através do e-fisco na tabela constante no Anexo D, bem como os demais itens do detalhamento do objeto, constantes do item 3.1.1 deste Termo de Referência;

j) Os Dispositivos Médicos devem ser entregues na embalagem original, em perfeito estado, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, umidade, sem inadequação do conteúdo, identificados, nas condições de temperatura exigidas em rótulo, e com o número do registro emitido pela ANVISA;

3.2.10 A contratada deverá instalar o(s) Equipamento(s) Médico(s) em até 15 (dias) dias úteis, após o recebimento definitivo do mesmo, sem ônus para a contratante.

3.2.11 Os Dispositivos Médicos devem ser entregues por lote e prazo de garantia, com seus respectivos quantitativos na Nota Fiscal;

3.2.12 O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com os termos e condições desta contratação. A contratada deve substituir às suas expensas, no todo ou em parte, conforme o caso, no prazo de até 10 (dez) dia(s) úteis, contados da notificação feita pelo fiscal, os produtos que apresentarem qualquer irregularidade;

3.2.13 A contratada deve comunicar à contratante, no prazo máximo de 5 (cinco) dia(s) úteis que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

3.2.14 No momento da entrega a contratada deverá apresentar descrição detalhada do Dispositivo Médico ofertado e correlacionar com o registro apresentado do número do item correspondente no Termo de Referência, constando a marca e o fabricante, de maneira a demonstrar o completo atendimento às características específicas.

3.3 GARANTIA DO OBJETO

3.3.1 O(s) equipamento(s) médico(s) deverá(ão) ser entregue(s) com prazo de garantia mínima de 24 (vinte e quatro) meses contados a partir da **instalação** dos mesmos.

3.3.2 A garantia poderá implicar a realização de manutenção, substituição temporária ou troca definitiva, com vistas a manter a disponibilidade do objeto para uso, em perfeito estado de funcionamento.

3.3.3 Os serviços de assistência técnica decorrentes da garantia compreendem a substituição de peças, ajustes e reparos necessários, dentre outros procedimentos, de modo a manter o objeto em perfeita condição de uso durante a sua vigência;

3.3.4 O serviço de manutenção do objeto realizado durante o período de garantia é de responsabilidade do fornecedor, que deverá disponibilizar assistência técnica autorizada para realização das intervenções necessárias;

3.3.5 Tanto na substituição temporária quanto na troca definitiva, o equipamento substituído deverá possuir características técnicas e desempenho igual ou superior ao equipamento original, além de estarem em perfeito estado de funcionamento;

3.3.6 Os prazos máximos para substituição temporária e troca definitiva serão de 20 (vinte) dias úteis, aplicados caso, ao final desse período, o item original ainda não esteja disponível para a contratante.

4. DO VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO, CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA E DO BENEFÍCIO PREVISTO NA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006

4.1 VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

4.1.1 O valor estimado global da contratação é de R\$ 6.669.885,48 (**seis milhões, seiscentos e sessenta e nove mil, oitocentos e oitenta e cinco reais e quarenta e oito centavos**) distribuído nos seguintes grupos:

k) Item 1 - Cota Principal 1 - Valor estimado total - R\$ 341.570,04 (**trezentos e quarenta e um mil, quinhentos e setenta reais e quatro centavos**);

l) Item 2 - Cota Reservada 1 - Valor estimado total - R\$ 113.856,68 (**centro e treze mil, oitocentos e cinquenta e seis reais e sessenta e oito centavos**);

m) Item 3 - Cota Principal 2 - Valor estimado total - R\$ 300.810,48 (**trezentos mil, oitocentos e dez reais e quarenta e oito centavos**);

n) Item 4 - Cota Reservada 2 - Valor estimado total - R\$ 100.270,16 (**cem mil, duzentos e setenta reais e dezesseis centavos**);

o) Item 5 - Cota Principal 3 - Valor estimado total - R\$ 74.650,06 (**setenta e quatro mil, seiscentos e cinquenta reais e seis centavos**);

p) Item 6 - Cota Reservada 3 - Valor estimado total - R\$ 24.151,49 (**vinte e quatro mil, cento e cinquenta e um reais e quarenta e nove centavos**);

q) Item 7 - Cota Principal 4 - Valor estimado total - R\$ 425.638,40 (**quatrocentos e vinte e cinco mil seiscentos e trinta e oito reais e quarenta centavos**);

r) Item 8 - Cota Reservada 4 - Valor estimado total - R\$ 116.083,20 (**cento e dezesseis mil, oitenta e três reais e vinte centavos**);

s) Item 9 - Cota Principal 5 - Valor estimado total - R\$ 668.445,48 (**seiscentos e sessenta e oito mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais e quarenta e oito centavos**);

t) Item 10 - Cota Reservada 5 - Valor estimado total - R\$ 222.815,16 (**duzentos e vinte e dois mil, oitocentos e quinze reais e dezesseis centavos**);

u) Item 11 - Cota Principal 6 - Valor estimado total - R\$ 320.344,46 (**trezentos e vinte mil, trezentos e quarenta e quatro reais e quarenta e seis centavos**);

v) Item 12 - Cota Reservada 6 - Valor estimado total - R\$ 104.460,15 (**cento e quatro mil, quatrocentos e sessenta reais e quinze centavos**);

w) Item 13 - Cota Principal 7 - Valor estimado total - R\$ 900.390,57 (**novecientos mil, trezentos e noventa reais e cinquenta e sete centavos**);

x) Item 14 - Cota Reservada 7 - Valor estimado total - R\$ 300.130,19 (**trezentos mil, cento e trinta reais e dezenove centavos**);

y) Item 15 - Cota Principal 8 - Valor estimado total - R\$ 286.307,10 (**duzentos e oitenta e seis mil, trezentos e sete reais e dez centavos**);

z) Item 16 - Cota Reservada 8 - Valor estimado total - R\$ 90.780,30 (**noventa mil, setecentos e oitenta reais e trinta centavos**);

aa) Item 17 - Cota Principal 9 - Valor estimado total - R\$ 143.293,20 (**cento e quarenta e três mil, duzentos e noventa e três reais e vinte centavos**);

ab) Item 18 - Cota Reservada 9 - Valor estimado total - R\$ 35.823,30 (**trinta e cinco mil, oitocentos e vinte e três reais e trinta centavos**);

ac) Item 19 - Cota Principal 10 - Valor estimado total - R\$ 74.727,00 (**setenta e quatro mil e setecentos e vinte e sete reais**);

ad) Item 20 - Cota Reservada 10 - Valor estimado total - R\$ 22.743,00 (**vinte e dois mil, setecentos e quarenta e três reais**);

ae) Item 21 - Cota Principal 11 - Valor estimado total - R\$ 339.750,00 (**trezentos e trinta e nove mil, setecentos e cinquenta reais**);

af) Item 22 - Cota Reservada 11 - Valor estimado total - R\$ 90.600,00 (**noventa mil e seiscentos reais**).

ag) Item 23 - Cota Principal 12 - Valor estimado total - R\$ 544.320,00 (**quinhentos e quarenta e quatro mil, trezentos e vinte reais**);

ah) Item 24 - Cota Reservada 12 - Valor estimado total - R\$ 168.480,00 (**cento e sessenta e oito mil quatrocentos e oitenta reais**);

ai) Item 25 - Cota Principal 13 - Valor estimado total - R\$ 82.422,72 (**oitenta e dois mil, quatrocentos e vinte e dois reais e setenta e dois reais**);

aj) Item 26 - Cota Reservada 13 - Valor estimado total - R\$ 22.895,20 (**vinte e dois mil, oitocentos e noventa e cinco reais e vinte reais**);

ak) Item 27 - Cota Principal 14 - Valor estimado total - R\$ 96.568,50 (**noventa e seis mil, quinhentos e sessenta e oito reais e cinquenta centavos**);

al) Item 28 - Cota Reservada 14 - Valor estimado total - R\$ 19.313,70 (**dezenove mil, trezentos e treze mil e setenta centavos**);

am) Item 29 - Valor estimado total - R\$ 85.391,43 (**oitenta e cinco mil, trezentos e noventa e um reais e quarenta e três centavos**);

an) Item 30 - Valor estimado total - R\$ 204.932,52 (**duzentos e quatro mil, novecentos e trinta e dois reais e cinquenta e dois centavos**);

ao) Item 31 - Cota Exclusiva 1 - Valor estimado total - R\$ 7.486,40 (**sete mil, quatrocentos e oitenta e seis mil e quarenta centavos**);

ap) Item 32 - Cota Exclusiva 2 - Valor estimado total - R\$ 8.929,14 (**oito mil, novecentos e vinte nove reais e catorze centavos**);

aq) Item 33 - Cota Exclusiva 3 - Valor estimado total - R\$ 64.570,32 (**sessenta e quatro mil, quinhentos e setenta reais e trinta e dois centavos**);

ar) Item 34 - Cota Exclusiva 4 - Valor estimado total - R\$ 30.128,72 (**trinta mil, cento e vinte e oito reais e setenta e dois centavos**);

as) Item 35 - Cota Exclusiva 5 - Valor estimado total - R\$ 18.418,40 (**dezoito mil, quatrocentos e dezoito reais e quarenta centavos**);

at) Item 36 - Cota Exclusiva 6 - Valor estimado total - R\$ 24.050,18 (**vinte e quatro mil, cinquenta reais e dezoito centavos**);

au) Item 37 - Cota Exclusiva 7 - Valor estimado total - R\$ 3.936,90 (**três mil, novecentos e trinta e seis reais e noventa centavos**);

av) Item 38 - Cota Exclusiva 8 - Valor estimado total - R\$ 78.434,16 (**setenta e oito mil, quatrocentos e trinta e quatro reais e dezesseis centavos**);

aw) Item 39 - Cota Exclusiva 9 - Valor estimado total - R\$ 39.624,90 (**trinta e nove mil, seiscentos e vinte e quatro reais e noventa centavos**);

ax) Item 40 - Cota Exclusiva 10 - Valor estimado total - R\$ 11.380,98 (**onze mil, trezentos e oitenta reais e noventa e oito centavos**);

ay) Item 41 - Cota Exclusiva 11 - Valor estimado total - R\$ 12.204,70 (**doze mil, duzentos e quatro reais e setenta centavos**);

az) Item 42 - Cota Exclusiva 12 - Valor estimado total - R\$ 4.925,91 (**quatro mil, novecentos e vinte e cinco reais e noventa e um centavos**).

ba) Item 43 - Cota Exclusiva 13 - Valor estimado total - R\$ 39.272,43 (**trinta e nove mil, duzentos e setenta e dois reais e quarenta e três centavos**).

bb) Item 44 - Cota exclusiva 14 - Valor estimado total - R\$ 4.558,48 (**quatro mil, quinhentos e cinquenta e oito reais e quarenta e oito centavos**).

4.1.2 No preço total do objeto deverão estar inclusos todos os tributos (impostos, taxas e contribuições), sejam federais, estaduais e municipais, bem como frete, comissões, pessoal, embalagem, seguros, encargos sociais e trabalhistas, assim como demais insumos inerentes que incidam ou venham a incidir sobre o objeto, sejam de que naturezas forem.

4.1.3 Os preços finais unitários e totais propostos pelos licitantes não poderão ultrapassar o preço unitário e total estimado pela Administração, sob pena de desclassificação da proposta.

4.2 CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA

4.2.1 As despesas decorrentes desta licitação serão incluídas no orçamento do Estado de Pernambuco, para o presente exercício, na classificação abaixo:

Elemento de Despesa: 4.4.90.52.08

4.4.90.52.04

4.4.90.92.02

4.3 JUSTIFICATIVA PARA APLICAÇÃO DO BENEFÍCIO PREVISTO NA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006

4.3.1 No caso de aquisições de bens, em regra, devem ser objeto de licitações exclusivas para Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) quando os itens de contratação possuírem valor estimado de até 80 mil reais ou devem ser reservadas cotas de até 25% do quantitativo para essas empresas caso os valores estimados dos itens forem superiores a 80 mil reais e a natureza dos bens a serem adquiridos seja divisível, nos termos do art. 48, I e III, da LC nº 123/2006.

4.3.2 Considerando que os itens 31 a 44 desta licitação possuem valor igual ou inferior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil) reais, serão estes considerados de participação exclusiva de microempresa ou empresa de pequeno porte ou Microempreendedor Individual (MEI).

4.3.3 Em consonância com o inciso III, do art. 48, da Lei Complementar já citada acima, os itens 2,4,6,8,10,12,14,16,18,20,22,24,26,28 desta licitação serão reservados às ME, EPP e MEI. Para tanto, será fixado o percentual máximo de 25 % do quantitativo dos itens originais, uma vez que não é possível incluir uma quantidade decimal, foi estabelecido o percentual máximo possível por item que não ultrapasse o percentual de 25% estabelecido em lei.

4.3.4 Excepcionalmente, o tratamento privilegiado destinado às ME, EPP e MEI pode ser afastado, diante de particularidades do caso concreto que impeçam a aplicação dos referidos benefícios, nas hipóteses elencadas nos incisos do art. 49 da citada Lei Complementar nº 123/2006 e art. 9º do Decreto nº 45.140/2017. Sendo assim, **para os itens 29 e 30, não será aplicado o benefício da Lei 123/2006, uma vez que, a quantidade solicitada para o item 29 é de 03 unds, o que acarreta um percentual de 33% na divisão para cotas, ultrapassando o limite determinado pela legislação. E para o item 30 é de 02 unds, o que acarreta um percentual de 50% na divisão para cotas, ultrapassando o limite determinado pela legislação.**

5.DA LICITAÇÃO

5.1 MODALIDADE DE LICITAÇÃO, CRITÉRIO DE JULGAMENTO, FORMA DE FORNECIMENTO E MODOS DE DISPUTA

5.1.1 O objeto será executado por meio da forma de FORNECIMENTO INTEGRAL com entrega FUTURA.

5.1.2 A licitação será processada na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, tendo como critério de julgamento o MENOR PREÇO UNITÁRIO POR ITEM.

5.1.3 O modo de disputa a ser utilizado no certame é o aberto.

5.1.4 A combinação dos parâmetros modalidade de licitação, critério de julgamento e modo de disputa descritos neste Termo de Referência se mostram adequadas e eficientes para seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, uma vez que o objeto licitado trata-se de bem comum, conforme disposto no inciso I do Art. 3º da Portaria SAD nº 2.293 de 9 de junho de 2025.

5.2 PROPOSTA

5.2.1 PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA

5.2.1.1 As propostas deverão ter validade de, no mínimo, 120 (cento e vinte) dias, contados da data de abertura da sessão pública, independente de declaração da licitante.

5.2.2 CONDIÇÕES DA PROPOSTA

5.2.2.1 As propostas enviadas deverão ser acompanhadas dos seguintes documentos:

5.2.2.2 Comprovação de registro do(s) dispositivo(s) médico(s) ofertado(s) na Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, conforme estabelece a Lei nº 6.360/1976 e a RDC Nº 751, DE 15 DE SETEMBRO DE 2022 ou sua publicação no Diário Oficial da União;

5.2.2.3 Caso haja Equipamento(s) Médico(s) considerado(s) “Acessório(s) do Equipamento”, deverá ser apresentado o registro do(s) Equipamento(s) Médico(s) correspondente(s).

5.2.2.4 Caso os itens cotados sejam dispensados do Registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária, o licitante deverá apresentar cópias dos atos que os isenta dos registros;

5.2.2.5 A Contratada será diretamente responsável pela observância de toda a legislação direta e indiretamente aplicável ao objeto da contratação, inclusive normas de Agências Reguladoras, e instruções e resoluções dos Órgãos competentes;

5.2.2.6 O licitante deverá informar, o fabricante e a marca sob a qual o(s) Dispositivo(s) Médico(s) é (são) comercializado(s). No caso de serem importado(s), também deverá informar o país de origem do mesmo;

5.2.2.7 Quando o produto for detentor do benefício, a dedução do ICMS deverá estar explícita na proposta de preço do licitante, que deve conter a alíquota incidente e a dedução do que seria devido, caso não houvesse o benefício;

5.2.2.8 A Licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar deverá entregar, os catálogos/folders para todos os itens/ lotes, identificando-o com as seguintes informações: número do processo e do pregão eletrônico, data e objeto da licitação, nome, telefone e e-mail da licitante e de seu representante.

5.2.2.9 O pregoeiro poderá solicitar à área técnica a emissão de parecer técnico para esclarecimento acerca das especificações do objeto, tendo a área o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentar seu parecer;

5.3 REQUISITOS ESPECÍFICOS DE HABILITAÇÃO

5.3.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA

5.3.1.1 Os requisitos de habilitação jurídica serão descritos no Edital da presente contratação.

5.3.2 REQUISITOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

5.3.2.1 Ato de Autorização de Funcionamento para o exercício da atividade de comércio atacadista ou de distribuição de Produtos para Saúde (correlatos), expedido pela ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) nos termos da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, e da Resolução da Diretoria Colegiada da RDC/Anvisa nº 16, de 1º de abril de 2014;

5.3.2.2 Licença de funcionamento do estabelecimento, para o exercício da atividade de comércio Atacadista ou de distribuição de Produtos para Saúde (correlatos), emitida pelo órgão sanitário competente da unidade federativa em que se localize, nos termos da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976 e do Decreto nº 8.077, de 14 de agosto de 2013;

5.3.2.2 Não será aceito qualquer protocolo de entrega ou de solicitação de documentos em substituição aos documentos relacionados no Edital, salvo em relação às licenças sanitárias de renovação, se houver, e as possíveis alterações na Autorização de Funcionamento da Empresa- AFE (conforme o inciso 3, art. 15 da RDC 16/2014), ficando a aceitação do protocolo condicionada à consulta prévia aos órgãos competentes;

5.3.2.4 Comprovação de experiência prévia no fornecimento de bens similares ou compatíveis, com características, quantitativos, complexidade tecnológica e operacional equivalentes ou superiores ao objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante atestado(s) fornecido(s) por pessoa(s) de direito público ou privado ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

5.3.2.5 Será considerado compatível em características o fornecimento de Equipamentos Médico-Hospitalares que apresentarem a mesma complexidade do item licitado.

5.3.2.6 Será considerado compatível com a quantidade o(s) atestado(s) que apresentar (em), no mínimo, 40% (quarenta por cento) das quantidades estimadas na licitação para cada item, exigindo-se a comprovação cumulativa quando da classificação provisória em primeiro lugar em mais de um item.

5.3.2.7 Para fins de aferição do percentual mínimo de 40% (quarenta por cento) relativo à qualificação técnica, em sendo obtido resultado cujo número possua casas decimais, deverá ser realizado arredondamento para o primeiro menor número inteiro.

5.3.2.8 Justifica-se o percentual fixado para fins de qualificação técnica, no que se refere à comprovação das quantidades a serem indicadas em atestados, pela real necessidade de aferir as condições do licitante em fornecer o objeto de maneira satisfatória, inclusive o quantitativo estimado para a presente licitação.

5.3.3 REQUISITOS DE QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

5.3.3.1 Comprovação do Patrimônio Líquido ou Capital Social mínimo, correspondente a 10 % (dez por cento) do valor estimado da licitação para o respectivo item, exigindo-se a comprovação cumulativa quando da classificação provisória em primeiro lugar em mais de um item.

5.3.3.2 Comprovação da boa situação financeira da licitante através do cumprimento dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente, resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, nos valores indicados:

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

LG = ----- = igual ou superior a 1

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Ativo Total

SG = ----- = igual ou superior a 1

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Ativo Circulante

LC = ----- = igual ou superior a 1

Passivo Circulante

5.3.3.3 A adoção dos índices acima se mostra como suficientes ao cumprimento das obrigações decorrentes da presente licitação, uma vez que se trata de fornecimento integral com entrega futura de bens duráveis e de alta complexidade técnica, cujo cumprimento contratual exige capacidade financeira compatível por parte dos licitantes. Ademais o valor de 10% foi adotado para o presente certame, diante da análise de risco contratual, impacto financeiro potencial do inadimplemento e complexidade dos equipamentos a serem fornecidos, mantendo a compatibilidade com o limite legal estabelecido pelo art. 69 da Lei nº 14.133/2021.

6. DO REGISTRO DE PREÇOS

6.1 JUSTIFICATIVA PARA UTILIZAÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1.1 A opção pelo sistema de registro de preços para a contratação do objeto constante deste Termo de Referência tem fundamentação art. 3º, incisos III, IV e V do Decreto nº 54.700, de 16 de maio de 2023, visto que as contratações serão para atendimento a mais de um órgão. Além disso, o agrupamento das demandas em uma única aquisição proporciona sua padronização e uniformização, ao mesmo tempo em que possibilita obtenção de um maior ganho em escala, e pela natureza do objeto, não ser possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela administração.

6.2 ÓRGÃO GERENCIADOR

6.2.1 A Secretaria de Saúde do Estado de Pernambuco é o órgão gerenciador deste Registro de Preços.

6.3 ÓRGÃOS PARTICIPANTES

6.3.1 Figura como **ÓRGÃO PARTICIPANTE** da presente Ata de Registro de Preços a Secretaria Estadual de Saúde de Pernambuco.

6.4 PRAZO PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.4.1 Após a homologação do resultado desta licitação, a adjudicatária será convocada para assinar a Ata de Registro de Preços, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação, sob pena de decair o direito à contratação.

6.5 PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E SUA POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO

6.5.1 O prazo de vigência da ata será de 1 (um) ano, contado da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, facultada a renovação dos quantitativos previstos, inclusive para fins de adesão por não participantes, desde que seja comprovada a vantajosidade dos preços registrados.

6.6 PREVISÃO E JUSTIFICATIVA DA POSSIBILIDADE DE ADESÃO POR ÓRGÃOS E ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES E CONDIÇÕES DE ADESÃO

6.6.1 Será permitida a adesão por órgãos não participantes à Ata de Registro de preços oriunda deste Termo de Referência.

6.6.2 As possíveis solicitações de adesão deverão ser encaminhadas à gerenciadora da ata de registro de preços, para a respectiva autorização, através dos seguintes meios:

- E-mail: engclinica.saudepe@saude.pe.gov.br;
- Sistema PE-INTEGRADO.

6.6.3 As condições para utilização da ata de registro de preços por órgãos não participantes serão dispostas em item específico da minuta da ata de registro de preços do presente processo.

6.7 OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA GERENCIADORA DA ATA

6.7.1 As obrigações do órgão gerenciador da ata de registro de preços serão dispostas em item específico da minuta da ata de registro de preços do presente processo.

6.8 OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA DETENTORA DA ATA

6.8.1 As obrigações da detentora da ata de registro de preços serão dispostas em item específico da minuta da ata de registro de preços do presente processo.

7. DO CONTRATO

7.1 PRAZO DE VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO E PRORROGAÇÃO

7.1.1 O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021, sem prejuízo do prazo de garantia do produto descrito no item 3.3 deste Termo de Referência.

7.2 PRAZO PARA ASSINATURA DO CONTRATO

7.2.1 O Detentor da Ata será convocado para a assinatura do contrato ou retirada do instrumento equivalente, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da convocação, sob pena de decair o direito à contratação.

7.2.2 O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

7.3 OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

7.3.1 As obrigações da **Contratante** serão detalhadas na minuta do contrato anexa ao Edital da presente licitação.

7.4 OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

7.4.1 Além das obrigações que serão dispostas na minuta do contrato anexa ao Edital da presente licitação, são requeridas as seguintes obrigações específicas na presente contratação:

7.4.1.1 Possuir assistência técnica autorizada pelo fabricante no Estado de Pernambuco;

7.4.1.2 A manutenção preventiva deverá ser realizada 12 (doze) meses após a instalação, com fornecimento de laudo técnico de vistoria, independentemente de ter havido chamado para manutenção corretiva, com a finalidade de manter os equipamentos em perfeitas condições de uso e funcionamento;

7.4.1.3 Realizar treinamento para capacitação técnica da equipe da contratante envolvida na manipulação dos Equipamentos Médico-Hospitalares sem ônus para o CONTRATANTE;

7.4.1.4 Fornecer manual do equipamento detalhado (incluindo tipos de erros e possíveis soluções) em português;

7.5 PREVISÃO E CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO DA GARANTIA CONTRATUAL

7.5.1 Não haverá exigência da garantia contratual da execução ([art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#)), pelas razões expostas neste termo de referência:

7.6 JUSTIFICATIVA PARA VEDAÇÃO DA SUBCONTRATAÇÃO DO OBJETO

7.6.1 Não será permitida a subcontratação de qualquer parcela do objeto da presente licitação, uma vez que foi constatado que o fornecimento do bem pretendido no certame pode ser prestado na sua integralidade por qualquer empresa do ramo, sem que se demande especialização, concentração de mercado ou racionalização de atividades que inviabilizem tal execução. Ademais, neste caso, a subcontratação não se mostra vantajosa técnica e economicamente para a Administração Pública.

7.7 MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.7.1 As obrigações dos agentes responsáveis pela gestão e fiscalização da presente contratação estão detalhadas no Decreto Estadual nº 51.651/2021, bem como, serão dispostas na minuta do contrato, anexo ao Edital deste certame.

7.7.2 A comunicação entre a Contratante e a Contratada se dará por meio de telefone e/ou correio eletrônico, sem prejuízo de outros meios disponíveis.

7.7.3 A contratada deverá apresentar a Nota Fiscal ou fatura para atesto da Administração no endereço definido no contrato.

7.7.4 A Fiscalização do contrato ficará a cargo da Superintendência de Engenharia Clínica (SENC) da Secretaria Estadual de Saúde.

7.7.5 A Gestão do contrato ficará a cargo da Diretoria Geral de Projetos e Engenharia Clínica (DGPEC) da Secretaria Estadual de Saúde.

8. DOS CRITÉRIOS E PRAZOS PARA PAGAMENTO

8.1 As disposições sobre o tema serão detalhadas em cláusulas da minuta do contrato de fornecimento de bens comuns ou especiais, anexo do Edital do presente certame.

9. DAS SANÇÕES GERAIS E ESPECÍFICAS

9.1 SANÇÕES A SEREM APLICADAS NA FASE DE LICITAÇÃO

9.1.1 As disposições sobre sanções administrativas aplicáveis durante a licitação e aquelas praticadas no período situado entre a adjudicação e a assinatura do instrumento contratual serão previstas no Edital do presente certame.

9.2 SANÇÕES A SEREM APLICADAS NA EXECUÇÃO DA ATA

9.2.1 As disposições sobre sanções administrativas aplicáveis em relação à detentora da ata de registro de preços estarão previstas na Minuta da Ata, anexo do Edital do presente certame.

9.3 SANÇÕES A SEREM APLICADAS DURANTE A CONTRATAÇÃO

9.3.1 As penalidades relativas a infrações cometidas no curso da contratação serão devidamente consignadas na minuta do contrato, anexa ao Edital do presente certame.

ANEXOS DO TERMO DE REFERÊNCIA:

- Anexo A – Modelo de ordem de fornecimento
- Anexo B – Modelo de proposta
- Anexo C - Estudo Técnico Preliminar (Doc. SEI 87058723)
- Anexo D - Quadro Resumo

Samara Porfírio
Superintendente de Engenharia Clínica | SENC
DGPEC - SEINFRA - SES/PE

Kátia Bastos
Engenheira| SENC
DGPEC - SEINFRA - SES/PE

Observação: Este termo de referência foi elaborado de acordo com os instrumentos padronizados da PGE: Edital de Fornecimento de Medicamento/MMH (Atualizado em 05/06/2025), Minuta do Contrato de Fornecimento de Medicamentos/MMH (Atualizado em 22/01/2025) e Minuta da Ata de Registro de Preços de Fornecimento (Atualizado em 12/06/2025).

DATA DE VERSÃO DO TR
SAD

25/06/2025

ANEXO A

MODELO DE ORDEM DE FORNECIMENTO

Referente à NOTA DE EMPENHO nº _____

OBJETO:

Item	Material	CÓDIGO DO E-FISCO	Quantidade (Unidade de Fornecimento)
01			
02			
03			
(...)			

VALOR:
PRAZO DE ENTREGA:
LOCAL E HORÁRIO DE ENTREGA:
SERVIDOR DESIGNADO PARA RECEBIMENTO:

Os bens deverão ser entregues em conformidade com as especificações técnicas e demais condições exigidas no Termo de Referência.

Integram este instrumento o Edital de Pregão Eletrônico n.º XXXXX e seus Anexos, bem como a Proposta apresentada na licitação, independentemente de transcrição.

Local, data.

Assinatura do servidor responsável

ANEXO B

MODELO DE PROPOSTA

(em papel timbrado do licitante)

Item	Cód. Efisco	Descrição do Item	Registro na ANVISA	Marca/fabricante	Unid	Qtde	Preço Unitário Onerado (com incidência de ICMS)	Preço Unitário Desonerado (isento ICMS) ¹	Preço Total ²
1									
2									
Valor Total do Item									

1. Quando o produto for detentor do benefício, a dedução do ICMS deve ser explícita na proposta de preço do licitante, que deve conter a alíquota incidente e a dedução do que seria devido, caso não houvesse o benefício, observando as normas que impliquem desoneração tributária.
2. Em se tratando de produto elencado em normas que impliquem desoneração tributária, o preço total deverá ser informado sem a carga tributária do ICMS.

A validade da proposta será de, no mínimo, ____ (_____) dias, contados a partir da data da sua apresentação, independente de declaração do licitante.

Data/Nome e assinatura do responsável

ANEXO C - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Estudo Técnico Preliminar (ETP)

Recife, data da assinatura digital.

IDENTIFICAÇÃO DO REQUISITANTE

Número SEI: 2300000059.000086/2026-11
Órgão/Entidade: Secretaria Estadual de Saúde de Pernambuco
Setor Requisitante do Órgão/Entidade: Superintendência de Engenharia Clínica
Responsável / Equipe de planejamento da demanda: Samara Porfírio (SENC)
Contato do responsável: Fone (81)3184-4025/4671 E-mail institucional: engclinica.saudepe@gmail.com

PREÂMBULO

Cuida-se de Estudo Técnico Preliminar (ETP) que, nos termos do art. 6º, do Decreto Estadual Nº 53.384, de 22 de agosto de 2022, trata-se de “documento que evidencia o problema a ser resolvido para satisfação do interesse público, bem como a melhor solução dentre as possíveis, servindo de base à elaboração do termo de referência e dos demais documentos pertinentes, caso se conclua pela viabilidade da contratação”.

Segundo o guia de boas práticas em contratação de soluções de tecnologia da informação do TCU:

“(…) a elaboração dos estudos técnicos preliminares constitui a primeira etapa do planejamento de uma contratação (planejamento preliminar)” e servem para:

“a) assegurar a viabilidade técnica da contratação, bem como o tratamento de seu impacto ambiental;

b) embasar o termo de referência ou o projeto básico, que somente é elaborado se a contratação for considerada viável, bem como o plano de trabalho, no caso de serviços (…).” (BRASIL, 2012, p. 39, in COSTA; BRAGA; ANDRIOLI, 2017).

A obrigatoriedade de realização do ETP é estipulada no inciso X, do art. 7º, do Decreto Estadual nº 53.384/2022, quando houver a possibilidade de opção entre aquisição ou locação de bens imóveis ou bens móveis duráveis.

Conforme previsto na Lei Nº 14.133/2021, art. 18, §1º, este ETP tem como objetivo essencial assegurar a viabilidade técnica e econômica da potencial contratação para fornecimento de Equipamentos de Laboratório para as unidades de saúde integrantes da Secretaria Estadual de Saúde de Pernambuco (SES/PE), a fim de garantir o uso seguro e eficaz dos equipamentos na prestação de serviços de saúde aos usuários da rede estadual de saúde.

Tendo em vista o interesse público e a ampla divulgação do processo de licitação para a aquisição de Equipamentos de Laboratório, julga-se não haver necessidade de classificação do presente Estudo Técnico Preliminar nos termos da Lei Nº 14.804, de 29 de Outubro de 2012.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

O presente estudo tem como objetivo aprovisionar Equipamentos de Laboratório para atender as necessidades de diversas Unidades de Saúde no âmbito do Estado de Pernambuco, viabilizando a implantação de novos serviços, bem como a manutenção e atualização do parque tecnológico para contribuir com o desenvolvimento de suas atividades finalísticas tanto na qualidade como na excelência dos serviços ofertados aos usuários da rede estadual de saúde.

Sendo Pernambuco a segunda maior rede estadual de saúde no país, deve-se considerar a necessidade de otimizar a utilização dos recursos destinados à saúde e aplicar esforços na tentativa de equilibrar a demanda e oferta por serviços do setor.

Ações de requalificação da infraestrutura dos principais hospitais de Pernambuco e ampliação de serviços de saúde de forma descentralizada ao longo das 4 macrorregiões do estado demandam o aprovisionamento de Equipamentos de Laboratório modernos e adequados, de alta qualidade e performance.

Diante do exposto, a formação de registro de preços para eventual aquisição dos referidos equipamentos de laboratório visa a promoção dos serviços especializados de média e alta complexidade em saúde para o Estado, fomentando a descentralização da assistência à saúde e oferecendo à população daquelas regiões acesso qualificado e em tempo oportuno.

A aquisição dos referidos equipamentos visa garantir a abertura de leitos no Estado, dinamizar os serviços de saúde, reduzir tempo médio de permanência na unidade hospitalar e aumentar a rotatividade do serviço. Diante desta perspectiva, consideramos que a aquisição dos equipamentos proporcionarão melhoria na qualidade e fortalecimento do atendimento prestado aos usuários do SUS.

Portanto, o objeto do presente estudo é indispensável como material de apoio às atividades-fim da SES/PE, vez que busca a otimização na equipagem de Equipamentos de Laboratório nos estabelecimentos assistenciais de saúde geridos pela SES/PE.

2. ALINHAMENTO DA CONTRATAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO ÓRGÃO/ENTIDADE

Para esta fase preparatória, o parágrafo 1º do Art. 18 da Lei Nº 14.133 dispõe sobre a necessidade de demonstração no ETP da previsão da contratação no plano de contratações anual, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração.

Unidade de Saúde	DFD	Doc. SEI
Hospital da Restauração	DFD.1702.FES-PE/2025	85038114
Hospital Agamenon Magalhães	DFD.1719.FES-PE/2025	85038248
Hospital Getúlio Vargas	DFD.1831.FES-PE/2026	85047515
Hospital Regional do Agreste	DFD.1705.FES-PE/2025	85048735
HEMOPE	DFD.1848.FES-PE/2026	85056884
Hospital Regional José Fernandes Salsa	DFD.1848.FES-PE/2026	85056884
Maternidade Ouricuri	DFD.1717.FES-PE/2025	84992862
Maternidade Igarassu	DFD.1716.FES-PE/2025	84993070
Maternidade Garanhuns	DFD.1715.FES-PE/2025	84993152
Maternidade Serra Talhada	DFD.1714.FES-PE/2025	84993255
Hospital Correia Picanço	DFD.1848.FES-PE/2026	85056884
Hospital Mestre Dominginhos	DFD.1718.FES-PE/2025	84993474
Hospital Barão de Lucena	DFD.1712.FES-PE/2025	85052474
Hospital Otávio de Freitas	DFD.1704.FES-PE/2025	84996588
CER Serra Talhada	DFD.1724.FES-PE/2025	85045827
CER Caruaru	DFD.1723.FES-PE/2025	85045982
CER Petrolina	DFD.1722.FES-PE/2025	85045619
Lacen	DFD.1819.FES-PE/2026	85056441

3. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1 Especificação Técnica

ITEM	CATMAT	E-FISCO	DISCRIMINAÇÃO DO OBJETO
01 - Cota Principal 1 02 - Cota Reservada 1	311061	268596-5	AGITADOR DE PLAQUETAS
03 - Cota Principal 2 04 - Cota Reservada 2	304884	171876-2	CAPELA DE FLUXO LAMINAR VERTICAL
05 - Cota Principal 3 06 - Cota Reservada 3	446313	311461-9	BANHO MARIA
07 - Cota Principal 4 08 - Cota Reservada 4	629627	411362-4	BANHO MARIA PARA DESCONGELAMENTO DE LEITE HUMANO
09 - Cota Principal 5 10 - Cota Reservada 5	396033	607384-0	BANHO MARIA PARA PASTEURIZAÇÃO DE LEITE HUMANO
11 - Cota Principal 6 12 - Cota Reservada 6	442192	502836-1	CENTRÍFUGA SOROLÓGICA DE BANCADA
13 - Cota Principal 7 14 - Cota Reservada 7	416622	346940-9	CENTRÍFUGA REFRIGERADA
15 - Cota Principal 8 16 - Cota Reservada 8	434676	196611-1	CENTRÍFUGA IMUNOHEMATOLOGIA
17 - Cota Principal 9 18 - Cota Reservada 9	442223	261046-9	MICROCETRÍFUGA
19 - Cota Principal 10 20 - Cota Reservada 10	414650	185935-8	ESTUFA
21 - Cota Principal 11 22 - Cota Reservada 11	304638	192569-5	SELADORA DE BOLSA DE SANGUE
23 - Cota Principal 12 24 - Cota Reservada 12	601089	383958-3	MICROSCÓPIO BINOCULAR
25 - Cota Principal 13 26 - Cota Reservada 13	625457	528434-1	AUTOCLAVE DE BANCADA (30 L)
27 - Cota Principal 14 28 - Cota Reservada 14	625454	224845-0	AUTOCLAVE 75 L
29	622425	487383-1	MICRÓTOMO
30	440605	487384-0	PROCESSADORA DE TECIDOS
31 - Cota Exclusiva 1	426692	573227-1	AGITADOR DE PLACAS VDRL
32 - Cota Exclusiva 2	479583	594261-6	AGITADOR DE TUBOS
33 - Cota Exclusiva 3	455283	360341-5	AGLUTINOSCOPIO
34 - Cota Exclusiva 4	278088	502841-8	BALANÇA DE PRECISÃO 500g
35 - Cota Exclusiva 5	212330	197137-9	BALANÇA DE PRECISÃO 1200G
36 - Cota Exclusiva 6	439736	502869-8	BANHO MARIA PARA TUBOS DE ENSAIO
37 - Cota Exclusiva 7	446313	264123-2	BANHO HISTOLÓGICO
38 - Cota Exclusiva 8	422815	502840-0	ESTUFA BACTERIOLÓGICA

39 - Cota Exclusiva 9	449649	202163-3	MICROSCÓPIO BINOCULAR COM IMUNOFLUORESCÊNCIA
40 - Cota Exclusiva 10	419221	235487-0	CONTADOR DE CÉLULAS
41 - Cota Exclusiva 11	625453	365071-5	AUTOCLAVE 50 L
42 - Cota Exclusiva 12	16439-9	421867	CENTRÍFUGA PARA MICROHEMATÓCRITO
43 - Cota Exclusiva 13	175569-2	359365	CAPELA DE FLUXO LAMINAR CLASSE II B2
44 - Cota Exclusiva 14	620405-8	428187	BANHO MARIA COM CIRCULAÇÃO

3.1.1. Além da descrição apresentada na tabela do item 3.1, para o fornecimento do Objeto deve-se observar as seguintes características:

PARA TODOS OS ITENS:

- Deve acompanhar todos dispositivos e acessórios necessários ao completo funcionamento do equipamento;
- Possuir registro na ANVISA;
- Instalação e treinamento operacional;
- Manuais de operação em português;
- Alimentação 220V ou bivolt automático.

ITEM 01 - Cota Principal 1 e ITEM 02 - Cota Reservada 1 - 268596-5 - AGITADOR DE PLAQUETAS

- Capacidade mínima: 48 bolsas de plaquetas;
- Bandejas deslizantes, ajustáveis, de fácil limpeza e desinfecção;
- Bandejas em axo inoxidável;
- Permite o acesso individual a cada bandeja, para que seja possível manusear uma sem interromper o movimento das outras;
- Alarme audiovisual e/ou sonoro para falhas de funcionamento;
- Alarme de movimento ajustável para garantir que as bolsas permaneçam em movimento contínuo;
- Velocidade de agitação variável: 40-80 ciclos/minuto, com ajuste;
- Nível de ruído: menor que 50 dB.

ITEM 03 - Cota Principal 2 e ITEM 04 - Cota Reservada 2 -171876-2 - CAPELA DE FLUXO LAMINAR VERTICAL

- Porta frontal em vidro temperado com deslocamento vertical tipo guilhotina.

ITEM 05 - Cota Principal 3 e ITEM 06 - Cota Reservada 3 - 311461-9 - BANHO MARIA

- Tampa tipo pingadeira;
- Aplicação para aquecimento de qualquer substância (líquida ou sólida), para uso em laboratórios;
- Capacidade para 60 tubos ou superior;
- Cuba em aço inox;
- Capacidade: 10L ou superior;
- Tampa em aço inox ou em plástico;
- Estrutura externa em aço inox ou aço ferro pintado;
- Aquecimento através de resistência blindada tipo tubular;
- Estante ou rack único para tubos de ensaio;
- Controlador digital de temperatura com display;
- Faixa de trabalho mínima entre 37°C e 58°C, com precisão de $\pm 0,7^\circ\text{C}$;
- Resolução do display de $0,1^\circ\text{C}$;
- Deve acompanhar todos os itens, acessórios e componentes necessários ao perfeito funcionamento do equipamento, conforme as configurações solicitadas, assim como estruturas ou adaptações que se fizerem necessárias.

ITEM 07 - Cota Principal 4 e ITEM 08- Cota Reservada 4 - 411362-4 - BANHO MARIA PARA DESCONGELAMENTO DE LEITE HUMANO

- Chave geral liga/desliga;
- Estrutura em aço inoxidável;
- Estrutura em monobloco;
- Cuba em aço inoxidável, isolada termicamente, com cantos arredondados;
- Cuba com capacidade mínima de 30 litros de água;
- Potência do elemento aquecedor (resistência): na faixa de 2500W a 3500W;
- Controlador de temperatura digital microprocessado, com visor;

- Faixa de trabalho entre: 35 e 42°C;
- Estabilidade de 0,5°C na faixa de trabalho;
- Bomba recirculante para homogeneização da temperatura da água;
- Dreno para retirada de água, com saída inferior da cuba;
- Pés antiderrapantes;
- Tampa tipo pingadeira;
- Galheteiros em inox removíveis para retirada de frascos (quantidade a preencher a área da cuba);

ITEM 09 - Cota Principal 5 e ITEM 10 - Cota Reservada 5 - 607384-0 - BANHO MARIA PARA PASTEURIZAÇÃO DE LEITE HUMANO

- Equipamento destinado à pasteurização de leite humano;
- Estabilidade de 0,1°C na faixa de trabalho (64,0°C);
- Capacidade mínima: 18 frascos de 150 ml, 15 frascos de 300 ml ou 11 frascos de 500 ml;
- Cuba com capacidade mínima de 30 litros de água;
- Acompanha galheteiro em aço inox;
- Galheteiro removível, permitindo a colocação e retirada dos frascos sem contato manual;
- Estrutura totalmente em aço inox;
- Estrutura monobloco;
- Cuba com cantos arredondados para perfeita higienização e isolada termicamente;
- Sistema de drenagem da água;
- Resistência blindada em aço inox, de alta potência, com relê de estado sólido;
- Controlador digital microprocessado;
- Bomba recirculante para homogeneização da temperatura da água.

ITEM 11 - Cota Principal 6 e ITEM 12 - Cota Reservada 6 - 502836 - 1 - CENTRÍFUGA SOROLÓGICA DE BANCADA

- Motor de indução sem escovas (brushless), isento de manutenção;
- Display digital em LCD para visualização simultânea de rotação e tempo.

ITEM 13 - Cota Principal 7 e ITEM 14 - Cota Reservada 7 - 346940-9 - CENTRÍFUGA REFRIGERADA

- Capacidade mínima: 12 bolsas de 500ml;
- Sistema de refrigeração por compressor;
- Gabinete em aço carbono ou aço inoxidável, com pintura eletrostática resistente a produtos químicos;
- Tampa com trava de segurança e sensor de bloqueio durante operação;
- Motor de indução sem escovas (brushless), isento de manutenção;
- Faixa de controle de temperatura interna: de -10°C a +40°C (ou superior);
- Display digital em LCD para visualização simultânea de rotação, força G, tempo e temperatura;
- Painel de controle com botões de membrana elevados para programação de parâmetros;
- Tacômetro eletrônico para medição precisa de rotação;
- Sistema de detecção automática de desbalanceamento, com desligamento de segurança;
- Presença de freio automático para parada rápida e segura do rotor;
- Alarmes mínimos: tampa aberta, desbalanceamento, temperatura fora da faixa programada, fim de ciclo;
- Faixa de rotação: mínimo de 500 rpm até pelo menos 4000 rpm;
- Tempo de centrifugação ajustável: mínimo de 1 min até pelo menos 99 min, com indicação de contagem regressiva;
- Indicação de velocidade em rpm e força G no display;
- Erro máximo de velocidade e tempo: inferior a 1%;
- Câmara interna em aço inoxidável de fácil higienização;
- Sistema de drenagem para retirada de líquidos condensados;
- Rodízios com travas para fácil movimentação e fixação no local de uso;
- Controle de temperatura microprocessado, garantindo estabilidade térmica durante todo o ciclo.

ITEM 15 - Cota Principal 8 e ITEM 16 - Cota Reservada 8 - 196611-1 - CENTRÍFUGA IMUNOHEMATOLOGIA

- Display LCD apresentando no mínimo velocidade de rotação, tempo de operação e programação selecionada;
- Rotor ângulo fixo (45°) em aço inoxidável;
- Timer programável até 99 minutos e 59 segundos;
- Memória para pelo menos 5 programas criados pelo usuário;
- Operação silenciosa de 60 dB;
- Capacidade: 12 tubos 12 x 75mm;
- Sensores de abertura de tampa e desbalanceamento;

- Velocidade que atenda, no mínimo, a faixa de operação entre 500 e 3.500 rpm.

ITEM 17 - Cota Principal 9 e ITEM 18 - Cota Reservada 9 - 261046 - 9 - MICROCENTRÍFUGA

- Microcentrífuga de bancada bivolt;
- Capacidade para 12 tubos com volume de 1,5 a 2,0 mL cada;
- Velocidade mínima de 500 rpm e máxima de 15.000 rpm;
- Acompanha:
 - 01 pacote com 12 adaptadores para microtubos de 0,5 mL;
 - 01 pacote com 12 adaptadores para microtubos de 0,2 mL.

ITEM 19 - Cota Principal 10 e ITEM 20 - Cota Reservada 10 - 185935-8 - ESTUFA

- Capacidade: $\geq 40L$;
- Controle de temperatura digital microprocessado;
- Câmara de esterilização (interna) construída em aço inoxidável AISI 430 ou superior;
- Painel frontal construído em aço inoxidável AISI 304 ou superior;
- Isolação térmica em manta de lã de vidro ou superior em todos os lados e na porta;
- Portas herméticas, com sistema de vedação em silicone de alta temperatura e construídas internamente do mesmo material da câmara de esterilização;
- Orifício superior para liberação de calor e acomodação do termômetro;
- Paredes duplas com isolamento térmico;
- Pintura externa em tinta epóxi eletrostática;
- Acabamento interno em aço inox;
- Termômetro eletrônico graduado de 50°C a 250°C ou superior, com precisão de controle de $\pm 1^\circ C$;
- Possuir lâmpada piloto;
- Modo de ligar e desligar através de uma chave;
- Potência máxima de 1.500 W;
- Resistência blindada em aço inox;
- Alarme de temperatura máxima.

ITEM 21 - Cota Principal 11 e ITEM 22 - Cota Reservada 11 - 192569-5 - SELADORA DE BOLSA DE SANGUE

- Selagem em até 2 segundos;
- Dispensa pré-aquecimento;
- Ajuste manual do tempo de selagem de 2 a 10 segundos;
- Proteção contra superaquecimento;
- Capaz de soldar tubos de PVC grau médico com diâmetro mínimo de 6,0 mm;
- Soldagem controlada eletronicamente;
- Botão liga/desliga com LED indicador de operação;
- Acompanha alicate de selagem com cabo coaxial de pelo menos 1,7 metros.

ITEM 23 - Cota Principal 12 e ITEM 24 - Cota Reservada 12 - 383958-3 - MICROSCÓPIO BINOCULAR

- Microscópio biológico binocular com óptica infinita e objetivas planacromáticas;
- Estativa composta por base e coluna;
- Revólver invertido para 4 objetivas planacromáticas com aumento mínimo de 4x, 10x, 40x e 100x imersão retrátil (ótica infinita);
- Abertura numérica mínima das objetivas:
 - 4x: 0,10;
 - 10x: 0,25;
 - 40x: 0,65;
 - 100x: 1,25.
- Platina com trava de segurança para evitar quebra de lâminas, com movimento cruzado em X e Y e charriot;
- Cabeçote binocular com inclinação de 30° e rotação de 360°;
- 1 par de oculares 10x (campo amplo) com campo mínimo de 20 mm;
- Ajuste interpupilar e ajuste de dioptrias independentes para as duas oculares;
- Iluminação em LED;
- Acompanha capa de proteção.

ITEM 25 - Cota Principal 13 e ITEM 26 - Cota Reservada 13 - 528434 - 1 - AUTOCLAVE DE BANCADA (30 L)

- Abastecimento de água destilada manual a cada ciclo de esterilização;
- Ciclos de trabalho programáveis de acordo com o material a ser esterilizado;

- Secagem com porta fechada realizada de forma automática após a despressurização;
- Anel de vedação em silicone;
- Sistema de segurança que impeça a abertura da porta quando houver pressão dentro da câmara de esterilização ou que realize a despressurização imediata do sistema caso ocorra abertura acidental;
- Copo dosador de água destilada e mangueiras inclusos;
- Drenagem do vapor através de tubulação de descarga apropriada para alta temperatura.

ITEM 27 - Cota Principal 14 e ITEM 28 - Cota Reservada 14 - 224845 - 0 - AUTOCLAVE VERTICAL 75 L

- Pressão máxima de trabalho: 1,5kgf/cm²;
- Com pedal.

ITEM 29 - 487383-1 - MICRÓTOMO

- Configurações de espessura de corte e desbaste que podem ser salvas e selecionadas de forma independente;
- Manivela eletrônica de avanço e retrocesso da amostra ergonomicamente posicionada na lateral, com sentido horário ou anti-horário selecionável;
- Manivela de corte com rotação suave, posição ergonômica e sistema de balanço de força com compensação por mola, ajustável pelo usuário;
- Dois modos de desbaste: rocking mode e convencional (giro completo), com dois sistemas independentes de trava;
- Movimento horizontal e vertical com mecanismo de mancais de esfera cruzados;
- Sinais visuais e acústicos indicadores de curso restante e limites frontais e traseiros;
- Bandeja coletora de detritos antiestática, com capacidade para grande volume e facilitando limpeza e descarte;
- Base do suporte de navalhas 2 em 1 para navalhas descartáveis de perfil alto e baixo;
- Sistema de fixação da amostra com controle preciso de orientação e rotação horizontal e vertical de $\pm 8^\circ$;
- Prendedor de cassete universal com dimensões mínimas de 39,8 x 28 mm e máximas de 40,9 x 28 mm;
- Função MEMO para memória de posicionamento, permitindo rápido retorno do cabeçote à posição salva;
- Espessura de corte variável:
 - 0,5 μ m a 5 μ m com incrementos de 0,5 μ m;
 - 5 a 20 μ m com incrementos de 1 μ m;
 - 20 a 60 μ m com incrementos de 5 μ m.
- Espessura de desbaste variável:
 - 1 a 10 μ m com incrementos de 1 μ m;
 - 10 a 20 μ m com incrementos de 2 μ m;
 - 20 a 50 μ m com incrementos de 5 μ m.
- Percurso máximo horizontal de 28 ± 1 mm e percurso vertical de 70 ± 1 mm;
- Controles calibrados com dois indicadores vermelhos para auxílio no retorno preciso à posição zero.

ITEM 30 - 487384-0 - PROCESSADORA DE TECIDOS

- Montagem em quadro tubular tratado com anticorrosivo e acabamento em resina plástica de alta resistência;
- Acabamento externo branco, resistente a ambientes laboratoriais e produtos químicos como xilol;
- Painel de controle digital touchscreen de 7", microprocessado, com ajuste de parâmetros como data, hora, ano e configurações do equipamento;
- Controle de tempo para troca de banhos, evitando contaminação cruzada;
- Sensores de proteção com controle individual da temperatura das canecas de parafina, com alarmes sonoros e visuais para evitar superaquecimento ou subaquecimento;
- Sistema de parada automática ao final do ciclo;
- Proteção contra passagem de solvente inadequado para banho de parafina caso temperatura esteja fora dos parâmetros;
- Bloqueio automático do sistema de aquecimento ao atingir 90°C (segurança térmica);
- Armazenamento de até 20 protocolos configuráveis pelo operador;
- Sistema de centrifugação de cestos de inox com capacidade para mais de 80 cassetes plásticos;
- Capacidade total para até 255 cassetes plásticos utilizando 3 cestos;
- Controle de temperatura ajustável via painel digital, com regulação até 75°C e variação máxima de $\pm 2^\circ$ C;
- Suporte para até 9 banhos químicos e 3 banhos de parafina, com volume de 2000 ml cada;
- Tampas dos banhos com vedação para minimizar contaminação do ambiente;
- Controle direto do aquecimento das canecas de parafina com termostato digital;
- Acessórios inclusos:
 - 3 cestos de aço inox para até 85 cassetes cada;
 - 9 recipientes de vidro com tarja fosca para identificação dos banhos químicos, mais 1 reserva;
 - 3 canecas de parafina;

- 1 nobreak com autonomia de até 20 minutos em falta de energia;
- Proteção contra penetração nociva de água: IPX0;
- Capacidade de 2 litros de reagente ou parafina por becker e até 85 cassetes por cesto;
- Interface de usuário em idioma português.

ITEM 31 - Cota Exclusiva 1 - 572327-1 - AGITADOR DE PLACAS VDRL

- Capacidade: mínimo de 4 a 6 placas VDRL;
- Motor selado, com velocidade ajustável e baixo nível de ruído;
- Velocidade ajustável: frequência mínima entre 0-230 rpm;
- Bandeja resistente à corrosão;
- Prato revestido com borracha, resistente à corrosão;
- Timer programável: até 60 minutos.

ITEM 32 - Cota Exclusiva 2 - 594261-6 - AGITADOR DE TUBOS

- Capacidade: 12 a 36 tubos;
- Velocidade: 0 a 3000 rpm;
- Receptáculo de borracha sintética;
- Pés com ventosas, garantindo estabilidade durante o uso;
- Possuir os seguintes módulos de operação: contínuo e por pressão no receptáculo;
- Compatível com tubos de diferentes diâmetros;
- Acompanha:
 - 1 plataforma cônica de borracha para tubos;
 - 1 plataforma cônica de plástico para tubos;
 - 1 plataforma placa de borracha para frascos com suporte plástico;
 - 1 plataforma de espuma para microtubos com suporte plástico.

ITEM 33 - Cota Exclusiva 3 - 360341-5 - AGLUTINOSCÓPIO

- Refletor estampado em alumínio e sustentado por 01 (um) braço flexível;
- Fonte de luz fria com lâmpada LED;
- Superfície branca e preta para contraste;
- Possuir iluminação incidente e visualização através de uma lente corrigida de até 5 vezes.

ITEM 34 - Cota Exclusiva 4 - 502841-8 - BALANÇA DE PRECISÃO 500g

- Capacidade máxima: 500g;
- Resolução: 0,001g;
- Tara automática;
- Calibração interna ou com pesos-padrão;
- Tela digital retroiluminada;
- Pés de apoio antiderrapante;
- Prato em aço inoxidável;
- Estrutura externa em polímero resistente;
- Botões de membrana, para configuração e operação;
- Display em LCD retro iluminado, com 8 dígitos de 10 mm, ou melhor.

ITEM 35 - Cota Exclusiva 5 - 197137 - 9 - BALANÇA DE PRECISÃO 1200g

- Capacidade máxima: 1200g;
- Resolução: 0,1g;
- Tara automática;
- Calibração interna ou com pesos-padrão;
- Tela digital retroiluminada;
- Pés de apoio antiderrapante;
- Prato em aço inoxidável;
- Estrutura externa em polímero resistente;
- Botões de membrana, para configuração e operação;
- Display em LCD retro iluminado, com 8 dígitos de 10 mm, ou melhor.

ITEM 36 - Cota Exclusiva 6 - 502869-8 - BANHO MARIA PARA TUBOS DE ENSAIO

- Controle de temperatura: 25°C a 100°C;

- Termostato com precisão de 0,5°C;
- Tampa tipo pingadeira.

ITEM 37 - Cota Exclusiva 7 - 264123-2 - BANHO HISTOLÓGICO

- Controle digital de temperatura;
- Superfície preta antirreflexo;
- Faixa de trabalho no mínimo entre 40 e 70°C;
- Recipiente em alumínio/anodizado.

ITEM 38 - Cota Exclusiva 8 - 502840 - 0 - ESTUFA BACTERIOLÓGICA

- Estrutura externa com chapa de aço revestida em epóxi eletrostático ou superior;
- Câmara de esterilização (interna) construída em aço inoxidável AISI 430 ou superior;
- Sensor de temperatura tipo PT100.

ITEM 39 - Cota Exclusiva 9 - 202163-3 - MICROSCÓPIO BINOCULAR COM IMUNOFLOURESCÊNCIA

- Ajuste interpupilar;
- Ajuste de dioptria nas duas oculares de campo amplo 10x;
- Iluminador com lentes apocromáticas para fluorescência e luz refletida, montado em revólver porta-objetivas;
- Carrossel com no mínimo cinco posições para cubos de fluorescência;
- Objetivas planacromáticas e para fluorescência 20x, 40x e 100x, de alta transmissão em fluorescência UV;
- Adaptável para campo claro, campo escuro, polarização e contraste de Nomarski DIC;
- Platina mecânica com área aproximada de 140 x 140 mm, movimento X 75 mm e Y 50 mm, com botões conjugados à direita;
- Condensador universal de torre para todas as técnicas de luz transmitida, com íris diafragma incorporado, pré-centralizável e ajustável;
- Condensador com slots para filtros e movimento por pinhão e cremalheira;
- Focalização macrométrica com área de trabalho de 30 mm;
- Focalização micrométrica com curso de 0,002 mm por divisão;
- Macro e micro conjugados em botões bilaterais;
- Tensor acoplado e parada automática;
- Protetor frontal para raios UV;
- Filtros compatíveis com fontes de luz halógena de 20W ou 100W ou LED, com ajuste de intensidade luminosa;
- Ondas luminosas de excitação: luz azul e luz verde;
- Prisma de separação de cor;
- Faixa aproximada do espectro luminoso de excitação: 350 nm a 580 nm;
- Faixa aproximada do espectro de luz fluorescente: 420 nm a 650 nm;
- Câmera acoplada e software compatíveis para captura de imagens.

ITEM 40 - Cota Exclusiva 10 - 235487-0 - CONTADOR DE CÉLULAS

- Para uso na rotina de contagem de células sanguíneas;
- Teclas de alta resistência a repetibilidade de acionamento;
- Possuir display LCD, LED ou tecnologia superior;
- Valor de contagem de cada célula e valor total de contagem simultâneos Possuir capacidade para contagem de no mínimo 10 tipos de células sanguíneas;
- Com todas as teclas de contagem independentes para contagem de cada tipo de célula e alinhadas em fileira única;
- Possuir sinalizador auditivo de acionamento das teclas de contagem;
- Possuir sinalização áudio visual e bloqueio automático ao atingir a contagem de 100 células.

ITEM 41 - Cota Exclusiva 11 - 365071 - 5 - AUTOCLAVE VERTICAL 50 L

- Acompanha cesto perfurado de inox;
- Montado sobre quatro pés de borracha regulável.

ITEM 42 - Cota Exclusiva 12 - 16439-9 - CENTRÍFUGA PARA MICROHEMATÓCRITO

- Controle microprocessado com painel frontal em cristal líquido alfanumérico;
- Tampa com trava automática;
- Cruzeta com tampa selada para no mínimo 24 (vinte e quatro) tubos de microhematócrito;
- Motor sem escovas acionado por sistema de inversor de frequência, proporcionando baixo nível de ruído;
- Sistemas de segurança para tampa aberta e desbalanceamento;
- Acessórios que devem acompanhar o equipamento: Cartão de leitura de hematócrito; Massa de selagem (caixa); Guarnição de borracha da cruzeta.

ITEM 43 - Cota Exclusiva 13 - 175569-2 - CAPELA FLUXO LAMINAR CLASSE II B2

- Cabine de segurança biológica Classe II Tipo B2, com exaustão, 100% de renovação de ar.
- Vazão recirculada 0%;
- Com 2 filtros HEPA sendo 1 para insuflamento e outro para exaustão 100%;
- Cortina de ar na parte frontal do equipamento, pressão negativa, sistema de duto para exaurir o ar filtrado para fora do laboratório.
- Câmara interna de trabalho totalmente em aço inoxidável;
- Porta frontal em vidro temperado com deslocamento vertical tipo guilhotina e sistema de contrapesos que permite parar em qualquer ponto de seu curso.
- Pré-filtro;
- 01 tomada auxiliar interna;
- 01 válvula para gás ou vácuo;
- Base com rodízios giratórios com trava;
- Tela de proteção para filtro HEPA,
- Alarmes:

Dispositivo de segurança áudio visual em caso de ocorrência de falha no motor de exaustão e travamento no funcionamento do equipamento.

Dispositivo de segurança áudio visual quando a abertura do vidro frontal exceder a abertura de trabalho;

Dispositivo de segurança para acionamento da lâmpada UV somente com o vidro totalmente fechado;

Indicação áudio visual da saturação do filtro HEPA.

- Manômetro para indicar diferencial de pressão do filtro HEPA.
- Acessórios:
 - 01 lâmpada fria 20-40 W.
 - 01 lâmpada germicida (UV) 13-30 W.t

ITEM 44 - Cota Exclusiva 14 - 620405-8 - BANHO MARIA COM CIRCULAÇÃO

- Controle de temperatura microprocessado digital;
- Atinja a temperatura entre 36°C e 37°C, com estabilidade de 0,5°C;
- Para descongelar bolsa de sangue.

3.2 Garantia do Objeto

O prazo de garantia do objeto deverá ser de, no mínimo, 24 (vinte e quatro) meses. A contratada deverá assegurar o mesmo prazo estipulado pelo fabricante, caso este seja superior ao prazo mínimo retrocitado. A Garantia deverá ser prestada conforme descrito abaixo:

- Garantia mínima de 24 (vinte e quatro) meses a partir da data de instalação (na Unidade de Saúde Beneficiada) para os equipamentos previstos neste ETP e prestada de forma integral pelo fornecedor, através de manutenção completa, ou seja, contendo por conta do mesmo o custo de mão-de-obra, peças e acessórios de reposição, inclusive os casos de desgaste natural, além de serviços gerais e transportes necessários;

A garantia destina-se a remover os defeitos de fabricação apresentados pelo objeto, além das substituições de peças, ajustes, reparos e correções necessárias. Para todas as correções citadas neste item não haverá ônus à Secretaria de Saúde de Pernambuco.

3.3 Assistência Técnica

Deve-se atestar a existência de assistência técnica autorizada pelo fabricante no Estado de Pernambuco, com oportuna indicação de dados como nome, endereço, contato telefônico e endereço eletrônico (e-mail) do responsável, quando solicitado pela Secretaria.

3.4 Prazo de Entrega

A entrega dos bens será realizada de forma integral, em até 60 (sessenta) dias corridos, contados da notificação da emissão da Ordem de Fornecimento ou Nota de Empenho. O objeto será recebido:

a) Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade dos bens recebidos com as especificações exigidas;

b) Definitivamente, após a verificação da compatibilidade dos bens com as especificações técnicas e exigências de qualidade e quantidade fixadas no Edital e seus anexos, com a consequente aceitação, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento provisório;

Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no ETP, Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituído e/ou complementados no prazo de 10 (dez) dias corridos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis;

Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;

O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

Substituições de marcas de produtos apenas serão aceitas em casos de descontinuidade do produto no mercado junto a Anvisa, bem como falta de matéria prima comprometendo a fabricação, certificada pelo respectivo fabricante.

Em ambos os casos, deverão ser emitidos pelo fornecedor documento comprovando a situação semelhante em outras

instituições do mesmo porte.

O produto oferecido para substituição deverá atender as especificações técnicas previstas no ETP/Termo de Referência. Caso não seja possível a abertura dos volumes, para que seja garantida a integridade dos materiais e seus acessórios, os mesmos só serão abertos e conferidos no ato da instalação na Unidade de Saúde beneficiada.

No ato da entrega e durante toda execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital do certame licitatório em referência, devem ser mantidas.

3.5 Local de Entrega

A entrega será realizada no CENTRO DE DISTRIBUIÇÃO da SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DE PERNAMBUCO, localizado na Rodovia Empresário João Santos Filho, Condomínio Industrial Ajam, Bloco D, nº. 732, Muribeca, Jaboatão dos Guararapes, PE – CEP: 54.350-100, mediante prévio agendamento através do telefone (81) 3437-4994, no horário das 8:00 h às 12:00 e 14:00 e 17:00 e em dias úteis de segunda-feira a sexta-feira ou pelos e-mails recebimento@alclog.com.br/expedicao@alclog.com.br, com cópia para o e-mail empenho.gencsespe@gmail.com, onde os materiais serão conferidos e recebidos;

3.6 Instalação e Treinamento Operacional

O Fornecedor será responsável pela instalação e treinamento operacional nas Unidades de Saúde, conforme solicitado pela Secretaria, e assumirá todos os custos relativos a este procedimento.

3.7 Requisitos de Sustentabilidade e Atendimento Normativo

Os Equipamentos de laboratório devem ser previamente registrados na Anvisa, conforme a Lei Nº 6.360, de 1976 e Decreto Nº 8.077, de 2013.

Só será admitida a oferta de equipamentos, inclusive suas partes e acessórios, com finalidade médica, odontológica, laboratorial ou fisioterápica, utilizados direta ou indiretamente para diagnóstico, tratamento, reabilitação e monitoração em seres humanos nos termos da Portaria INMETRO nº 384, de 18 de dezembro de 2020 que cumpram os Requisitos de Avaliação da Conformidade e as Especificações para o Selo de Identificação da Conformidade para Equipamentos sob Regime de Vigilância Sanitária - Consolidado, fixados, respectivamente, nos Anexos I e II, disponíveis em <http://www.inmetro.gov.br/legislacao>. (Encontram-se excluídos do escopo de abrangência desses Requisitos os equipamentos que não se enquadram na RDC Anvisa nº 549, de 31 de agosto 2021 ou substitutiva).

Certificação de conformidade emitido pelo INMETRO para os equipamentos sob Regime de Vigilância Sanitária, cujo selo deverá vir afixado no equipamento.

Ato de Autorização de Funcionamento para o exercício da atividade de comércio atacadista ou de distribuição de Produtos para Saúde (correlatos), expedido pela ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) nos termos da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, e da Resolução da Diretoria Colegiada da RDC/Anvisa nº 16, de 1º de abril de 2014;

Licença de funcionamento do estabelecimento, para o exercício da atividade de comércio Atacadista ou de distribuição de Produtos para Saúde (correlatos), emitida pelo órgão sanitário competente da unidade federativa em que se localize, nos termos da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976 e do Decreto nº 8.077, de 14 de agosto de 2013;

Registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, para os casos de classificação em atividade potencialmente poluidora ou utilizadora de recursos ambientais, como por exemplo: *fabricação de aparelhos elétricos e eletrodomésticos, Comércio de produtos químicos e produtos perigosos - Resolução Conama nº 401/2008 - Importação de pilhas / de baterias (Chumbo-ácido, Dióxido de manganês (alcalina), Níquel-cádmio, Óxido de mercúrio, Zinco-carbono (ou "Zinco-manganês) ou ainda transporte de cargas perigosas (ex. material radioativo), e demais classificações pertinentes.*

3.8 Demais Requisitos

Comprovação de experiência prévia no fornecimento de bens similares ou compatíveis, com características, quantitativos, complexidade tecnológica e operacional equivalentes ou superiores ao objeto desta licitação, ou com item pertinente, mediante atestado(s) fornecido(s) por pessoa(s) de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

Será considerado compatível em características o fornecimento de Equipamentos de Laboratório que apresentarem a mesma complexidade do item licitado.

Será considerado compatível com a quantidade o(s) atestado(s) que apresentar(em) no mínimo 40% (quarenta por cento) das quantidades estimadas na licitação para cada item, exigindo-se a comprovação cumulativa quando da classificação provisória em primeiro lugar em mais de um item;

Para fins de aferição do percentual mínimo de 40% (quarenta por cento) relativo à qualificação técnica, em sendo obtido resultado cujo número possua casas decimais, deverá ser realizado arredondamento para o primeiro maior número inteiro. Ex: 40% de 6 = 2,4. Quantitativo a ser apresentado de atestado = 2.

Justifica-se o percentual fixado para fins de qualificação técnica, no que se refere à comprovação das quantidades a serem indicadas em atestados, por tratar-se de equipamento de laboratório, cuja natureza exige experiência técnica para execução do objeto, inclusive na prestação da instalação, treinamento, garantia e assistência técnica.

4. Levantamento de Mercado

Para subsidiar tecnicamente a escolha da solução, foi realizado o levantamento das soluções existentes no mercado de modo a atender a qualidade dos serviços prestados, considerando ainda a especificidade do objeto e os princípios da Administração Pública.

Dentro do presente estudo, foram analisados processos de contratações semelhantes feitas por outros órgãos e entidades, por meio de consultas a outros editais, com a finalidade de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades da SES/PE e, as que foram identificadas, foram incorporadas nesta análise.

4.1 Locação de Equipamentos Médicos/Comodato:

4.1.1 Uma das soluções possíveis para o provisionamento de Equipamentos e Materiais Laboratoriais é a locação dos equipamentos. Para estimar o real valor da contratação e estabelecer um parâmetro para comparação financeira entre as soluções, foi definido o período de 10 (dez) anos no cálculo do valor da locação, o qual se chega multiplicando o valor contratado pelo período de vida útil do equipamento. Considerando que o tempo de vida útil definido pela Receita Federal, para os itens do objeto deste Estudo Técnico Preliminar é de 10 (dez) anos, conforme Instrução Normativa SRF nº 162/1998, nos seguintes termos:

"Art. 1º A quota de depreciação a ser registrada na escrituração da pessoa jurídica, como custo ou despesa operacional, será determinada com base nos prazos de vida útil e nas taxas de depreciação constantes dos anexos: I - Anexo I: bens relacionados na Nomenclatura Comum do MERCOSUL - NCM;"

4.1.2 Após busca, foram identificados os seguintes processos públicos para locação de equipamentos para centro cirúrgico:

Contrato nº 0100/2025 da Prefeitura Municipal de Itaporanga-PB (id da contratação no PNCP: 08940694000159-1-000051/2025)(fonte: [Portal Nacional de Contratações Públicas](#)); AGITADOR DE PLACAS VDRL R\$ 69,00, AGITADOR DE TUBOS R\$ 69,00, BANHO MARIA R\$ 69,00, CENTRÍFUGA SOROLÓGICA DE BANCADA R\$ 74,00, MICROSCÓPIO BINOCULAR R\$ 74,00.

Contrato nº 013/2026 do Município de Rio Real - BA (id da contratação no PNCP: 15088800000183-1-000213/2025)(fonte: [Portal Nacional de Contratações Públicas](#)); CONTADOR DE CÉLULAS R\$ 379,00

Termo de homologação UASG 925452 PREGÃO 90004/2025 de Governo do Estado do Pará Fundação Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará - PA (id da contratação no PNCP: 05837521000111-1-000022/2025)(fonte: [Portal Nacional de Contratações Públicas](#)); SELADORA DE BOLSA DE SANGUE R\$ 500,00.

Termo de rerratificação do contrato nº 168/25 de Governo do Estado de São Paulo ESP-Hospital das Clínicas Ribeirão Preto - S P (id da contratação no PNCP: 56023443000152-2-000033/2024)(fonte: [Portal Nacional de Contratações Públicas](#)); SELADORA DE BOLSA DE SANGUE R\$ 780,00.

Contrato Administrativo nº 1289/2024 da Universidade Estadual de Londrina - PR (id da contratação no PNCP: 78640489000153-1-000555/2024)(fonte: [Portal Nacional de Contratações Públicas](#)) ; MICROSCÓPIO BINOCULAR COM IMUNOFLUORESCÊNCIA R\$ 1.750,00

Dispensa Nº 007/2025 Processo Administrativo Nº 007/2025 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE FREI MIGUELINHO-PE (id da contratação no PNCP: 13811409000130-1-000004/2025)(fonte: [Portal Nacional de Contratações Públicas](#)); MICROSCÓPIO BINOCULAR R\$ 270,00.

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	VALOR UNIT. MENSAL Contrato nº 0100/2025 da Prefeitura Municipal de Itaporanga-PB	VALOR UNIT. MENSAL Contrato nº 1013/2026 do Município de Rio Real - BA	VALOR UNIT. MENSAL Termo de homologação UASG 925452 PREGÃO 90004/2025 de Governo do Estado do Pará Fundação Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará - PA	VALOR UNIT. MENSAL Termo de rerratificação do contrato nº 168/25 de Governo do Estado de São Paulo ESP-Hospital das Clínicas Ribeirão Preto - SP	VALOR UNIT. MENSAL Contrato Administrativo nº 1289/2024 da Universidade Estadual de Londrina - PR	VALOR UNIT. MENSAL Dispensa Nº 007/2025 Processo Administrativo Nº 007/2025 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE FREI MIGUELINHO-PE	VALOR MÉDIO ACUMULADO (10 ANOS)
1	AGITADOR DE PLACAS VDRL	R\$ 69,00	-	-	-	-	-	R\$ 8.280,00
2	AGITADOR DE TUBOS	R\$ 69,00	-	-	-	-	-	R\$ 8.280,00
3	AGITADOR DE PLAQUETAS	-	-	-	-	-	-	-
4	AGLUTINOSCÓPIO	-	-	-	-	-	-	-
5	CAPELA DE FLUXO LAMINAR VERTICAL	-	-	-	-	-	-	-
6	BALANÇA DE PRECISÃO 500G	-	-	-	-	-	-	-
7	BALANÇA DE PRECISÃO 1200G	-	-	-	-	-	-	-
8	BANHO MARIA	R\$ 69,00	-	-	-	-	-	R\$ 8.280,00
9	BANHO MARIA PARA DESCONGELAMENTO DE LEITE HUMANO	-	-	-	-	-	-	-
10	BANHO MARIA PARA PASTEURIZAÇÃO DE LEITE HUMANO	-	-	-	-	-	-	-
11	BANHO MARIA PARA TUBOS DE ENSAIO	-	-	-	-	-	-	-
12	BANHO HISTOLÓGICO	-	-	-	-	-	-	-
13	CENTRÍFUGA SOROLÓGICA DE BANCADA	R\$ 74,00	-	-	-	-	-	R\$ 8.880,00
14	CENTRÍFUGA REFRIGERADA	-	-	-	-	-	-	-
15	CENTRÍFUGA IMUNOHEMATOLOGIA	-	-	-	-	-	-	-

16	MICROCENTRÍFUGA	-	-	-	-	-	-	-
17	ESTUFA	-	-	-	-	-	-	-
18	ESTUFA BACTERIOLÓGICA	-	-	-	-	-	-	-
19	SELADORA DE BOLSA DE SANGUE	-	-	R\$ 500,00*	R\$ 780,00*	-	-	R\$ 76.800,00
20	MICROSCÓPIO BINOCULAR	R\$ 74,00	-	-	-	-	R\$ 270,00	R\$ 20.640,00
21	MICROSCÓPIO BINOCULAR COM IMUNOFLUORESCÊNCIA	-	-	-	-	R\$ 1.750,00	-	R\$ 210.000,00
22	CONTADOR DE CÉLULAS	-	R\$ 379,00	-	-	-	-	R\$ 45.480,00
23	MICRÓTOMO	-	-	-	-	-	-	-
24	PROCESSADORA DE TECIDOS	-	-	-	-	-	-	-
25	AUTOCLAVE DE BANCADA (30L)	-	-	-	-	-	-	-
26	AUTOCLAVE VERTICAL (50 L)	-	-	-	-	-	-	-
27	AUTOCLAVE VERTICAL (75 L)	-	-	-	-	-	-	-
28	CENTRÍFUGA PARA MICROHEMATÓCRITO	-	-	-	-	-	-	-
29	CAPELA DE FLUXO LAMINAR CLASSE II B2	-	-	-	-	-	-	-
30	BANHO MARIA COM CIRCULAÇÃO	-	-	-	-	-	-	-

* Valor aproximado para 01 unidade

4.2 Pesquisa de atas de registro de preços vigentes elaboradas por órgão ou entidade gerenciadora do Poder Executivo federal por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal;

O detalhamento das referidas contratações públicas está evidenciada nos documentos de Cotação de Preços (80159279,80159515, 80159635, 80159742, 80159881, 80160012, 80160126, 80160247, 80161376, 80161466, 80161768, 80163265, 80163368, 80163453, 80163527, 80183901, 80163690, 80163746, 80164054, 80164142, 80164204, 80164536, 80164595, 80164722, 80164798, 80165491, 80165558, 81279654, 81279768, 82942532), Mapa de Preços Comparativo PE Integrado (83751221), Mapa de Preços Automatizado (83898614 e 83898839) e Declaração de Compatibilidade (80611235), elaborados pela Gerência de Uniformização de Processos e Precificação.

Foram encontrados processos públicos, sob regimento do Sistema de Registro de Preços, que possibilitariam a adesão a Ata de Registro de Preços como órgão não participante, no entanto as especificações e/ou quantitativos não atendem por completo as necessidades das unidades hospitalares dispostas no presente processo.

4.3 Realização de chamamentos públicos para doação, sem ônus ou encargos:

Tendo em vista que o objeto contempla Equipamentos de Laboratório, os quais têm a garantia da segurança dos pacientes e usuários dentre seus objetivos, entende-se que doações sem ônus, provenientes de entidades públicas ou privadas, podem se caracterizar por bens usados, com desgastes inerentes ao tempo de uso. Nestas condições, deve-se considerar o impacto da redução da vida útil de equipamentos diretamente na qualidade do serviço pretendido, vez que a depreciação sofrida pelos equipamentos acarreta em custos de manutenção e maiores períodos de parada do bem e do serviço de saúde. No caso presente, o chamamento público para recebimento em doação do referido objeto não configura uma opção técnica viável, por esta razão, não foi executada para fins de comparação financeira.

4.4 Aquisição de Equipamentos Médico-Hospitais por meio de Processo licitatório elaborado pela Secretaria de Saúde de Pernambuco:

Uma vez que o objeto em tela se enquadra como bem comum, os quais são objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado (Art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021), justificando-se a utilização do pregão eletrônico na modalidade de licitação conforme prevê o Art. 29 da Lei nº 14.133/2021, é aplicável a elaboração de processos licitatórios para aquisição pela SES/PE para provisionamento dos Equipamentos de Laboratório de acordo com as unidades de saúde do estado.

No que tange a análise das soluções disponíveis no mercado, visando chegar a alternativa mais vantajosa para a administração, foram compilados os benefícios e limitações de cada opção, como elencado abaixo:

	VANTAGENS	DESVANTAGENS
--	-----------	--------------

	VANTAGENS	DESVANTAGENS
LOCAÇÃO/COMODATO	<ul style="list-style-type: none"> • Redução do custo de aquisição dos equipamentos; • Possibilidade de rápida substituição de equipamento avariado; • Evita o investimento contínuo com a atualização constante de equipamentos e tecnologias; • Prazos menores na disponibilização dos serviços, visto que todos os equipamentos e insumos estariam contemplados na locação; • Menor custo com a manutenção de equipamentos, treinamento de equipes, considerando que todas estas despesas estão incluídas no contrato; • A locação gera documentação formal e registros que poderão ser utilizados para a prestação de contas e auditorias, contribuindo para a transparência e garantindo legitimidade das transações; 	<ul style="list-style-type: none"> • Elevação dos custos de locação a longo prazo; • Alto impacto nos serviços de saúde, em caso de dificuldade com o fornecedor contratado, como por exemplo atrasos, falta de equipamentos; • Dificuldade de conseguir empresas que atendam especificação técnica exigida; • Perda do valor residual dos equipamentos, visto que a Secretaria não seria proprietária dos bens; • Impossibilidade de aquisição nos casos de uso de recursos classificados como despesas de capital de investimento; • Limitação tecnológica, considerando a restrição de tipos e modelos de equipamentos disponíveis para essa modalidade.
ADESÃO A ARP EXTERNAS	<ul style="list-style-type: none"> • Maior celeridade • Maior assertividade das aquisições, quando as condições da contratação, tais quais marca, modelo, fornecedor e valor são fixas, de acordo com o processo mater. 	<ul style="list-style-type: none"> • Adequação às condições e características da contratação de outro órgão, podendo não atender a necessidade da SES/PE por completo; • Possibilidade de insucesso na aquisição, devido a inexistência de Atas de Registro de determinados itens; • Quantitativo das ARP Externas insuficiente para atender as necessidades da SES/PE;
DOAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> • Otimizar a utilização de bens públicos, nos casos de doação de outras entidades públicas; • Redução de custos totais, considerando a doação pela iniciativa privada; • Maior celeridade. 	<ul style="list-style-type: none"> • Risco de infração legal, considerando o período eleitoral, conforme estabelecido na Lei nº 9.504/1997 - Art. 73, § 10: "No ano em que se realizar eleição, fica proibida a distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios por parte da Administração Pública, exceto nos casos de calamidade pública, de estado de emergência ou de programas sociais autorizados em lei e já em execução orçamentária no exercício anterior, casos em que o Ministério Público poderá promover o acompanhamento de sua execução financeira e administrativa" • Não atendimento ao requisito técnico, no que diz respeito à garantia; • Possibilidade de gerar despesas adicionais futuras com manutenção, em função do recebimento de equipamentos usados, tornando a doação antieconômica.

	VANTAGENS	DESVANTAGENS
AQUISIÇÃO - ARP's SES/PE	<ul style="list-style-type: none"> • Competição entre fornecedores, resultando em melhores ofertas e preços mais competitivos para os equipamentos desejados; • Avaliação e escolha da melhor proposta em termos de custo-benefício, otimizando a destinação de valores específicos para aquisição dos equipamentos; • Estabelece requisitos e especificações claras no processo de aquisição, adequação técnica dos itens para as demandas assistenciais previstas, considerando a complexidade. • Possibilidade de utilização de recursos classificados como despesa de capital de investimento. 	<ul style="list-style-type: none"> • Possibilidade de aquisição parcial dos itens previstos no processos, visto que podem fracassar ou restar deserto; • Nos casos em que estão previstas reformas/obras, existe o risco de a aquisição dos equipamentos não coincidir com o cronograma de conclusão da adequação da infraestrutura para recepcionar os equipamentos; • Além do custo inicial, os equipamentos hospitalares geralmente implicam despesas contínuas com manutenção e operação. Isso pode incluir custos de reparo, treinamento de pessoal e despesas operacionais ao longo do tempo.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

5.1 Justificativa da escolha da solução

Visando atender à necessidade pública já exposta no item acima, uma vez que se mostra como essencial para o desenvolvimento das atividades finalísticas desta Secretaria de Saúde, a Administração Pública optou por contratar o fornecimento do objeto em tela, uma vez que os demais cenários se mostraram desvantajosos face o propósito almejado.

Ainda que as demais soluções tenham apresentado pontos favoráveis, as desvantagens elencadas impactam negativamente, seja com custos mais elevados a longo prazo, como no caso da locação, seja com o não atendimento aos requisitos do objeto, como as adesões a atas de outros órgãos, ou ainda comprometendo o desempenho e qualidade da prestação do serviço, como no caso da doação.

Dada a relevância das desvantagens apresentadas pelas demais opções, a escolha pela solução de Aquisição, através de processo licitatório via sistema de registro de preços figura como solução mais vantajosa para a Administração Pública, que tem a discricionariedade de agir conforme suas necessidades, podendo executar tempestivamente suas despesas com a devida adequação aos recursos disponíveis.

5.2 Especificação do Objeto

A especificação do objeto foi descrita no item “**Descrição dos Requisitos da Contratação**”, juntamente com as demais condições que devem ser atendidas.

6. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

ITEM	E-FISCO	CATMAT	DETALHAMENTO DO OBJETO	UNIDADE DE SAÚDE	ORIGEM DA DEMANDA	QUANTITATIVO POR UNIDADE
1	573227 - 1	426692	AGITADOR DE PLACAS VDRL	HOSPITAL DA RESTAURAÇÃO	GOVPE - Nota Técnica 150 (82361570)	01
				HOSPITAL AGAMENON MAGALHÃES		02
				HOSPITAL GETÚLIO VARGAS		03
				HOSPITAL REGIONAL DO AGRESTE		02
				HEMOPE		01
				HOSPITAL REGIONAL JOSÉ FERNANDO E SALSA		01
TOTAL						10
				MATERNIDADE OURICURI		02
				MATERNIDADE IGARASSU		02
				MATERNIDADE GARANHUNS		02

2	594261 - 6	479583	AGITADOR DE TUBOS	MATERNIDADE SERRA TALHADA	GOVPE - Nota Técnica 150 (82361570)	02
				HOSPITAL REGIONAL JOSÉ FERNANDO E SALSA		01
				HOSPITAL CORREIA PICANÇO		02
TOTAL						11
3	268596 - 5	311061	AGITADOR DE PLAQUETAS	HOSPITAL DA RESTAURAÇÃO	GOVPE - Nota Técnica 150 (82361570)	02
				HOSPITAL AGAMENON MAGALHÃES		01
				MATERNIDADE OURICURI		01
				MATERNIDADE IGARASSU		01
				MATERNIDADE GARANHUNS		01
				MATERNIDADE SERRA TALHADA		01
				HOSPITAL MESTRE DOMIGUINHOS		01
				HEMOPE		20
				TOTAL		
4	360341 - 5	455283	AGLUTINOSCÓPIO	HEMOPE	GOVPE - Nota Técnica 150 (82361570)	08
				MATERNIDADE OURICURI		01
				MATERNIDADE IGARASSU		01
				MATERNIDADE GARANHUNS		01
				MATERNIDADE SERRA TALHADA		01
				HOSPITAL MESTRE DOMIGUINHOS		01
				HEMOPE		23
				TOTAL		
5	171876- 2	304884	CAPELA DE FLUXO LAMINAR VERTICAL	HOSPITAL AGAMENON MAGALHÃES	GOVPE - Nota Técnica 150 (82361570)	01
				HEMOPE		01
				MATERNIDADE OURICURI		01
				MATERNIDADE IGARASSU		02
				MATERNIDADE GARANHUNS		02
				MATERNIDADE SERRA TALHADA		02
				HOSPITAL BARÃO DE LUCENA		02
				HOSPITAL OTÁVIO DE FREITAS		02
				HOSPITAL DA RESTAURAÇÃO		01
				HOSPITAL REGIONAL DO AGRESTE		02
				TOTAL		
				MATERNIDADE OURICURI		01

6	502841 - 8	278088	BALANÇA DE PRECISÃO 500g	MATERNIDADE IGARASSU	GOVPE - Nota Técnica 150 (82361570)	02
				MATERNIDADE GARANHUNS		02
				MATERNIDADE SERRA TALHADA		02
				HEMOPE		01
				TOTAL		
7	197137 - 9	212330	BALANÇA DE PRECISÃO 1200G	MATERNIDADE OURICURI	GOVPE - Nota Técnica 150 (82361570)	01
				MATERNIDADE IGARASSU		01
				MATERNIDADE GARANHUNS		01
				MATERNIDADE SERRA TALHADA		01
				HOSPITAL MESTRE DOMIGUINHOS		03
TOTAL			07			
8	311461 - 9	446313	BANHO MARIA	HOSPITAL DA RESTAURAÇÃO	GOVPE - Nota Técnica 150 (82361570)	03
				HOSPITAL AGAMENON MAGALHÃES		03
				HOSPITAL DA RESTAURAÇÃO		02
				MATERNIDADE OURICURI		01
				MATERNIDADE IGARASSU		01
				MATERNIDADE GARANHUNS		01
				MATERNIDADE SERRA TALHADA		01
				HOSPITAL MESTRE DOMIGUINHOS		03
				HOSPITAL GETÚLIO VARGAS		03
				HOSPITAL REGIONAL DO AGRESTE		03
				HEMOPE		23
				HOSPITAL REGIONAL JOSÉ FERNANDO E SALSA		01
TOTAL			45			
9	411362 - 4	629627	BANHO MARIA PARA DESCONGELAMENTO DE LEITE HUMANO	MATERNIDADE OURICURI	GOVPE - Nota Técnica 150 (82361570)	03
				MATERNIDADE IGARASSU		03
				MATERNIDADE GARANHUNS		03
				MATERNIDADE SERRA TALHADA		03
				HOSPITAL BARÃO DE LUCENA		02
TOTAL			14			
	607384		BANHO MARIA PARA	HOSPITAL AGAMENON MAGALHÃES	GOVPE - Nota	01
				MATERNIDADE OURICURI		02
				MATERNIDADE IGARASSU		02

10	- 0	396033	PASTEURIZAÇÃO DE LEITE HUMANO	MATERNIDADE GARANHUNS	Técnica 150 (82361570)	02
				MATERNIDADE SERRA TALHADA		02
				HOSPITAL BARÃO DE LUCENA		03
TOTAL						12
11	502869 - 8	439736	BANHO MARIA PARA TUBOS DE ENSAIO	MATERNIDADE OURICURI	GOVPE - Nota Técnica 150 (82361570)	02
				MATERNIDADE IGARASSU		02
				MATERNIDADE GARANHUNS		02
				MATERNIDADE SERRA TALHADA		02
				HOSPITAL MESTRE DOMIGUINHOS		03
TOTAL						11
12	264123 - 2	446313	BANHO HISTOLÓGICO	HOSPITAL AGAMENON MAGALHÃES	GOVPE - Nota Técnica 150 (82361570)	01
				HOSPITAL GETÚLIO VARGAS		01
TOTAL						02
13	502836 - 1	442192	CENTRÍFUGA SOROLÓGICA DE BANCADA	HEMOPE	GOVPE - Nota Técnica 150 (82361570)	11
				HEMOPE		10
				MATERNIDADE OURICURI		02
				MATERNIDADE IGARASSU		03
				MATERNIDADE GARANHUNS		03
				MATERNIDADE SERRA TALHADA		03
				HOSPITAL MESTRE DOMIGUINHOS		01
				HOSPITAL GETÚLIO VARGAS		02
				HOSPITAL AGAMENON MAGALHÃES		12
				HOSPITAL GETÚLIO VARGAS		02
				HOSPITAL REGIONAL DO AGRESTE		03
				HOSPITAL REGIONAL JOSÉ FERNANDO E SALSA		02
				HOSPITAL PROFESSOR AGAMENON MAGALHÃES		02
				HOSPITAL BARÃO DE LUCENA		05
TOTAL						61
14	346940-9	416622	CENTRÍFUGA REFRIGERADA	HEMOPE	GOVPE - Nota Técnica 150 (82361570)	04
TOTAL						04

15	196611-1	434676	CENTRÍFUGA IMUNOHEMATOLOGIA	HEMOPE	GOVPE - Nota Técnica 150 (82361570)	30
				HEMOPE		20
				HOSPITAL AGAMENON MAGALHÃES		01
				HOSPITAL GETÚLIO VARGAS		03
TOTAL						54
16	261046-9	442223	MICROCENRÍFUGA	HOSPITAL AGAMENON MAGALHÃES	GOVPE - Nota Técnica 150 (82361570)	01
				MATERNIDADE OURICURI		01
				MATERNIDADE IGARASSU		01
				MATERNIDADE GARANHUNS		01
				MATERNIDADE SERRA TALHADA		01
				HEMOPE		02
				HOSPITAL BARÃO DE LUCENA		03
TOTAL						10
17	185935-8	414650	ESTUFA	HEMOPE	GOVPE - Nota Técnica 150 (82361570)	01
				HOSPITAL AGAMENON MAGALHÃES		02
				MATERNIDADE OURICURI		01
				MATERNIDADE IGARASSU		01
				MATERNIDADE GARANHUNS		01
				MATERNIDADE SERRA TALHADA		01
				HOSPITAL DA RESTAURAÇÃO		02
				HOSPITAL MESTRE DOMIGUINHOS		03
				HOSPITAL GETÚLIO VARGAS		02
				HEMOPE		14
				HOSPITAL REGIONAL JOSÉ FERNANDO E SALSA		02
TOTAL						30
18	502840-0	422815	ESTUFA BACTERIOLÓGICA	HOSPITAL AGAMENON MAGALHÃES	GOVPE - Nota Técnica 150 (82361570)	02
				HEMOPE		01
				HEMOPE		15
				HOSPITAL GETÚLIO VARGAS		01
				HOSPITAL GETÚLIO VARGAS		05
				HOSPITAL REGIONAL DO AGRESTE		02
				HOSPITAL CORREIA PICANÇO		02
TOTAL						28
				HEMOPE		06

19	192569 - 5	304638	SELADORA DE BOLSA DE SANGUE	MATERNIDADE OURICURI	GOVPE - Nota Técnica 150 (82361570)	02
				MATERNIDADE IGARASSU		02
				MATERNIDADE GARANHUNS		02
				MATERNIDADE SERRA TALHADA		02
				HOSPITAL MESTRE DOMIGUINHOS		01
				HOSPITAL OTÁVIO DE FREITAS		02
				HOSPITAL BARÃO DE LUCENA		02
TOTAL						19
20	383958 - 3	601089	MICROSCÓPIO BINOCULAR	HOSPITAL AGAMENON MAGALHÃES	GOVPE - Nota Técnica 150 (82361570)	09
				HOSPITAL DA RESTAURAÇÃO		02
				HOSPITAL GETÚLIO VARGAS		06
				HOSPITAL GETÚLIO VARGAS		06
				HEMOPE		18
				HOSPITAL CORREIA PICANÇO		06
				HOSPITAL REGIONAL JOSÉ FERNANDO E SALSA		02
				HOSPITAL PROFESSOR AGAMENON MAGALHÃES		02
				HOSPITAL BARÃO DE LUCENA		04
TOTAL						55
21	202163 - 3	449649	MICROSCÓPIO BINOCULAR COM IMUNOFLUORESCÊNCIA	HEMOPE	GOVPE - Nota Técnica 150 (82361570)	01
TOTAL						01
22	235487 - 0	419221	CONTADOR DE CÉLULAS	HOSPITAL AGAMENON MAGALHÃES	GOVPE - Nota Técnica 150 (82361570)	05
				HEMOPE		01
				HOSPITAL CORREIA PICANÇO		03
				HOSPITAL REGIONAL JOSÉ FERNANDO E SALSA		02
				HOSPITAL PROFESSOR AGAMENON MAGALHÃES		02
TOTAL						13
23	487383 - 1	622425	MICRÓTOMO	HOSPITAL AGAMENON MAGALHÃES	GOVPE - Nota Técnica 150	01

				HOSPITAL GETÚLIO VARGAS	(82361570)	02
TOTAL						03
24	487384 - 0	440605	PROCESSADORA DE TECIDOS	HOSPITAL GETÚLIO VARGAS	GOVPE - Nota Técnica 150 (82361570)	02
TOTAL						02
25	528434- 1	625457	AUTOCLAVE DE BANCADA (30 L)	HOSPITAL AGAMENON MAGALHÃES	GOVPE - Nota Técnica 150 (82361570)	01
				MATERNIDADE OURICURI		03
				MATERNIDADE IGARASSU		03
				MATERNIDADE GARANHUNS		03
				MATERNIDADE SERRA TALHADA		03
				HOSPITAL MESTRE DOMIGUINHOS		01
				HOSPITAL OTÁVIO DE FREITAS		03
				HOSPITAL DA RESTAURAÇÃO		02
				HOSPITAL REGIONAL DO AGRESTE		01
				CER SERRA TALHADA		01
				CER CARUARU		01
				CER PETROLINA		01
TOTAL						23
26	365071- 5	625453	AUTOCLAVE 50 L	HOSPITAL REGIONAL DO AGRESTE	GOVPE - Nota Técnica 150 (82361570)	01
TOTAL						01
27	224845- 0	625454	AUTOCLAVE 75 L	HOSPITAL DA RESTAURAÇÃO	GOVPE - Nota Técnica 150 (82361570)	01
				LACEN		04
				HEMOPE		01
TOTAL						06
28	16439-9	421867	CENTRÍFUGA PARA MICROHEMATÓCRITO	HOSPITAL BARÃO DE LUCENA	GOVPE - Nota Técnica 150 (82361570)	01
TOTAL						01
29	175569- 2	359365	CAPELA FLUXO LAMINAR CLASSE II B2	HOSPITAL BARÃO DE LUCENA	GOVPE - Nota Técnica 150 (82361570)	01
TOTAL						01
30	620405- 8	428187	BANHO MARIA COM CIRCULAÇÃO	HOSPITAL BARÃO DE LUCENA	GOVPE - Nota Técnica 150 (82361570)	02
TOTAL						02

O quantitativo estimado para o presente processo de aquisição de equipamentos para laboratório foi definido a partir de análise integrada da demanda atual e projetada da Rede Estadual de Saúde, considerando, de forma concomitante, a implantação de novas unidades assistenciais, a necessidade de substituição e renovação do parque tecnológico existente, além das demandas formalizadas por instâncias gestoras e pelas próprias unidades assistenciais, devidamente registrada

nos documentos 79724588, 79724591, 79724593, 80409925, 80410459, 80411101, 80414052, 80388963, 81262741, 82857921.

No que se refere às novas maternidades, os quantitativos estimados consideram a necessidade de implantação completa de laboratórios compatíveis com o perfil assistencial materno-infantil, garantindo suporte diagnóstico adequado às atividades de urgência, emergência, internação, centro obstétrico, banco de leite humano e apoio transfusional. Esses estabelecimentos demandam a aquisição integral de equipamentos essenciais, tais como agitadores, centrífugas, estufas, microscópios, banhos-maria, capelas de fluxo laminar, autoclaves de bancada e demais dispositivos laboratoriais indispensáveis à rotina analítica, conforme projetos arquitetônicos e funcionais registrados nos documentos 80388579, 80388669, 80388800, 80388850. Assim como as CERs Petrolina, Serra Talhada e Caruaru (80885888, 80886585, 80886702)

Destaca-se também implantação, ampliação, reforma e requalificação de unidades de saúde existentes, bem como de novos estabelecimentos assistenciais que se encontram em fase de construção ou de início de operação, como Hospital Barão de Lucena, Hospital Otávio de Freitas, Hospital da Restauração 4º Pavimento, além do Projeto Hospital Mestre Dominguinhos evidenciados nos documentos 80227174, 80419948, 80421010, 80421549.

De forma complementar, a definição do quantitativo contempla a renovação do parque laboratorial atualmente instalado nas unidades da rede, com base em inventário técnico consolidado 80225600, o qual evidencia a coexistência de equipamentos com diferentes idades, gerações tecnológicas e condições operacionais. Esse levantamento demonstra a presença significativa de equipamentos instalados entre 2006 e 2015, muitos dos quais já ultrapassaram o ciclo de vida útil recomendado para sua categoria tecnológica. Ressalta-se que, embora os equipamentos laboratoriais sejam classificados como bens móveis, a análise de envelhecimento do parque tecnológico considera parâmetros oficiais de vida útil amplamente aceitos no planejamento público, a exemplo da vida útil econômica de bens móveis fixada em 10 (dez) anos pela Receita Federal do Brasil, conforme disposto na Instrução Normativa RFB nº 1.700, de 14 de março de 2017, utilizada como referência objetiva para avaliação patrimonial e planejamento de renovação de ativos.

7. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

A estimativa dos valores médios unitários e globais da contratação tem como base a pesquisa simplificada de mercado realizada para este Estudo, a qual prevê os eventuais gastos com a escolha pela Aquisição através de processo licitatório para registro de preços, conforme abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	VALOR DE REFERÊNCIA UNITÁRIO	VALOR DE REFERÊNCIA GLOBAL
01 - Cota Principal 1 02 - Cota Reservada 1	AGITADOR DE PLAQUETAS	R\$ 16.265,24	R\$ 455.426,72
03 - Cota Principal 2 04 - Cota Reservada 2	CAPELA DE FLUXO LAMINAR VERTICAL	R\$ 25.067,54	R\$ 401.080,64
05 - Cota Principal 3 06 - Cota Reservada 3	BANHO MARIA	R\$ 2.195,59	R\$ 98.801,55
07 - Cota Principal 4 08 - Cota Reservada 4	BANHO MARIA PARA DESCONGELAMENTO DE LEITE HUMANO	R\$ 38.694,40	R\$ 541.721,60
09 - Cota Principal 5 10 - Cota Reservada 5	BANHO MARIA PARA PASTEURIZAÇÃO DE LEITE HUMANO	R\$ 74.271,72	R\$ 891.260,64
11 - Cota Principal 6 12 - Cota Reservada 6	CENTRÍFUGA SOROLÓGICA DE BANCADA	R\$ 6.964,01	R\$ 424.804,61
13 - Cota Principal 7 14 - Cota Reservada 7	CENTRÍFUGA REFRIGERADA	R\$ 300.130,19	R\$ 1.200.520,76
15 - Cota Principal 8 16 - Cota Reservada 8	CENTRÍFUGA IMUNOHEMATOLOGIA	R\$ 6.983,10	R\$ 377.087,40
17 - Cota Principal 9 18 - Cota Reservada 9	MICROCETRÍFUGA	R\$ 17.911,65	R\$ 179.116,50
19 - Cota Principal 10 20 - Cota Reservada 10	ESTUFA	R\$ 3.249,00	R\$ 97.470,00
21 - Cota Principal 11 22 - Cota Reservada 11	SELADORA DE BOLSA DE SANGUE	R\$ 22.650,00	R\$ 430.350,00
23 - Cota Principal 12 24 - Cota Reservada 12	MICROSCÓPIO BINOCULAR	R\$ 12.960,00	R\$ 712.800,00
25 - Cota Principal 13 26 - Cota Reservada 13	AUTOCLAVE DE BANCADA (30 L)	R\$ 4.579,04	R\$ 105.317,92

27 - Cota Principal 14 28 - Cota Reservada 14	AUTOCLAVE 75 L	R\$ 19.313,70	R\$ 115.882,20
29	MICRÓTOMO	R\$ 28.463,81	R\$ 85.391,43
30	PROCESSADORA DE TECIDOS	R\$ 102.466,26	R\$ 204.932,52
31 - Cota Exclusiva 1	AGITADOR DE PLACAS VDRL	R\$ 748,64	R\$ 7.486,40
32 - Cota Exclusiva 2	AGITADOR DE TUBOS	R\$ 811,74	R\$ 8.929,14
33 - Cota Exclusiva 3	AGLUTINOSCOPIO	R\$ 1.793,62	R\$ 64.570,32
34 - Cota Exclusiva 4	BALANÇA DE PRECISÃO 500g	R\$ 3.766,09	R\$ 30.128,72
35 - Cota Exclusiva 5	BALANÇA DE PRECISÃO 1200G	R\$ 2.631,20	R\$ 18.418,40
36 - Cota Exclusiva 6	BANHO MARIA PARA TUBOS DE ENSAIO	R\$ 2.186,38	R\$ 24.050,18
37 - Cota Exclusiva 7	BANHO HISTOLÓGICO	R\$ 1.968,45	R\$ 3.936,90
38 - Cota Exclusiva 8	ESTUFA BACTERIOLÓGICA	R\$ 2.801,22	R\$ 78.434,16
39 - Cota Exclusiva 9	MICROSCÓPIO BINOCULAR COM IMUNOFUORESCÊNCIA	R\$ 39.624,90	R\$ 39.624,90
40 - Cota Exclusiva 10	CONTADOR DE CÉLULAS	R\$ 875,46	R\$ 11.380,98
41 - Cota Exclusiva 11	AUTOCLAVE 50 L	R\$ 12.204,07	R\$ 12.204,07
42 - Cota Exclusiva 12	CENTRÍFUGA PARA MICROHEMATÓCRITO	R\$ 4.925,91	R\$ 4.925,91
43 - Cota Exclusiva 13	CAPELA FLUXO LAMINAR CLASSE II B2	R\$ 39.272,43	R\$ 39.272,43
44 - Cota Exclusiva 14	BANHO MARIA COM CIRCULAÇÃO	R\$ 2.279,24	R\$ 4.558,48
		VALOR TOTAL	R\$ 6.669.885,48

Os valores acima são provenientes da planilha de pesquisa de preços em anexo (80406991) e documentos que lhe dão suporte (Cotações de Preços: 80159279, 80159515, 80159635, 80159742, 80159881, 80160012, 80160126, 80160247, 80161376, 80161466, 80161768, 80163265, 80163368, 80163453, 80163527, 80183901, 80163690, 80163746, 80164054, 80164142, 80164204, 80164536, 80164595, 80164722, 80164798, 80165491, 80165558, 80885888, 80886585, 80886702, 81279654, 81279768, 82942532; Mapa de Preços Comparativo PE Integrado 83751221 ; e Declaração de Compatibilidade: 80611235, os quais em conjunto servem como memórias de cálculo para o estabelecimento dos preços referenciais.

8. JUSTIFICATIVAS PARA PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO

A regra a ser observada pela Administração nas licitações é a do parcelamento do objeto, mas é imprescindível que a divisão deste seja tecnicamente viável e economicamente vantajosa e não represente perda de economia de escala (Art. 40, inciso V, alínea b, combinado com §2º do mesmo artigo, da Lei 14.133/2021).

Na presente solução, resta demonstrado que o parcelamento por itens buscou permitir a participação de maior número de interessados, fomentando, assim, o princípio da ampla concorrência.

As razões técnicas e econômicas para a preservação do objeto parcelado por item(ns) foram a possibilidade e parcelamento sem prejuízo à aquisição pretendida com a manutenção dos parâmetros de qualidade, a ampliação da competição com vistas a evitar a concentração de mercado e consequente vantajosidade econômica.

Conclui-se, portanto, que o modelo definido para esta contratação é o mais adequado tanto técnica quanto economicamente, sem restringir ou prejudicar a competitividade do certame e, consequentemente, o mais adequado para promover a maior vantajosidade para o Estado.

9. RESULTADOS PRETENDIDOS

Dentre os resultados que se pretende alcançar com a execução do objeto deste Estudo Técnico Preliminar, estão:

- Executar despesas de Emendas Parlamentares Federais;
- Atualização do parque tecnológico com Equipamentos Médico-Hospitalares modernos e adequados, de alta qualidade e performance, para contribuir com o desenvolvimento das atividades finalísticas tanto na qualidade como na excelência dos serviços ofertados aos usuários da rede estadual de saúde;
- Otimização da utilização dos recursos destinados à saúde ao aplicar esforços na tentativa de equilibrar a demanda e oferta por serviços do setor;
- Melhoria do Diagnóstico - Aumentando a precisão e rapidez no diagnóstico de condições médicas;
- Redução do tempo de Diagnóstico e dos Custos Operacionais - Ao ampliar a oferta de serviços nas diversas unidades de saúde do Estado, implicando em uma redução significativa no tempo e nos recursos financeiros necessários para obtenção de resultados, reduzindo inclusive a superlotação nos 6 (seis) grandes hospitais da rede estadual de saúde (Hospital da Restauração, Hospital Agamenon Magalhães, Hospital Barão de Lucena, Hospital Otávio de Freitas, Hospital Regional do Agreste e Hospital Getúlio Vargas).

- Redução de custos indiretos com o aumento da eficiência do tratamento - Com diagnósticos mais rápidos e precisos, os pacientes iniciam o tratamento mais rapidamente, o que leva a redução do tempo de internação e consequente redução de custos no tratamento do paciente;
- Descentralização de serviços de saúde ao fornecer equipamentos para ampliar a assistência de saúde em todas as 4 (quatro) macrorregiões do Estado;
- Negociações de custos com fornecedores - Ao distribuir equipamentos em todo o Estado, a Administração poderá ter mais poder de negociação com fornecedores de insumos e prestadores de serviços de manutenção, obtendo preços mais favoráveis.
- Obtenção de equipamentos novos (primeiro uso), cuja garantia mínima será de 24 (vinte e quatro) meses contra defeitos de fabricação e nas quantidades, prazos e condições pactuadas, de acordo com as exigências constantes neste documento e no Termo de Referência;

10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

A Administração poderá tomar as seguintes providências previamente ao contrato:

- Definição dos servidores que farão parte da equipe de fiscalização e gestão contratual e caso necessário, promover a capacitação destes a respeito do tema objeto da contratação;
- Definição do ambiente que recepcionará os Equipamentos de Laboratório nas unidades de saúde beneficiadas;
- Promover a revisão da infraestrutura necessárias ao recebimento dos equipamentos, a saber:
 - Verificar se a infraestrutura elétrica da(s) unidade(s) beneficiada(s) comporta(m) o acréscimo de carga previsto pela instalação dos equipamentos ;

11. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

Impactos ambientais são as alterações no ambiente causadas pelas ações humanas, podendo ser considerados positivos e negativos. Os impactos negativos ocorrem quando as alterações causadas geram risco ao ser humano ou para os recursos naturais encontrados no espaço. Por outro lado, os impactos são considerados positivos quando as alterações resultam em melhorias ao meio ambiente.

A presente contratação visa gerar impactos ambientais positivos, uma vez que haverá previsão da responsabilidade ambiental da futura contratada, que todo o material e equipamento a ser fornecido deverão considerar a composição, características ou componentes sustentáveis.

A Contratada deverá estar em conformidade com as normativas de descarte dos resíduos sólidos estabelecidas pelas legislações vigentes expedidas pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), bem como aprovação pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO), quando for o caso.

Deverão desta forma ser observadas as disposições da Lei Estadual nº 14.236, de 13 de dezembro de 2010, Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01/2010; da Resolução Conama nº 362, de 23 de junho de 2005; bem como da Resolução Conama Nº 340, de 25 de setembro de 2003, para que seja assegurada a viabilidade técnica e o adequado tratamento dos impactos ambientais específicos.

Todavia, alguns equipamentos têm como acessórios materiais de consumo, com necessidade recorrente/periódica de substituição para o perfeito funcionamento. Para esses casos as unidades beneficiadas deverão observar a determinação sobre o tratamento e a disposição final dos resíduos dos serviços de saúde determinadas nos Art. 1º, 2º, 3º e 4º da Resolução CONAMA nº358/2005 nas seguintes disposições:

"Art. 1º Esta Resolução aplica-se a todos os serviços relacionados com o atendimento à saúde humana ou animal, inclusive os serviços de assistência domiciliar e de trabalhos de campo; laboratórios analíticos de produtos para saúde; necrotérios, funerárias e serviços onde se realizem atividades de embalsamamento (tanatopraxia e somatoconservação); serviços de medicina legal; drogarias e farmácias inclusive as de manipulação; estabelecimentos de ensino e pesquisa na área de saúde; centros de controle de zoonoses; distribuidores de produtos farmacêuticos; importadores, distribuidores e produtores de materiais e controles para diagnóstico in vitro; unidades móveis de atendimento à saúde; serviços de acupuntura; serviços de tatuagem, entre outros similares.

Art. 2º Para os efeitos desta Resolução considera-se:

I - estabelecimento: denominação dada a qualquer edificação destinada à realização de atividades de prevenção, produção, promoção, recuperação e pesquisa na área da saúde ou que estejam a ela relacionadas;(...)

V - materiais de assistência à saúde: materiais relacionados diretamente com o processo de assistência aos pacientes;

Art. 3º Cabe aos geradores de resíduos de serviço de saúde e ao responsável legal, referidos no art. 1º desta Resolução, o gerenciamento dos resíduos desde a geração até a disposição final, de forma a atender aos requisitos ambientais e de saúde pública e saúde ocupacional, sem prejuízo de responsabilização solidária de todos aqueles, pessoas físicas e jurídicas que, direta ou indiretamente, causem ou possam causar degradação ambiental, em especial os transportadores e operadores das instalações de tratamento e disposição final, nos termos da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.

Art. 4º Os geradores de resíduos de serviços de saúde constantes do art. 1º desta Resolução, em operação ou a serem implantados, devem elaborar e implantar o Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde-PGRSS, de acordo com a legislação vigente, especialmente as normas da vigilância sanitária."

Evidenciando portanto, a responsabilidade de que sejam adotadas todas as medidas necessárias para monitorização dos impactos ambientais no serviços de saúde da rede, por meio do Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS) da unidade assistencial, em observância ainda, das diretrizes determinadas pela Lei nº12.305 de 02 de agosto de 2010 que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos e a Resolução Anvisa nº 222 de 28 de março de 2018 que regulamenta as Boas Práticas de Gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde.

12. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO

Por todo o exposto, considerando a necessidade de aprovisionar Equipamentos de Laboratório apresentada ao logo deste estudo, após abrangente análise, esta equipe técnica concluiu que a melhor solução para atender a necessidade exposta é a Aquisição por meio de processo licitatório na modalidade pregão Eletrônico. Isto porque este modelo se mostrou mais vantajoso e estratégico para Administração Pública, viabilizando a competitividade a fim de evitar a concentração de

mercado, sem prejuízo dos parâmetros de qualidade, critérios técnicos e economicamente viáveis.

Ademais, o modelo supracitado permitirá a aquisição de equipamentos de qualidade para execução dos serviços a serem prestados pelas Unidades desta Secretaria de Saúde contempladas, garantindo atendimento assistencial adequado e eficiente aos usuários da rede estadual.

Diante do exposto, bem como analisado, no presente Estudo Técnico Preliminar (ETP), esta equipe responsável pelos atos da presente contratação sugere à Alta Administração:

- O valor total estimado é no montante de R\$ 6.669.885,48 (seis milhões, seiscentos e sessenta e nove mil, oitocentos e oitenta e cinco reais e quarenta e oito centavos), dentro do praticado pelo mercado;
- A aquisição ocorrerá mediante PREGÃO, na modalidade Eletrônica, pelo MENOR PREÇO UNITÁRIO;
- A equipe declara que a essa contratação é viável e fundamental, por se tratar de bem comum, que é encontrado no mercado e é necessário em prol do desempenho das atividades finalísticas desta SES/PE;
- Seguir com as demais etapas licitatórias para a presente contratação.

Servidores responsáveis pela elaboração

Nome	E-mail	Telefone	Matrícula	Setor/Gerência
Kátia Bastos	katia.bcavalcanti@saude.pe.gov.br	(81) 3184-4025	11957	Superintendência de Engenharia Clínica
Samara Porfírio	samara.porfirio@saude.pe.gov.br	(81) 3184-4024	18332773/01	Superintendência de Engenharia Clínica

Recife, data da assinatura eletrônica

Assinatura(s)

Kátia Bastos
Engenheira | SENC
DGPEC - SEINFRA - SES/PE

Samara Porfírio
Superintendente de Engenharia Clínica | SENC
DGPEC - SEINFRA - SES/PE

ANEXO D - QUADRO RESUMO

Item	Código E-Fisco	CATMAT	Descrição	Produto é detentor de isenção de ICMS	Unid.	Valor unitário máximo	Quant.	Valor Total
1 - Cota Principal 1	268596-5	311061	AGITADOR DE PLAQUETAS	SIM	UNID	R\$ 16.265,24	21	R\$ 341.570,04
2 - Cota Reservada 1	268596-5	311061	AGITADOR DE PLAQUETAS	SIM	UNID	R\$ 16.265,24	7	R\$ 113.856,68
3 - Cota Principal 2	171876-2	304884	CAPELA DE FLUXO LAMINAR VERTICAL	SIM	UNID	R\$ 25.067,54	12	R\$ 300.810,48
4 - Cota Reservada 2	171876-2	304884	CAPELA DE FLUXO LAMINAR VERTICAL	SIM	UNID	R\$ 25.067,54	4	R\$ 100.270,16
5 - Cota Principal 3	311461-9	446313	BANHO MARIA	SIM	UNID	R\$ 2.195,59	34	R\$ 74.650,06
6 - Cota Reservada 3	311461-9	446313	BANHO MARIA	SIM	UNID	R\$ 2.195,59	11	R\$ 24.151,49
7 - Cota Principal 4	411362-4	629627	BANHO MARIA PARA DESCONGELAMENTO DE LEITE HUMANO	SIM	UNID	R\$ 38.694,40	11	R\$ 425.638,40

8 - Cota Reservada 4	411362-4	629627	BANHO MARIA PARA DESCONGELAMENTO DE LEITE HUMANO	SIM	UNID	R\$ 38.694,40	3	R\$ 116.083,20
9 - Cota Principal 5	607384-0	396033	BANHO MARIA PARA PASTEURIZAÇÃO DE LEITE HUMANO	SIM	UNID	R\$ 74.271,72	9	R\$ 668.445,48
10 - Cota Reservada 5	607384-0	396033	BANHO MARIA PARA PASTEURIZAÇÃO DE LEITE HUMANO	SIM	UNID	R\$ 74.271,72	3	R\$ 222.815,16
11 - Cota Principal 6	502836-1	442192	CENTRIFUGA SOROLÓGICA DE BANCADA	SIM	UNID	R\$ 6.964,01	46	R\$ 320.344,46
12 - Cota Reservada 6	502836-1	442192	CENTRIFUGA SOROLÓGICA DE BANCADA	SIM	UNID	R\$ 6.964,01	15	R\$ 104.460,15
13 - Cota Principal 7	346940-9	416622	CENTRIFUGA REFRIGERADA	SIM	UNID	R\$ 300.130,19	3	R\$ 900.390,57
14 - Cota Reservada 7	346940-9	416622	CENTRIFUGA REFRIGERADA	SIM	UNID	R\$ 300.130,19	1	R\$ 300.130,19
15 - Cota Principal 8	196611-1	434676	CENTRÍFUGA IMUNOHEMATOLOGIA	SIM	UNID	R\$ 6.983,10	41	R\$ 286.307,10
16 - Cota Reservada 8	196611-1	434676	CENTRÍFUGA IMUNOHEMATOLOGIA	SIM	UNID	R\$ 6.983,10	13	R\$ 90.780,30
17 - Cota Principal 9	261046-9	442223	MICROCENTRÍFUGA	SIM	UNID	R\$ 17.911,65	8	R\$ 143.293,20
18 - Cota Reservada 9	261046-9	442223	MICROCENTRÍFUGA	SIM	UNID	R\$ 17.911,65	2	R\$ 35.823,30
19 - Cota Principal 10	185935-8	414650	ESTUFA	SIM	UNID	R\$ 3.249,00	23	R\$ 74.727,00
20 - Cota Reservada 10	185935-8	414650	ESTUFA	SIM	UNID	R\$ 3.249,00	7	R\$ 22.743,00
21 - Cota Principal 11	192569-5	304638	SELADORA DE BOLSA DE SANGUE	SIM	UNID	R\$ 22.650,00	15	R\$ 339.750,00
22 - Cota Reservada 11	192569-5	304638	SELADORA DE BOLSA DE SANGUE	SIM	UNID	R\$ 22.650,00	4	R\$ 90.600,00
23 - Cota Principal 12	383958-3	601089	MICROSCÓPIO BINOCULAR	SIM	UNID	R\$ 12.960,00	42	R\$ 544.320,00
24 - Cota Reservada 12	383958-3	601089	MICROSCÓPIO BINOCULAR	SIM	UNID	R\$ 12.960,00	13	R\$ 168.480,00

25 - Cota Principal 13	528434-1	625457	AUTOCLAVE DE BANCADA (30 L)	SIM	UNID	R\$ 4.579,04	18	R\$ 82.422,72
26 - Cota Reservada 13	528434-1	625457	AUTOCLAVE DE BANCADA (30 L)	SIM	UNID	R\$ 4.579,04	5	R\$ 22.895,20
27 - Cota Principal 14	224845-0	625454	AUTOCLAVE VERTICAL 75 L	SIM	UNID	R\$ 19.313,70	5	R\$ 96.568,50
28 - Cota Reservada 14	224845-0	625454	AUTOCLAVE VERTICAL 75 L	SIM	UNID	R\$ 19.313,70	1	R\$ 19.313,70
29 -	487383-1	622425	MICRÓTOMO	SIM	UNID	R\$ 28.463,81	3	R\$ 85.391,43
30 -	487384-0	440605	PROCESSADORA DE TECIDOS	SIM	UNID	R\$ 102.466,26	2	R\$ 204.932,52
31 - Cota Exclusiva 1	573227-1	426692	AGITADOR DE PLACAS VDRL	SIM	UNID	R\$ 748,64	10	R\$ 7.486,40
32 - Cota Exclusiva 2	594261-6	479583	AGITADOR DE TUBOS	SIM	UNID	R\$ 811,74	11	R\$ 8.929,14
33 - Cota Exclusiva 3	360341-5	455283	AGLUTINOSCOPIO	SIM	UNID	R\$ 1.793,62	36	R\$ 64.570,32
34 - Cota Exclusiva 4	502841-8	278088	BALANÇA DE PRECISÃO 500g	SIM	UNID	R\$ 3.766,09	8	R\$ 30.128,72
35 - Cota Exclusiva 5	197137-9	212330	BALANÇA DE PRECISÃO 1200g	SIM	UNID	R\$ 2.631,20	7	R\$ 18.418,40
36 - Cota Exclusiva 6	502869-8	439736	BANHO MARIA PARA TUBOS DE ENSAIO	SIM	UNID	R\$ 2.186,38	11	R\$ 24.050,18
37 - Cota Exclusiva 7	264123-2	446313	BANHO HISTOLÓGICO	SIM	UNID	R\$ 1.968,45	2	R\$ 3.936,90
38 - Cota Exclusiva 8	502840-0	422815	ESTUFA BACTERIOLÓGICA	SIM	UNID	R\$ 2.801,22	28	R\$ 78.434,16
39 - Cota Exclusiva 9	202163-3	449649	MICROSCÓPIO BINOCULAR COM IMUNOFLUORESCÊNCIA	SIM	UNID	R\$ 39.624,90	1	R\$ 39.624,90
40 - Cota Exclusiva 10	235487-0	419221	CONTADOR DE CÉLULAS	SIM	UNID	R\$ 875,46	13	R\$ 11.380,98
41 - Cota Exclusiva 11	365071-5	625453	AUTOCLAVE VERTICAL 50 L	SIM	UNID	R\$ 12.204,07	1	R\$ 12.204,70

42 - Cota Exclusiva 12	16439-9	421867	CENTRÍFUGA PARA MICROHEMATÓCRITO	SIM	UNID	R\$ 4.925,91	1	R\$ 4.925,91
43 - Cota Exclusiva 13	175569-2	359365	CAPELA FLUXO LAMINAR CLASSE II B2	SIM	UNID	R\$ 39.272,43	1	R\$ 39.272,43
44 - Cota Exclusiva 14	620405-8	428187	BANHO MARIA COM CIRCULAÇÃO	SIM	UNID	R\$ 2.279,24	2	R\$ 4.558,48
VALOR TOTAL								R\$ 6.669.885,48

ANEXO II DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada _____, por intermédio do seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ SSP/_____ e CPF nº _____, sob as penas da lei e para os fins dispostos neste Edital:

DECLARA que cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;

DECLARA que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

DECLARA que não possui em seu quadro societário ou de pessoal agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, nos termos do art. 9º, §1º da Lei 14.133/2021;

DECLARA que não incorre em qualquer uma das vedações impostas no art. 14 da Lei 14.133/2021 aplicáveis ao objeto da presente licitação. **DECLARA** que atende às disposições da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

Recife, XX de XXXX de XXXX

REPRESENTANTE DA EMPRESA

CNPJ XXX

ANEXO III MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0284.2026.AC-46.PE.0165.SAD.FES-PE PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 0165.SAD.FES-PE

O **ESTADO DE PERNAMBUCO**, por intermédio da **Secretaria de Saúde do Estado de Pernambuco**, doravante denominada **GERENCIADOR**, com sede XXXXXX, inscrita no CNPJ sob o nº XXXXXX, neste ato representada pelo(a) XXXXXX, (nome e cargo), portador da matrícula funcional nº XXXXX, no uso da competência conferida pelo _____, nos termos do que dispõem a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e os Decretos Estaduais nº 54.142/2022 e nº 54.700/2023, face ao resultado obtido no **Pregão Eletrônico** nº XXXXX, homologado através do Ato XXXX, resolve formalizar a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, com a(s) empresa(s) XXX, doravante denominada(s) **DETENTORA(S) DA ATA**, CNPJ nº XXXXX, com sede em XXXX, neste ato representada por XXXXXX, consoante as seguintes cláusulas e condições:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata de Registro de Preços tem como objeto a aquisição **eventual de Dispositivos Médicos Laboratoriais, com instalação** conforme as especificações técnicas constantes do Termo de Referência (Anexo I do Edital) e da proposta da **DETENTORA DA ATA**, para atender às demandas dos órgãos participantes indicados no item 2 desta Ata de Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga os órgãos participantes a firmar contratações com a **DETENTORA DA ATA** ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhes facultada a realização de licitação específica para a contratação pretendida, assegurada à **DETENTORA DA ATA** a preferência em igualdade de condições.

2. DOS PARTICIPANTES E DAS QUANTIDADES REGISTRADAS

2.1. Figura como único ÓRGÃO PARTICIPANTE da presente Ata de Registro de Preços a Secretaria Estadual de Saúde de Pernambuco, com os quantitativos estimados abaixo definidos:

2.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos ou no valor máximo da despesa estabelecidos nesta Ata.

3. DO PREÇO

3.1. A DETENTORA DA ATA se compromete a fornecer o(s) item(ns) registrados, de acordo com os seguintes preços:

ITEM	CÓDIGO DO E FISCO	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
------	-------------------------	----------------------	----------------------------	------------	-------------------	-------------

VALOR TOTAL:

3.2. Os preços registrados abrangerão os custos diretos e indiretos decorrentes do fornecimento do objeto, incluindo tributos, encargos trabalhistas e comerciais, seguros, despesas de administração, lucro, custos com transporte, frete e demais despesas correlatas.

4. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA E DA PRORROGAÇÃO

4.1. O prazo de vigência da Ata será de 1 (um) ano, contado da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, facultada a renovação dos quantitativos previstos, inclusive para fins de adesão por não participantes, desde que seja comprovada a vantajosidade dos preços registrados.

4.2. A prorrogação fica condicionada à comprovação da vantajosidade dos preços registrados, mediante pesquisa de preço a ser realizada com a utilização dos parâmetros estabelecidos no art. 5º da Portaria SAD nº 2.679, de 29.09.2021.

5. DO REAJUSTE

5.1. O preço registrado nesta Ata apenas poderá ser reajustado após decorrido 1 (um) ano da data de elaboração do orçamento estimado da licitação, ocorrida em **31/03/2026**, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, fornecido pelo IBGE, nos termos da Lei Estadual nº 17.555, de 22 de dezembro de 2021, e do Decreto nº 52.153, de 17 de janeiro de 2022.

5.2. A **DETENTORA DA ATA** deverá apresentar o pedido formal de reajuste ao **GERENCIADOR** durante a vigência da Ata e antes da data de eventual formalização da prorrogação do seu prazo de vigência, sob pena de preclusão do direito ao reajustamento.

5.3. O pedido de reajuste deverá ser analisado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias e será formalizado mediante Termo Aditivo.

5.4. Aplicado o reajuste na Ata, os contratos formalizados posteriormente à sua concessão já serão firmados com o preço reajustado.

6. DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente decorrente de força maior, caso fortuito, fato do príncipe ou fatos imprevisíveis ou previsíveis de efeitos incalculáveis, e for inviável a manutenção da Ata nas condições originalmente pactuadas, o **GERENCIADOR** convocará a **DETENTORA DA ATA** para negociar a redução do preço registrado.

6.1.1. A recusa da **DETENTORA DA ATA** em reduzir seus preços na forma prevista no item 6.1. implicará o cancelamento parcial ou integral do registro de preços e a liberação da **DETENTORA DA ATA**, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.2. Quando o preço registrado se tornar superior em virtude da criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, com comprovada repercussão sobre a Ata, o **GERENCIADOR** convocará a **DETENTORA** para proceder à redução dos preços de acordo com os novos encargos.

6.2.1. A recusa da **DETENTORA DA ATA** em reduzir seus preços na forma prevista no item 6.2 implicará o cancelamento parcial ou integral do registro de preços, com aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e nesta Ata.

6.3. Quando o preço de mercado se tornar superior ao preço registrado, é facultado à **DETENTORA DA ATA** requerer a revisão dos valores, desde que atendidos os seguintes requisitos:

a) Comprovação do motivo superveniente decorrente de força maior, caso fortuito, fato do príncipe, fato da Administração ou fato imprevisível ou previsível de efeitos incalculáveis;

b) Demonstração, por meio da apresentação de planilha de custos ou memória de cálculo, quando couber, acompanhada de documentação comprobatória correlata, de que os preços registrados estão desatualizados e se tornaram inviáveis.

6.3.1. O **GERENCIADOR** decidirá sobre o pedido de revisão no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de conclusão da instrução do requerimento.

6.3.2. Durante o período de análise do pedido, o **GERENCIADOR**, mediante solicitação da **DETENTORA DA ATA**, poderá suspender as novas autorizações de consumo/adesão à Ata de Registro de Preços.

6.3.3. Indeferido o pedido de revisão, por ausência de prova efetiva dos requisitos previstos no item 6.3, a **DETENTORA DA ATA** fica obrigada a manter os compromissos assumidos pelos preços originalmente registrados, sob pena de cancelamento do registro de preços e aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e nesta Ata.

6.3.4. Comprovada a desatualização dos preços registrados, a Ata poderá ser revisada e, caso a **DETENTORA DA ATA** não aceite os novos preços indicados, o Registro de Preços será, parcial ou integralmente, cancelado e a **DETENTORA DA ATA** liberada do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.4. O registro de preços também poderá ser revisado se a **DETENTORA DA ATA** formular proposta superveniente para redução dos preços registrados.

6.4.1. A redução de preços proposta não repercutirá na ordem de preferência de lotes/itens espelhados, que considerará os preços finais apresentados no certame.

6.5. Qualquer revisão nos preços registrados deve ser formalizada mediante termo aditivo e requer a apresentação de nova proposta de preço e/ou nova planilha de custos e formação de preço, conforme o caso, seguindo o modelo constante do edital.

6.6. A revisão dos preços registrados em Ata será aplicada automaticamente aos contratos formalizados posteriormente à sua implantação.

7. DA ORDEM DE PREFERÊNCIA NO CONSUMO DA ATA

7.1 O consumo da Ata deverá ocorrer primeiro no item mais vantajoso, consumindo-se os demais itens nessa sequência apenas quando exaurido o quantitativo daquele.

7.2 Se a mesma empresa vencer a licitação nas cotas ampla e reservada, com preços distintos, o consumo da Ata deve ocorrer primeiro no item mais vantajoso, devendo ser contratados os demais itens em sequência apenas após o exaurimento dos quantitativos registrados mais vantajosos.

7.3 Se empresas distintas vencerem cotas ampla e reservada com preços iguais, a cota reservada terá prioridade de contratação.

8. DAS CONTRATAÇÕES DECORRENTES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

8.1. A **DETENTORA DA ATA** está obrigada a celebrar as contratações que dela poderão advir, observadas as condições estabelecidas no Edital, em seus anexos e nesta Ata.

8.2. As contratações decorrentes desta Ata de Registro de Preços serão formalizadas mediante assinatura de termo de contrato, conforme modelo constante do Anexo IV do Edital, respeitado o prazo de vigência da Ata.

8.3. A **DETENTORA DA ATA** será convocada para assinatura de termo de contrato no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da convocação, sob pena de decair o direito à contratação.

8.4. O prazo para assinatura do termo de contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação da **DETENTORA DA ATA** antes do decurso do prazo assinalado e desde que ocorra motivo justo, aceito pela Administração.

8.5. O não comparecimento ou a recusa injustificada da **DETENTORA DA ATA** em assinar o contrato ou retirar a ordem de fornecimento no prazo assinalado enseja o cancelamento do registro de preços e a aplicação das penalidades previstas nesta Ata.

8.5.1. A instauração do processo de apuração e de aplicação de penalidades compete ao órgão ou entidade interessada na contratação.

8.6. Por ocasião da convocação para assinatura do contrato ou para retirada da ordem de fornecimento, o órgão ou entidade interessada na contratação deverá consultar a regularidade da **DETENTORA DA ATA** perante o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep) e verificar a validade dos documentos de habilitação fiscal, social e trabalhista apresentados na licitação, por meio de consulta aos sítios eletrônicos oficiais, certificando nos autos a regularidade e anexando os documentos obtidos.

8.6.1. Se não for possível atualizar os documentos por meio eletrônico, a **DETENTORA DA ATA** será notificada para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade, mediante a apresentação das respectivas certidões vigentes, sob pena de decair do direito à contratação e haver o cancelamento do registro de preços.

8.7. Nas hipóteses do item 8.5 e 8.6, o **GERENCIADOR** poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, se houver, ou os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura de nova Ata, observado o disposto no art. 90, §§ 2º e 4º da Lei 14.133, de 2021.

9. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR DA ATA

9.1. O **ÓRGÃO GERENCIADOR** deverá:

9.1.1. Assinar, gerenciar e fiscalizar a Ata de Registro de Preços;

9.1.2. Divulgar a Ata e suas eventuais alterações, durante toda a sua vigência, no Sistema PE Integrado e no Portal Nacional de Contratações Públicas;

9.1.3. Autorizar e gerenciar pedidos de consumo dos órgãos participantes e pedidos de adesão dos não participantes;

9.1.4. Observar os quantitativos e limites estabelecidos para os órgãos participantes e não participantes;

9.1.5. Remanejar os quantitativos da Ata, quando cabível;

9.1.6. Analisar pedidos de reajuste e revisão dos preços registrados, conduzindo as renegociações necessárias;

9.1.7. Instaurar processo de apuração e aplicação de penalidade, garantida a ampla defesa e o contraditório, em caso de cometimento de ilícitos decorrentes da Ata de Registro de Preços;

9.1.8. Formalizar a prorrogação do prazo de vigência da Ata, quando cabível;

9.1.9. Convocar os integrantes do Cadastro de Reserva, se houver, em caso de cancelamento parcial ou integral do registro de preços.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DA ATA

10.1. A **DETENTORA DA ATA** obriga-se a:

10.1.1. Manter o preço registrado e demais condições previstas durante todo o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços;

10.1.2. Manter, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços e de eventuais contratações decorrentes, as condições de habilitação exigidas para participação na licitação, inclusive sua inscrição no CADFOR-PE;

10.1.3. Assinar os contratos ou retirar as ordens de fornecimento decorrentes desta Ata de Registro de Preços no prazo assinalado.

10.1.4. Prestar as informações solicitadas pelo **GERENCIADOR**, durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da solicitação.

10.1.5. Designar preposto para representá-la perante o **GERENCIADOR**, sempre que for necessário.

11. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES

11.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado dos procedimentos iniciais da licitação para o registro de preços, doravante denominado **NÃO PARTICIPANTE**, mediante anuência do **GERENCIADOR**, atendidas as condições previstas no art. 86, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

11.2. Cada órgão ou entidade **NÃO PARTICIPANTE** poderá aderir a até 50% (cinquenta por cento) do quantitativo dos itens registrados na Ata de Registro de Preços.

11.3. A soma de todas as adesões por **NÃO PARTICIPANTES** não poderá exceder ao dobro do quantitativo de cada item registrado, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

11.4. A adesão do **NÃO PARTICIPANTE** requer anuência do **GERENCIADOR** e da **DETENTORA DA ATA** e será autorizada desde que não haja prejuízo para as obrigações decorrentes desta Ata.

11.5. A adesão deverá seguir as condições previstas no Edital e seus anexos, sendo efetivada na forma prevista no item 7.2, em até 90 (noventa) dias a contar da autorização do **GERENCIADOR**, admitida a prorrogação excepcional e justificada, desde que observado o prazo de vigência desta Ata.

11.6. Os **PARTICIPANTES** poderão utilizar o quantitativo passível de adesão previsto nos itens 10.2 e 10.3, após esgotado o quantitativo total registrado, desde que haja concordância da **DETENTORA DA ATA**.

12. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

12.1. O registro de preços da **DETENTORA DA ATA** será cancelado quando esta:

12.1.1. Descumprir as condições nela previstas;

12.1.2. Não mantiver as condições de habilitação exigidas na licitação;

12.1.3. Recusar-se injustificadamente a assinar os contratos decorrentes desta Ata;

12.1.4. Recusar-se a reduzir o preço registrado, na hipótese de este tornar-se superior àqueles praticados no mercado;

12.1.5. Tiver sua falência decretada ou for dissolvida;

12.1.6. Sofrer penalidade administrativa que impeça sua contratação no âmbito da Administração Direta e Indireta do Estado de Pernambuco, salvo se a sanção não ultrapassar o prazo de vigência desta Ata e não for o **GERENCIADOR** o responsável por sua aplicação, hipótese em que o registro de preços poderá ser mantido pelo prazo remanescente, após cumprida a penalidade, mediante decisão fundamentada do **GERENCIADOR**.

12.2. A Ata de Registro de Preços será cancelada também por razões de interesse público ou em decorrência de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento das obrigações definidas nesta Ata de Registro de Preços, devidamente comprovados e justificados.

12.3. A **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** poderá ser cancelada em caso de extinção antecipada do contrato dela decorrente firmado pelo **GERENCIADOR**.

12.4. Será assegurado o contraditório e a ampla defesa antes do cancelamento do registro de preços, ressalvada a hipótese de que trata o item 12.1.6.

13. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Comete infração administrativa a **DETENTORA DA ATA** que:

13.1.1. não retirar a ordem de fornecimento ou não assinar o contrato decorrentes desta Ata dentro do prazo estipulado;

13.1.2. recusar-se a reduzir os preços registrados diante da superveniente criação, alteração ou extinção de tributos ou encargos legais com comprovada repercussão sobre a Ata;

13.1.3. recusar-se a manter os preços registrados após indeferimento do seu pedido de revisão.

13.2. A penalidade de multa será aplicada de acordo com as seguintes regras:

13.2.1. Multa de 1% (um por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor total da Ata, observado o valor mínimo de 10.000,00(dez mil reais)e o máximo de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), a ser aplicada a quem cometer a infração prevista no item 13.1.1 desta Ata;

13.2.2. Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) a 5% (cinco por cento) sobre o valor total da Ata, observado o valor mínimo de R\$ 5.000,00(cinco mil reais) e máximo de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), a ser aplicada em caso do cometimento das infrações previstas nos itens 13.1.2 e 13.1.3 desta Ata.

13.3. Além da multa aplicada, é aplicável a penalidade de Impedimento de licitar e contratar com o Estado de Pernambuco, nos seguintes casos e condições:

13.3.1. na infração prevista no item 13.1.1: de 6 a 12 meses;

13.3.2. nas infrações previstas nos itens 13.1.2 e 13.1.3: até 6 meses.

13.4. Na fixação da dosimetria das sanções previstas nesta Ata, serão observados os mesmos critérios e diretrizes fixados no edital da licitação.

13.5. A aplicação das sanções deverá ser precedida de processo administrativo, garantidos os princípios da ampla defesa e contraditório, a ser instaurado no âmbito do órgão **PARTICIPANTE**, no caso de cometimento da infração prevista no item 13.1.1, e do **GERENCIADOR**, quando se tratar das infrações previstas nos itens 13.1.2 e 13.1.3.

14. DA PUBLICAÇÃO

14.1. Esta Ata de Registro de Preço será publicada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), bem como no Sistema PE- Integrado como condição de sua eficácia, devendo a sua divulgação ser mantida durante toda a vigência.

15. DO FORO

15.1. Fica eleito o Foro da Comarca do Recife para os litígios decorrentes deste instrumento que não puderem ser compostos pela Câmara de Negociação, Conciliação e Mediação da Administração Pública Estadual instituída pela Lei Complementar do Estado nº 417, de 2019.

Recife, XX de XXXXXXXXXX de XXXX
ÓRGÃO GERENCIADOR
DETENTOR DA ATA

ANEXO DA ATA

DECLARAÇÃO DE ACEITE PARA PARTICIPAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, domiciliada à Rua _____ (INCLUIR TELEFONE DE CONTATO E EMAIL), por intermédio do seu representante legal, Sr. (a) _____, portador(a) da carteira de identidade nº _____, expedida pelo(a) _____, DECLARA, para atender ao disposto no art. 17 do Decreto nº 54.700/2023, que aceita participar do cadastro de reserva da Ata de Registro de Preços proveniente do **Processo nº 0284.2026.AC-46.PE.0165.SAD.FES-PE**, Pregão Eletrônico nº **0165.SAD.FES-PE**, registrando os mesmos preços e condições da proposta vencedora dos itens, conforme abaixo transcrito.

ITENS	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO EFISCO	QTD ESTIMADA ANUAL	PREÇO UNITÁRIO DA MELHOR PROPOSTA OFERTADA	VALOR ANUAL DA MELHOR PROPOSTA OFERTADA
TOTAL DA MELHOR PROPOSTA OFERTADA R\$					

* Reproduzir preços e condições da proposta vencedora disponível no painel de licitações.

Local e data.
Nome e assinatura do representante legal

ANEXO IV

MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DE PERNAMBUCO, ATRAVÉS DA SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE DE PERNAMBUCO EM DECORRÊNCIA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0165/2026, PROCESSO Nº 0284.2026.AC-46.PE.0165.SAD.FES-PE

O **ESTADO DE PERNAMBUCO**, através da **SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE DE PERNAMBUCO**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, com sede na _____, nesta cidade, doravante designada **CONTRATANTE**, neste ato representada pelo(a). _____ (nome e cargo), portador da matrícula funcional nº _____, no uso da competência conferida pelo _____, e a empresa _____, inscrita no CNPJ(MF) sob o nº _____, sediada em _____

_____, representada neste ato por _____(nome e função que exerce na contratada), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, doravante designada **CONTRATADA**, têm entre si justo e acordado, e celebram o presente**CONTRATO**, mediante as seguintes cláusulas e condições, que mutuamente outorgam e estabelecem, sujeitando-se às disposições previstas na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, nos Decretos Estaduais nº 53.384/2022, nº 54.142/2022 e nº 54.700/2023, e demais normas aplicáveis.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1.Constitui objeto do presente **CONTRATO** o fornecimento de Dispositivos Médicos Laboratoriais, com instalação, conforme especificações técnicas constantes do Termo de Referência (Anexo I do Edital), da proposta da **CONTRATADA** e dos demais documentos constantes do processo licitatório.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOCUMENTAÇÃO

2.1. São partes integrantes deste **CONTRATO** e vinculam a contratação, para todos os fins de direito, independentemente de transcrição, o processo relativo ao **PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS, PROCESSO Nº XXX** e todos os seus anexos, em especial a **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XXX**, assim **como a proposta apresentada pela CONTRATADA**.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O prazo de vigência do **CONTRATO** é de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133 de 2021.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período estipulado, ressalvada, no caso de culpa da **CONTRATADA**, a opção pela extinção do **CONTRATO**.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A prorrogação decorrente de atraso por culpa da**CONTRATADA** se dará sem prejuízo das providências previstas no art. 111, parágrafo único, da Lei 14.133, de 2021.

PARÁGRAFO QUARTO: A prorrogação automática de que trata esta cláusula não dispensa o apostilamento do novo cronograma de entregas do **CONTRATO**, com as devidas informações orçamentárias, se necessário, onde também devem constar as razões do atraso no fornecimento.

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O valor total da contratação é de R\$ XXXXX (indicar valor por extenso), conforme detalhamento abaixo descrito:

ITENS						
ITEM	CÓDIGO DO EFISCO	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
VALOR TOTAL DO ITEM						

PARÁGRAFO SEGUNDO: O valor do **CONTRATO** compreende os custos diretos e indiretos decorrentes do fornecimento do objeto, incluindo tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, seguros, despesas de administração, lucro, custos com transporte, frete e demais despesas necessárias ao cumprimento integral da contratação

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

PARÁGRAFO PRIMEIRO: As despesas decorrentes deste **CONTRATO** encontram-se previstas no Plano Plurianual (PPA) e estão programadas em dotação orçamentária própria do orçamento do Estado de Pernambuco para o presente exercício de XXX, na classificação abaixo:

Unidade Gestora

Fonte:

Programa de Trabalho:

Elemento de Despesa:

Nota de Empenho:

PARÁGRAFO SEGUNDO: No(s) exercício(s) seguinte(s), as despesas correrão à conta dos recursos próprios para atender as despesas de mesma natureza, cujo empenho será objeto de termo de apostilamento no início de cada exercício financeiro.

CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTE E DA REVISÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os preços contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano, contado da data de elaboração do orçamento estimado, ocorrida em **31/03/2026**.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O preço do **CONTRATO** será reajustado em periodicidade anual contada a partir da data de elaboração do orçamento estimado, utilizando-se, para tanto, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, fornecido pelo IBGE, que incidirá exclusivamente em relação às obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, nos termos da Lei Estadual nº 17.555/2021 e do Decreto nº 52.153, de 17 de janeiro de 2022.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A **CONTRATADA** deverá pleitear formalmente o reajuste de preços durante a vigência do **CONTRATO**, sob pena de, não o fazendo tempestivamente, ocorrer a preclusão do seu direito ao reajustamento.

PARÁGRAFO QUARTO: O pedido de reajustamento deverá ser analisado e respondido pela Administração no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da instrução completa do requerimento pela **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO QUINTO: Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido analisado o pedido de reajuste tempestivamente formulado, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro ao reajustamento, sob pena de preclusão.

PARÁGRAFO SEXTO: O reajustamento será formalizado mediante apostilamento, exceto se a sua concessão coincidir com a prorrogação contratual, quando poderá ser formalizado por termo aditivo.

PARÁGRAFO SÉTIMO: O direito ao reajustamento poderá ser objeto de renúncia expressa, parcial ou integral, bem como de negociação entre as partes, com vistas a garantir a vantagem da manutenção do ajuste para o interesse público, nos termos do art. 6º da Lei Estadual nº 17.555, de 2021.

PARÁGRAFO OITAVO: Nos reajustes subsequentes ao primeiro, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo ao último reajuste concedido ou objeto de renúncia.

PARÁGRAFO NONO: Será assegurado o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial do **CONTRATO** nas hipóteses de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do **CONTRATO** tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no **CONTRATO**.

PARÁGRAFO DÉCIMO : O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do **CONTRATO** e antes de eventual prorrogação, sob pena de preclusão.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO : Os pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do **CONTRATO** deverão ser analisados e respondidos pela Administração no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados a partir da instrução completa do requerimento pela **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO : A extinção do **CONTRATO** não configura óbice para o reconhecimento do direito ao reajuste ou ao restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do **CONTRATO**, desde que requerido tempestivamente, hipóteses em que serão concedidos a título de indenização por meio de Termo de Quitação.

CLÁUSULA SÉTIMA- DOS PRAZOS, LOCAIS E CONDIÇÕES DE ENTREGA

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Na entrega dos produtos deverá ser verificada a conformidade das especificações técnicas com o que foi solicitado, bem como os demais itens do detalhamento do objeto, constantes dos itens 3.1.1 e 3.1.2 do Termo de Referência.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Deverá ser observado o prazo de garantia dos produtos entregues de acordo com as regras do item 3.3 do Termo de Referência.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A entrega dos bens será realizada de forma futura e integral, em remessa única, no prazo de até 60 (sessenta) dias corridos, contados da notificação da Ordem de Fornecimento, acompanhada da Nota de Empenho;

PARÁGRAFO QUARTO: A **CONTRATANTE** poderá autorizar a alteração dos prazos de entrega mediante prévia e justificada solicitação da **CONTRATADA**, com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis, devendo o cronograma atualizado ser devidamente apostilado.

PARÁGRAFO QUINTO: Até o final do prazo de entrega, deverá ser solicitado o quantitativo integralmente contratado, ressalvada a possibilidade de aditivo de supressão, na forma prevista neste **CONTRATO**.

PARÁGRAFO SEXTO: Em situações de caso fortuito ou força maior, impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do **CONTRATO**, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

PARÁGRAFO SÉTIMO: Em caso de culpa da **CONTRATADA**, será ela constituída em mora e aplicadas as penalidades cabíveis, sem prejuízo da continuidade do **CONTRATO**, nos termos do art. 111, parágrafo único, II, da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

PARÁGRAFO PRIMEIRO. É dever da **CONTRATANTE** exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, em especial:

I. Receber o objeto conforme as especificações técnicas do que foi solicitado, bem como os demais itens do detalhamento do objeto, constantes do Termo de Referência;

II. Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto contratado, através de servidor designado para este fim;

III. Informar à **CONTRATADA** as normas e procedimentos de acesso às suas instalações para entrega dos bens;

IV. Verificar a conformidade dos bens entregues com as especificações e quantidades exigidas, inclusive quanto à marca indicada na proposta;

V. Promover o recebimento provisório e definitivo do objeto, cumpridas as condições estabelecidas na **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA** deste **CONTRATO**

VI. Comunicar por escrito à **CONTRATADA** qualquer vício, defeito ou irregularidade no objeto fornecido, solicitando a substituição, o reparo ou complementação do bem entregue, às suas expensas, no prazo fixado para o cumprimento da

determinação

VII. Recusar o recebimento do bem que não atenda aos requisitos elencados nas especificações indicadas se, após o prazo fixado para substituição, reparo ou complementação, não for sanada a irregularidade verificada, comunicando à **CONTRATADA** o fato por escrito

VIII. Analisar e atestar as Faturas e Notas Fiscais emitidas e efetuar os respectivos pagamentos nas condições e nos prazos estabelecidos;

IX. Liberar o pagamento da parcela incontroversa da execução do objeto contratado, quando houver controvérsia sobre a dimensão, qualidade e quantidade do objeto executado;

X. Comunicar à **CONTRATADA** as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas;

XI. Prestar as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela **CONTRATADA** relacionados à execução contratual;

XII. Aplicar as penalidades previstas na lei e neste CONTRATO;

XIII. Notificar, nos termos do §4º do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021, os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;

XIV. Proferir, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data do protocolo do requerimento, admitida a prorrogação motivada por igual período, decisão explícita sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente **CONTRATO**, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

XV. Responder a pedidos de reajustamento no prazo máximo de 60 (sessenta) dias e aos pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados a partir da instrução completa dos respectivos requerimentos;

XVI. Cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenha acesso em razão do certame ou do contrato administrativo, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

PARÁGRAFO PRIMEIRO. A **CONTRATADA** deve cumprir todas as obrigações constantes do Edital, de seus anexos e da proposta apresentada na licitação e, ainda:

I. Fornecer os equipamentos em conformidade com as especificações técnicas exigidas, tais como condições de conservação, embalagem, prazo de validade e demais itens do detalhamento do objeto, constantes do Termo de Referência;

II. Fornecer os equipamentos com prazo de garantia mínimo de 24 (vinte e quatro) meses a contar da instalação dos mesmos;

III. Cumprir o prazo de entrega estabelecido no contrato;

IV. Substituir, corrigir, reparar ou complementar, às suas expensas, no todo ou em parte, conforme o caso, no prazo de até 10 (dez) dias úteis contado da respectiva notificação, ou no prazo assinalado pelo fiscal do **CONTRATO**, os bens que apresentarem vícios, defeitos ou qualquer irregularidade;

V. Programar, com a necessária antecedência, data e hora para entrega do objeto contratado, inclusive quando esta ocorrer através de empresa transportadora, comunicando à **CONTRATANTE**, até 02 (dois) dias antes, qualquer impedimento à entrega, devidamente comprovado;

VI. Entregar o manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

VII. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pela **CONTRATANTE**, que ficará autorizada a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no Edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

VIII. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do **CONTRATO**;

IX. Comunicar à **CONTRATANTE**, em tempo hábil e por escrito, a superveniência de fatos que venham a prejudicar o adequado fornecimento dos bens, de modo a se viabilizar a correção da situação apresentada;

X. Designar preposto para representá-la perante a **CONTRATANTE** sempre que for necessário, indicando o respectivo telefone e e-mail para futuros contatos;

XI. Prestar os necessários esclarecimentos sobre a execução do objeto contratual solicitados pela **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da solicitação;

XII. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do objeto, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à **CONTRATANTE** e não poderá onerar o objeto do **CONTRATO**, sendo que eventual pessoal alocado ao **CONTRATO** não terá qualquer vínculo empregatício com a **CONTRATANTE**;

XIII. Emitir documento fiscal com a discriminação expressa do percentual de isenção do ICMS, quando se tratar de operação abrangida pelos Convênios CONFAZ nº 87/2002 e nº 54/2009;

XIV. Manter, durante o prazo de vigência do **CONTRATO**, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, inclusive sua inscrição no CADFOR-PE;

XV. Comprovar, quando for o caso, no início da execução contratual e sempre que solicitado pelo fiscal, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, durante toda a vigência do **CONTRATO**, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

XVI. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do **CONTRATO** e cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenha acesso em razão do certame ou do contrato administrativo, independentemente de declaração ou de aceitação expressa;

XVII. Comunicar à **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, qualquer alteração no Contrato Social ou no endereço comercial;

CLÁUSULA DÉCIMA - DA FISCALIZAÇÃO E DA GESTÃO DO CONTRATO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A execução do presente **CONTRATO** deverá ser fiscalizada pela **CONTRATANTE**, não excluindo nem reduzindo, por tal fato, a integral responsabilidade da **CONTRATADA**, mesmo perante terceiros, por quaisquer irregularidades constatadas na execução do objeto contratado;

PARÁGRAFO SEGUNDO: A **CONTRATANTE** designa **XXXXXX** como servidor responsável pela fiscalização do **CONTRATO**, que, dentre outras, terá as seguintes atribuições:

- a)** Fiscalizar a regularidade e adequação do fornecimento;
- b)** Disponibilizar toda a infraestrutura necessária à entrega do objeto, conforme o caso, nas condições e prazos estabelecidos;
- c)** Verificar a conformidade dos bens fornecidos com as especificações contidas no Edital e seus anexos, recusando o fornecimento de objeto diverso, salvo quando de qualidade superior e devidamente aceito pela **CONTRATANTE**;
- d)** Receber o objeto contratual e atestar as respectivas faturas e notas fiscais, encaminhando-as ao gestor do **CONTRATO** para pagamento;
- e)** Registrar no histórico de execução do **CONTRATO** todas as ocorrências que possam interferir no adequado andamento da contratação, notificando a **CONTRATADA** para determinar as medidas e os prazos necessários à regularização das faltas ou dos defeitos observados;
- f)** Comunicar por escrito ao gestor do **CONTRATO** a necessidade de alterações do quantitativo do objeto ou a modificação da forma de sua execução, em razão de fato superveniente, bem como eventuais irregularidades cometidas pela **CONTRATADA** que exijam decisão ou providências que ultrapassem a sua competência;
- g)** Comunicar imediatamente ao gestor do **CONTRATO** as ocorrências que possam inviabilizar a execução do **CONTRATO** nas datas pactuadas, com vistas à atualização do cronograma;
- h)** Verificar a manutenção das condições de habilitação da **CONTRATADA**, acompanhar o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;
- i)** Comunicar por escrito ao gestor do **CONTRATO** as faltas cometidas pela **CONTRATADA** que sejam passíveis de aplicação de penalidade;

PARÁGRAFO TERCEIRO: A **CONTRATANTE** designa **XXXXXX** como servidor responsável pela gestão do **CONTRATO**, que, dentre outras, terá as seguintes atribuições:

- a)** coordenar e atualizar o processo de acompanhamento e fiscalização do **CONTRATO**, elaborando relatórios, quando for o caso, e promovendo os registros formais no histórico de gerenciamento do **CONTRATO** de todas as ocorrências relacionadas a alterações e prorrogações contratuais;
- b)** Acompanhar e observar o cumprimento das cláusulas contratuais, bem como os registros realizados pelo fiscal do **CONTRATO** acerca de todas as ocorrências relacionadas à execução do **CONTRATO** e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência;
- c)** Solicitar abertura de processo administrativo visando à aplicação de penalidade cabível, garantindo a defesa prévia à **CONTRATADA**;
- d)** Propor aplicação de sanções administrativas pelo descumprimento das cláusulas contratuais apontadas pelos fiscais do **CONTRATO**;
- e)** Providenciar o pagamento das notas fiscais/faturas emitidas pela **CONTRATADA**, mediante a observância das exigências contratuais e legais;
- f)** Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, observando que o valor do **CONTRATO** não seja ultrapassado.

PARÁGRAFO QUARTO: A ciência da designação deverá ser assinada pelos servidores indicados para atuar como fiscal e gestor do **CONTRATO**, conforme termo de ciência anexo.

PARÁGRAFO QUINTO: A substituição do fiscal e do gestor designados, por razões de conveniência ou interesse público, será realizada mediante simples apostilamento ao presente **CONTRATO**, devendo o substituto assinar novo termo de ciência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO RECEBIMENTO DO OBJETO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O objeto do **CONTRATO** deverá ser recebido pelo fiscal do **CONTRATO**, à vista da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, nos seguintes termos:

I - Provisoriamente, de forma sumária, mediante recibo, para efeito de posterior verificação da conformidade dos bens recebidos com as especificações exigidas;

II - Definitivamente, após a verificação da compatibilidade dos bens com as especificações técnicas, a conformidade dos documentos de registro na ANVISA e dos laudos de controles de qualidade, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou do instrumento de cobrança equivalente.;

PARÁGRAFO SEGUNDO: O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Na entrega dos produtos, deverá ser verificada a conformidade das especificações técnicas com o que foi solicitado, bem como os demais itens do detalhamento do objeto, constantes do item 3.1.1 e 3.1.2 do Termo de Referência.

PARÁGRAFO QUARTO: Deverá ser observado o prazo de garantia dos produtos entregues de acordo com as regras do item 3.3 do TR.

PARÁGRAFO QUINTO: Os produtos devem ser entregues por lote e prazo de garantia, com seus respectivos quantitativos na Nota Fiscal.

PARÁGRAFO SEXTO: O prazo para a solução, pela **CONTRATADA**, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

PARÁGRAFO SÉTIMO: No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se a **CONTRATADA** para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

PARÁGRAFO OITAVO: O recibo e o termo circunstanciado deverão conter a identificação funcional do servidor responsável e respectiva assinatura.

PARÁGRAFO NONO: Fica assegurado à **CONTRATANTE** o direito de devolver ou recusar, no todo ou em parte, os bens entregues em desacordo com as especificações exigidas, ficando a **CONTRATADA** obrigada a substituir, complementar, e/ou reparar os itens irregulares, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, a contar da sua notificação formal, sem ônus para a **CONTRATANTE**.

PARÁGRAFO DÉCIMO: Será considerada recusa formal se a **CONTRATADA** não substituir ou reparar o bem após o prazo fixado no **PARÁGRAFO NONO** da presente Cláusula Contratual, configurando inexecução do **CONTRATO**, passível de aplicação da penalidade prevista no Edital.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: A não complementação do quantitativo dos bens entregues após o prazo fixado no **PARÁGRAFO NONO** da presente Cláusula Contratual configura inexecução parcial do **CONTRATO**, passível de aplicação da penalidade prevista no Edital.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO: O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do **CONTRATO**, nem a responsabilidade pelos prejuízos resultantes da incorreta execução.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO PAGAMENTO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O pagamento será feito diretamente pela **CONTRATANTE**, no prazo de até 30 (trinta) dias, por meio de ordem bancária para crédito em conta corrente da **CONTRATADA**, à vista de termo de recebimento definitivo dos bens acompanhado dos documentos de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista e da apresentação da fatura e da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, devidamente atestados pelo fiscal do **CONTRATO**.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A **CONTRATADA** deverá emitir as notas fiscais em observância às regras de retenção de imposto de renda estabelecidas na Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012, e alterações posteriores, de acordo com as alíquotas constantes do Anexo I da referida norma, ou em observância à norma que venha a substituí-la, sob pena de devolução do documento para as correções cabíveis ou de retenção no valor total do documento fiscal, caso não realizadas as correções, nos termos do art. 4º do Decreto nº 55.069, de 25 de julho de 2023.

PARÁGRAFO TECEIRO: Quando não for possível verificar diretamente no CADFOR-PE, a regularidade fiscal e trabalhista da **CONTRATADA** será comprovada mediante a apresentação das seguintes certidões:

- a) Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);
- b) Certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual ou Distrital do domicílio ou sede da **CONTRATADA**;
- c) Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e
- d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

PARÁGRAFO QUARTO: Caso não seja(m) apresentado(s) quaisquer dos documentos de regularidade ou os documentos encaminhados contenham pendências, a **CONTRATADA** terá 10 (dez) dias para sanar a ausência identificada, prazo em que o pagamento correspondente ao mês em referência ficará suspenso.

PARÁGRAFO QUINTO: Caso não seja sanada a pendência no prazo estipulado, estará configurada a não manutenção das condições de habilitação pela **CONTRATADA**, devendo a **CONTRATANTE** instaurar processo administrativo para extinção do **CONTRATO** e comunicar aos órgãos de fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da **CONTRATADA**, sem prejuízo da retomada dos pagamentos pelos fornecimentos efetivamente executados.

PARÁGRAFO SEXTO: Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a **CONTRATADA** providencie as medidas saneadoras.

PARÁGRAFO SÉTIMO: No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

PARÁGRAFO OITAVO: Quando do pagamento, deverá ser efetuada a retenção do imposto sobre a renda, nos termos previstos na Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012, e alterações posteriores ou em norma que venha a substituí-la, além de outras retenções previstas na legislação tributária aplicável.

PARÁGRAFO NONO: A **CONTRATADA** regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

PARÁGRAFO DÉCIMO: Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, verificados por culpa única e exclusiva da **CONTRATANTE**, a taxa de atualização financeira sobre os valores devidos à **CONTRATADA** será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

SIGLASIGNIFICADO/ DESCRIÇÃO

EM Encargos Moratórios

N Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento.

VP Valor da parcela a se paga.

TX IPCA

I Índice de atualização financeira, assim apurado:
$$I = \frac{TX}{100} \times 365$$

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: A atualização financeira será incluída na Nota Fiscal/Fatura do mês seguinte ao da ocorrência.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, a critério exclusivo da **CONTRATANTE**, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do **CONTRATO**.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Na hipótese de haver acordo entre as partes, as supressões poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento).

PARÁGRAFO TERCEIRO: As alterações contratuais serão obrigatoriamente formalizadas mediante celebração de prévio termo aditivo ao presente instrumento, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês, conforme art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

PARÁGRAFO QUARTO: Registros que não caracterizam alteração do **CONTRATO** podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA SUBCONTRATAÇÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO. Não será admitida a subcontratação do objeto do **CONTRATO**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O **CONTRATO** somente se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes ou depois do prazo inicialmente estipulado para tanto.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará automaticamente prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração apostilar a readequação do cronograma físico-financeiro do **CONTRATO**.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Quando a não conclusão do **CONTRATO** no prazo inicialmente estipulado decorrer de culpa da **CONTRATADA**:

a) ficará ela constituída em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

b) poderá a Administração optar pela extinção do **CONTRATO** e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

PARÁGRAFO QUARTO: Constituem motivos para extinção do **CONTRATO**, independentemente do prazo ou das obrigações nele estipuladas, as situações descritas no art. 137 da Lei 14.133, de 2021

PARÁGRAFO QUINTO: A extinção consensual e a extinção determinada por ato unilateral da **CONTRATANTE** serão precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

PARÁGRAFO SEXTO: Aplica-se à extinção do **CONTRATO** a disciplina dos arts. 138 e 139 da Lei nº 14.133, de 2021.

PARÁGRAFO SÉTIMO: O termo de extinção, sempre que possível, será instruído com os seguintes documentos:

a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

c) Indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a **CONTRATADA** que:

a) der causa à inexecução parcial do **CONTRATO**, deixando de cumprir as obrigações assumidas no presente instrumento;

b) der causa à inexecução parcial do **CONTRATO** que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do **CONTRATO**;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do **CONTRATO**;

f) praticar ato fraudulento na execução do **CONTRATO**;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Será aplicável a sanção de advertência quando a **CONTRATADA** descumprir deveres instrumentais ou der causa à inexecução parcial do contrato que não acarrete dano à Administração e que não justifique a imposição de penalidade mais grave, em especial pelo descumprimento das obrigações previstas nos itens **VI, IX, X, XI, XIII e XVI** da **CLÁUSULA NONA** deste **CONTRATO** ("Das Obrigações da Contratada").

PARÁGRAFO TERCEIRO: Será aplicada multa moratória em razão do atraso no cumprimento das obrigações previstas neste **CONTRATO**, em especial as elencadas nos incisos **III e IV** do **CLÁUSULA NONA**, no percentual de até 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia, a ser calculada sobre o valor da parcela inadimplida, a partir do dia subsequente ao prazo estipulado para adimplemento da obrigação, independentemente de notificação do contratado para constituição em mora.

PARÁGRAFO QUARTO: Após o 30º (trigésimo) dia de atraso injustificado, configura-se o descumprimento total da obrigação e a multa moratória se converterá em multa compensatória, a ser calculada no percentual de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor da parcela inadimplida, podendo dar ensejo à extinção do contrato e aplicação da penalidade de impedimento, se configurado grave dano à Administração.

PARÁGRAFO QUINTO: A penalidade de multa compensatória será aplicada nos casos de descumprimento das obrigações contratuais pela **CONTRATADA**, sempre que deles decorrer inexecução parcial do **CONTRATO** que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, bem como retardamento injustificado à execução ou entrega do objeto contratado, nos termos das alíneas "b" e "d", respectivamente, do **PARÁGRAFO PRIMEIRO**, de acordo com as seguintes regras:

I. 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) sobre o valor total do **CONTRATO**, observado o valor mínimo de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) e o máximo de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), a ser aplicada a quem sofreu a penalidade de advertência e reincidiu pelo(s) mesmo(s) motivo(s);

II. 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor da entrega/remessa inadimplida, a ser aplicada quando a **CONTRATADA** descumprir a obrigação prevista no inciso I e II da **CLÁUSULA NONA** quando a situação não se enquadrar em obrigação contratual específica;

III. 0,5% (cinco décimos por cento) a 2% (dois por cento), calculada sobre o valor da parcela/remessa, a ser aplicada quando a **CONTRATADA** descumprir a obrigação prevista no inciso V da **CLÁUSULA NONA**;

IV. 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento), calculada sobre o valor mensal da entrega, quando a **CONTRATADA** deixar de cumprir a obrigação prevista no inciso VII da **CLÁUSULA NONA**;

V. 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento), calculada sobre o valor da parcela transferida, a ser aplicada quando a **CONTRATADA** descumprir a obrigação prevista no inciso VIII da **CLÁUSULA NONA**;

VI. 0,5% (cinco décimos por cento) a 2% (dois por cento), calculada sobre o valor do **CONTRATO**, a ser aplicada quando a **CONTRATADA** descumprir a obrigação prevista nos incisos XIV da **CLÁUSULA NONA** e não sanar a pendência no prazo estipulado;

VII. 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento), calculada sobre o valor mensal/parcela do **CONTRATO**, a ser aplicada quando a **CONTRATADA** descumprir as obrigações previstas nos incisos XV e XVI da **CLÁUSULA NONA**;

VIII. 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento), calculada sobre o valor da parcela mensal do **CONTRATO**, a ser aplicada quando a **CONTRATADA** descumprir a obrigação prevista no inciso XI da **CLÁUSULA NONA**;

PARÁGRAFO SEXTO: As sanções de multa previstas no **PARÁGRAFO QUINTO** poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração Direta e Indireta do Estado de Pernambuco, pelo prazo de 06 (seis) a 18 (dezoito) meses.

PARÁGRAFO SÉTIMO: Na hipótese de inexecução total do **CONTRATO**, prevista na alínea "c" do **PARÁGRAFO PRIMEIRO**, será aplicável a sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Direta e Indireta do Estado de Pernambuco pelo prazo 18 (dezoito) a 36 (trinta e seis) meses, além de multa compensatória no percentual de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato.

PARÁGRAFO OITAVO: Quando do cometimento das infrações previstas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do **PARÁGRAFO PRIMEIRO**, ou quando praticadas as infrações descritas nas alíneas "b", "c" e "d" que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, será aplicável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, pelo período de 03 (três) a 06 (seis) anos, além da multa compensatória de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato.

PARÁGRAFO NONO: A aplicação das sanções previstas neste **CONTRATO** não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à **CONTRATANTE**.

PARÁGRAFO DÉCIMO: O valor da multa aplicada e das indenizações cabíveis será objeto de compensação com os pagamentos eventualmente devidos pelo **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**, decorrentes do mesmo **CONTRATO** ou de outros contratos administrativos que a **CONTRATADA** possua com a **CONTRATANTE**.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: Se o valor da multa for superior ao dos pagamentos devidos pelo **CONTRATANTE**, a diferença será descontada da garantia contratual prestada, se houver, ou será cobrada administrativamente na forma prevista na Lei Estadual nº 13.178, de 2006.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO: Não havendo o pagamento integral da multa em sede administrativa, o processo será encaminhado à Procuradoria Geral do Estado para inscrição em Dívida Ativa e cobrança.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO: A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à **CONTRATADA**, observando-se o procedimento previsto no Decreto Estadual.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO: Na fixação das penalidades, dentro das faixas de multa estabelecidas neste Edital, bem como dos prazos previstos para as demais sanções deverão ser observadas:

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que o cometimento da infração ocasionar ao **CONTRATANTE**, ao funcionamento dos serviços públicos, aos seus usuários ou ao interesse coletivo;

e) a vantagem auferida em virtude da infração;

f) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle interno.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO: Em caso de prática da mesma infração ocorrida no prazo igual ou inferior a 12 (dozes) meses, contados da data de publicação da decisão definitiva da condenação anterior, as faixas de multa e os prazos previstos neste contrato poderão ser majorados em até 50% (cinquenta por cento), observados os limites máximos previstos em lei.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO: Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na Lei Estadual nº 16.309, de 2018.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO: A personalidade jurídica da **CONTRATADA** poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste **CONTRATO** ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a **CONTRATADA**, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO: A **CONTRATANTE** deverá comunicar as sanções aplicadas à Secretaria de Administração, para fins de inclusão da **CONTRATADA** nos sistemas E-fisco e PE-Integrado, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal, observado o prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da decisão definitiva de aplicação da sanção.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA- CLÁUSULA ANTICORRUPÇÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A **CONTRATADA** se compromete a observar os preceitos legais instituídos pelo ordenamento jurídico brasileiro no que tange ao combate à corrupção, em especial a Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, a Lei Federal nº 9.613/98 e a Lei Estadual nº 16.309/2018.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A **CONTRATADA** (i) declara, por si e por seus administradores, funcionários, representantes e outras pessoas que agem em seu nome, direta ou indiretamente, estar ciente dos dispositivos contidos na Lei Federal nº 12.846/2013 e Lei Estadual nº 16.309/2018; (ii) se obriga a tomar todas as providências para fazer com que seus administradores, funcionários e representantes tomem ciência quanto ao teor da mencionada Lei Federal nº 12.846/2013 e Lei Estadual nº 16.309/2018.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A **CONTRATADA**, no desempenho das atividades objeto deste **CONTRATO**, compromete-se perante a **CONTRATANTE** a abster-se de praticar ato(s) que possa(m) constituir violação à legislação aplicável ao presente instrumento pactual, incluindo aqueles descritos na Lei nº 12.846/2013, em especial no seu artigo 5º.

PARÁGRAFO QUARTO: Qualquer descumprimento das regras da Lei Anticorrupção e de suas regulamentações, por parte da **CONTRATADA**, em qualquer um dos seus aspectos, poderá ensejar:

I - Instauração do Processo Administrativo de Responsabilização – PAR, nos termos da Lei Estadual nº 16.309/2018 e do Decreto Estadual nº 46.967/2018, com aplicação das sanções administrativas porventura cabíveis;

II – Ajuizamento de ação com vistas à responsabilização na esfera judicial, nos termos dos artigos 18 e 19 da Lei nº 12.846/2013 e do artigo 39 da Lei Estadual nº 16.309/2018.

PARÁGRAFO QUINTO: Sem prejuízo da obrigação de cumprimento das disposições de seus respectivos código de ética e conduta, a **CONTRATADA** se obriga a, no exercício dos direitos e obrigações previstos neste contrato e no cumprimento de qualquer uma de suas disposições: (I) não dar, oferecer ou prometer qualquer bem de valor ou vantagem de qualquer natureza a agentes públicos ou a pessoas a eles relacionadas ou ainda quaisquer outras pessoas, empresas e/ou entidades privadas, com o objetivo de obter vantagem indevida, influenciar ato ou decisão ou direcionar negócios ilícitamente e (II) adotar as melhores práticas de monitoramento e verificação do cumprimento das leis anticorrupção, com o objetivo de prevenir atos de corrupção, fraude, práticas ilícitas ou lavagem de dinheiro por seus sócios, administradores, colaboradores e/ou terceiros por elas contratados.

PARÁGRAFO SEXTO: A **CONTRATADA** se obriga a notificar a **CONTRATANTE**, imediatamente, por escrito, a respeito de qualquer suspeita ou violação das legislações anticorrupção vigentes, bem como nos casos em que obtiver ciência de qualquer prática de suborno ou corrupção.

PARÁGRAFO SÉTIMO: A comprovada violação de qualquer das obrigações previstas nesta cláusula é causa para a extinção deste **CONTRATO**, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos causados à parte inocente.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão decididos pelo **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas estaduais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e nas normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA PUBLICAÇÃO

Nos termos do art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021, o presente instrumento contratual será publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) em até 20 (vinte) dias úteis contados da data de sua assinatura, bem como no Sistema PE Integrado como condição de sua eficácia.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DA RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS E DO FORO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: As controvérsias administrativas e litígios decorrentes deste **CONTRATO** deverão ser preferencialmente submetidos à composição da Câmara de Negociação, Conciliação e Mediação da Administração Pública Estadual, conforme art. 11 da Lei Complementar nº 417, de 09.12.2019.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Fica eleito o Foro da Comarca do Recife para dirimir os litígios decorrentes deste **CONTRATO** que não puderem ser compostos pela conciliação, obedecidos os termos do art. 92, §1º, da Lei 14.133, de 2021.

E, para firmeza e como prova de assim haverem entre si ajustado e contratado, foi lavrado o presente instrumento contratual, o qual depois de lido e achado conforme, foi assinado pelas partes contratantes.

Recife, XX de XXXXXXXXXXXX de XXXX.

SECRETARIA XXXX

CNPJ XXX

CONTRATANTE

REPRESENTANTE DA EMPRESA

CNPJ XXX

CONTRATADA

ANEXO I

TERMO DE CIÊNCIA DO GESTOR E DO FISCAL DO CONTRATO

1. IDENTIFICAÇÃO

CONTRATO Nº: XXXX/AAAA

OBJETO:

CONTRATADA:

CNPJ: xxxxxxxxxxxxxx

GESTOR DO CONTRATO OU FISCAL DO CONTRATO: <Nome do gestor do Contrato OU fiscal do Contrato>

MATRÍCULA: xxxxxxxxxxxxxx

2. CIÊNCIA

EU, _____, matrícula _____, ocupante do cargo _____, pelo presente termo, DECLARO QUE:

Estou ciente da minha designação para atuar como gestor/fiscal (indicar conforme o caso) do **CONTRATO** nº XXX;

Comprometo-me a cumprir as atribuições declinadas na Cláusula XXX do **CONTRATO** nº XXX;

Estou ciente de que minha substituição poderá ser realizada pela autoridade competente, por razões de conveniência ou interesse público, mediante apostilamento ao **CONTRATO**.

Recife, XX de XXXXXXXXXXXX de XXXX.

ASSINATURA DO FISCAL/GESTOR

ANEXO

Referente à NOTA DE EMPENHO n° _____

OBJETO:

Item	Material	CÓDIGO DO E-FISCO	Quantidade (Unidade de Fornecimento)
01			
02			
03			
(...)			

VALOR:

PRAZO DE ENTREGA:

LOCAL E HORÁRIO DE ENTREGA:

SERVIDOR DESIGNADO PARA RECEBIMENTO:

Os bens deverão ser entregues em conformidade com as especificações técnicas e demais condições exigidas no Termo de Referência.

Integram este instrumento o Edital de Pregão Eletrônico n.º ____/____ e seus Anexos, bem como a Proposta apresentada na licitação, independentemente de transcrição.

Data: __/__/202__

Nome e assinatura do representante legal.



Documento assinado eletronicamente por **Márcia Selene de Miranda Henriques Barros**, em 15/06/2026, às 11:19, conforme horário oficial de Recife, com fundamento no art. 10º, do [Decreto nº 45.157, de 23 de outubro de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.pe.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **88400071** e o código CRC **E0B75FAE**.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Av. Antônio de Góes, 194, - Bairro Pina, Recife/PE - CEP 51010-000, Telefone: 3183-0998